

**Aida Alves
Manuel Gama**

**José Marques Fernandes
Fernando Machado**



LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

**Pensamento, Obra,
Personalidade, Ação**



50



UMinho Editora

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Aida Alves

Manuel Gama

José Marques Fernandes

Fernando Machado

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

CAPA

UMinho Editora

PAGINAÇÃO

Carlos Sousa | Talento & Tradição

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Papelmunde

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2024

DEPÓSITO LEGAL Nº 527616/24

ISBN digital 978-989-9074-14-9

ISBN impresso 978-989-9074-13-2

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.140>

Não foi imposta a utilização do novo acordo ortográfico aos autores.

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Autores / Universidade do Minho – Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa dos autores.

Lúcio Craveiro da Silva

PENSAMENTO, OBRA, PERSONALIDADE,
AÇÃO

SUMÁRIO

Introdução	7
Apresentação.....	9
Biografia de Lúcio Craveiro da Silva.....	19
Poema de Lúcio Craveiro da Silva.....	21
Capítulo 1 – Conferências sobre Lúcio Craveiro da Silva.....	23
Capítulo 2 – Mesa-Redonda sobre Lúcio Craveiro da Silva na BLCS e <i>online</i> , em 28-11-2022	99

No âmbito do centenário do nascimento de Lúcio Craveiro da Silva, em 27 de novembro de 2014 (1914-2007), a Universidade do Minho realizou uma homenagem pública a esta grande figura portuguesa do pensamento filosófico e cultural, levada a cabo pelo seu Departamento de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas (atual Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas), pelo Conselho Cultural e pela Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, providenciando um Colóquio/Homenagem, onde foram apresentados vários depoimentos e estudos, por pessoas que conviveram de perto com o Professor Lúcio.

A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva deseja perpetuar a memória do seu patrono, junto da comunidade, sobretudo dos mais jovens, com ações que informem sobre a vida e obra deste importante vulto, Professor, Padre e Jesuíta, numa narrativa de pensamento, de fé, de preocupação social, dedicada aos outros, integrada no mundo universitário, académico, cultural e social. A sua vasta cultura e saber, em diversos ramos, em diferentes quadrantes, reforçam a necessidade de revisitarmos o seu pensamento e de continuarmos a explorar a sua obra. Por isso, em 2022, lançámos o convite aos Professores Manuel Gama, José Marques Fernandes e Fernando Machado para colaborarem com a BLCS na organização de um ciclo de conferências trimestral, convidando para o efeito amigos da academia para novas revisitações e reflexões sobre Lúcio Craveiro da Silva. Deste ciclo resultaram os textos compilados nesta obra, pertencentes a cada um dos oradores convidados.

Ao abrir este livro, o leitor iniciará uma viagem que esperamos que seja enriquecedora e perpetuadora.

Aida Alves

RAZÃO DE SER DE UM LIVRO
PROFESSOR LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA
PENSAMENTO, OBRA, PERSONALIDADE, AÇÃO

No momento oportuno em que a Universidade do Minho está em processo de celebração do cinquentenário da sua criação e instituição, a evocação dos seus “pais fundadores” impõe-se como imperativo incontornável.

1

É uma evidência, incontestavelmente reconhecida e repetida que, nem no domínio do pensamento nem da ação, nem do desenvolvimento material ou imaterial, a humanidade chega onde chega senão à custa e por mérito de muitos obreiros. Evocá-los é uma questão de justiça, de dignidade e de sabedoria, sabendo embora que, como observou o clarividente inspirador deste livro e da sua razão de ser, Lúcio Craveiro da Silva, um desses emblemáticos “pais fundadores” da UMinho, não são as figuras evocadas que carecem de o ser, pois gozam da luz própria do seu “*Pensamento, Obra, Personalidade, Ação*”, mas sim aqueles que as evocam, podendo, assim, fruir e usufruir da herança da experiência, do conhecimento e das soluções que eles encontraram para os problemas com que se viram confrontados, no momento histórico em que exerceram o seu mandato de governo da Instituição universitária e exerceram a sua missão de professores e de investigadores, nas valências do ensino e da investigação.

Foi em nota “Preliminar” a um dos seus livros (Estudos de Cultura Portuguesa, 2002) que o Prof. Lúcio justificou a pertinência e o valor da evocação dos grandes Mestres do saber e da cultura humana, nestes termos: “*Embora as figuras apresentadas tenham valor por si mesmas, a verdade é que elas só brilham na riqueza da nossa cultura na medida em que são evocadas*”.

Com o referido ciclo de conferências e colóquio, os seus mentores e promotores seguem, pois, o exemplo da figura que evocam, dizendo dela o que o Prof. Lúcio dizia das muitas que figuram na galeria dos seus estudos e Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa.

2

É verdade que o Prof. Lúcio teve oportunidade, como reconheceu e deu a conhecer, de publicar praticamente todos os seus estudos e que as Instituições que criou e em que prestou serviço honraram e prestaram oportunamente homenagem ao seu magistério e ministério cultural e institucional. Mas os livros publicados e os méritos reconhecidos estão no seu e na generalidade dos casos sujeitos ao vírus do esquecimento e da erosão da memória, passando, como Zygmunt Bauman observou metaforicamente, do estado sólido ao estado líquido.

Em princípio, a pretensão ou ficção de pensar e agir a partir do zero, no domínio do conhecimento/pensamento e da ação, são preconceitos considerados insustentáveis, mas, na prática podem afetar negativamente o pensamento, a ação e o comportamento de cada nova geração que rende a que a antecedeu, no palco da história das Instituições.

3

Se há figuras de referência inspiradora e mobilizadora, nessa história das Instituições, em geral, e da Instituição universitária, em particular, uma delas é, indiscutivelmente, o Prof. Lúcio, uma referência pela pregnância das virtudes da sua personalidade humana e pedagógica, por um lado, e pela visão e exercício do ser universitário, em particular.

Como ser humano e como pedagogo, manifestava uma admirável *amabilidade*, pautava a sua atuação por uma grande *razoabilidade* e, como membro da Companhia de Jesus, praticava uma *religiosidade* bem mais interior do que exteriorizada.

Às referidas virtudes, o atual Reitor da Universidade, Prof. Rui Vieira de Castro, que foi aluno de Licenciatura do Prof. Lúcio, teve oportunidade de observar e dar conta das qualidades do mestre, relevando a *afabilidade*, particularmente útil em tempo de incertezas e de indefinições, a par das virtudes da *clareza* e do *rigor*, qualidades a que o ex-aluno associou a do *saber multifacetado* do mestre, saber que sabia disponibilizar aos alunos com excelência pedagógica. De outras virtudes marcantes da personalidade do Prof. Lúcio dá nota o Prof. Manuel Gama, no texto da sua intervenção no colóquio e inserto no livro.

Foi precisamente pela virtude e pelo saber que o Prof. Lúcio se tornou, para muitos, uma referência inspiradora e luminosa. Um antigo Diretor da BPP, que se cruzava frequentemente e dialogava assiduamente com o Prof. Lúcio, que tinha na Biblioteca o seu local de trabalho, confessou que, quando tinha de tomar decisões complexas, questionava-se deste modo: *como decidiria e agiria o Prof. Lúcio, neste caso?* Este princípio e critério lembra o daquele gestor indiano, que, tendo vindo para Portugal, em 1989, e tendo-se reformado, em 2000, decidiu dedicar todo o seu tempo ao “voluntariado em escolas de Gestão, para aconselhar jovens sobre que escolhas de carreira devem fazer”. Esse gestor, chama-se Mohan Mohan e a pergunta muito simples que, sob a forma de conselho, propõe aos gestores de empresas na hora de tomar decisões é esta: *“A minha avó vai ficar feliz, quando lhe contar que foi isto que fiz, ou vai ficar envergonhada?”*. Tendo em conta que “avó” pode figurar, neste caso, como metáfora de outra coisa (consciência moral, ética aplicada), poder-se-ia comparar o princípio apontado por este gestor ao princípio de discernimento que o exemplo do Prof. Lúcio inspirava àqueles com quem se encontrava e convivia na vida académica.

4

Que o Prof. Lúcio é, na história da Universidade do Minho, um marco geodésico de referência e um farol luminoso de inspiração é mais do que uma evidência irrefutável. Mas também é evidente que um marco só é uma referência se lhe for dada visibilidade e só é um farol se estiver aceso.

O ciclo de conferências e o colóquio que estão na origem do projeto deste livro obedeceram ao propósito e objetivo geral, não já de reconhecer, de homenagear e de manifestar presencialmente gratidão ao Prof. Lúcio pela dádiva do seu tempo de vida à Universidade, mas principalmente de evocar e atualizar a virtude e o valor do seu “*Pensamento, Obra, Personalidade, Ação*”.

A apresentação que os preletores do ciclo de conferências e do colóquio empreenderam fazer, não já tanto dos dados da experiência do convívio pessoal, profissional e institucional com o Prof. Lúcio e do exercício dos seus mandatos no governo das Instituições universitárias que criou e serviu toda a sua vida, mas principalmente a partir dos estudos que deixou publicados em livros, traduziu-se na verificação agridoce do desaproveitamento negligente das oportunidades de questionamento e de diálogo sobre o arrojo do pensamento e das visões que inscreveu nos livros que publicou.

Assim, a substância deste livro é, sobretudo, o pensamento do Prof. Lúcio Craveiro da Silva sobre as magnas questões que estudou e que os coautores abordaram e expõem.

Tem este livro o privilégio e o mérito de incluir nele a evocação e o testemunho que o sábio e inovador Prof. universitário, Adriano Moreira, presta sobre o amigo e estimado “Padre Lúcio Craveiro”, retratando-o e apresentando-o com os títulos maiores de “**Construtor de uma Universidade**”, de um “*crente e militante da cultura*”, de um “*arauto de valores essenciais*”, de um “*visionário e pioneiro da criação de instituições e cursos universitários*” e, finalmente, de um “*profeta da quarta dimensão da Universidade*” ou da transdisciplinaridade da dinâmica do poder da palavra.

O atual Reitor da Universidade do Minho, Prof. Rui Vieira de Castro, que foi, em 1978-79, aluno de Licenciatura do Prof. Lúcio, e se manifestou positivamente surpreendido com a clarividência e atualidade do seu *pensamento sobre a Universidade* e com a sua *ação* indefetível em prol da realização das missões próprias da Universidade, destacou três ideias reguladoras da sua visão da identidade e atividade da Universidade: a ideia de “*Universidade completa*”; a afirmação da *centralidade da investigação* na atividade do professor universitário; e a *valorização da autonomia universitária* e sua defesa das tentações e ameaças de controlo da parte do poder político centralista e das tentativas de instrumentalização por parte dos poderes económicos.

Neste livro, o ex-Vice Reitor da UMinho, Prof. Acílio Rocha, que foi par e colaborador do Prof. Lúcio na atividade universitária, governativa e pedagógica, e um estudioso de longa data e longo alcance da sua obra e pensamento, dedicou a sua atenção, para este livro, ao estudo das “**Ideias e Mestres**” do Prof. Lúcio, ao longo de toda a sua vida de estudioso investigador, “Ideias e Mestres” de pensamento filosófico e de cultura portuguesa. Da não pequena lista dessas figuras luminosas do pensamento e da cultura portuguesa que o Prof. Lúcio evocou e estudou, o Prof. Acílio destacou o nome e a obra de Pedro Hispano, de Francisco Sanches e, em especial, o de Antero de Quental. De âmbito local, bracarense, destacou os estudos que o Prof. Lúcio dedicou a Paulo Orósio (séc. V) e sua Filosofia da História; a São Martinho de Dume (séc. VI) e sua Filosofia Ética e virtudes cardeais (prudência, fortaleza, temperança, justiça), baseadas na inteligência humana, com autonomia relativamente à instância teológica; a Francisco Sanches (sécs. XVI-XVII), a quem o Prof. Lúcio dedicou vários estudos, alguns com edições estrangeiras, sendo que foi da mais emblemática das obras do filósofo bracarense, *Quod Nihil Scitur*, que o Prof. Lúcio extraiu o lema programático da UMinho – “*res ipsas examinare, verus est sciendi modus*”.

À evocação da obra e do pensamento destas três figuras da cultura filosófica bracarense, o Prof. Acílio associou a figura de D. Diogo de Sousa, de quem o Prof. Lúcio disse que – “de uma aldeia fez uma cidade”, bem como referiu três dos expoentes maiores da “Escola Filosófica de Braga” – Bacelar de Oliveira e a sua gnoseologia; Júlio Fragata e a fenomenologia; António Magalhães e a Filosofia da Saudade.

Não nos parece despidendo reiterar a relevância que o Prof. Lúcio conferia à evocação destas figuras do pensamento nacional e local, considerando que elas só brilham e iluminam, como se disse, na medida em que lhes é dada visibilidade.

O Prof. Fernando Machado, que também fala com agrado e admiração do seu encontro, convívio e colaboração com o Prof. Lúcio, enquanto docente e enquanto Presidente da Escola da UMinho, a que ambos pertenciam, é talvez quem maior atenção prestou à *Filosofia Social* do Prof. Lúcio, que é, servindo-nos de um termo usado pelo Prof. Acílio Rocha, um dos “arquitemas” do pensamento do nosso insigne intelectual jesuíta. Nas muitas conversas que os intervenientes na evocação do “*Pensamento, Obra,*

Personalidade, Ação” do Prof. Lúcio tiveram em torno do projeto em apreço, duas questões, sobre o tema abordado pelo Prof. Fernando Machado, foram deixadas em suspenso, com pesar, por não terem sido oportunamente esclarecidas por quem o podia fazer: por que foi o Prof. Lúcio induzido ou motivado a dedicar-se ao estudo deste tema, vindo a publicar sobre ele duas obras sintomáticas e corajosas, em tempo e circunstâncias adversas (*A Idade do Social*, 1952, e *O Movimento Operário*, 1957), e, por outro lado, por que interrompeu esse estudo e publicações sobre esse tema, quando o mesmo não aconteceu com outros, nomeadamente com os estudos e publicações sobre Antero de Quental? Sem resposta apodítica, foi já observado, nomeadamente pelo Prof. Manuel Gama, que o meio industrial próprio da terra natal do Prof. Lúcio e a percepção da condição dos operários nesse meio, fatores que ele terá conjugado com as ideias do seu “mestre” Antero, poderão constituir a razão da dedicação do Prof. Lúcio ao estudo da “questão social” no nosso país.

Mais pertinente, porém, neste caso e para o efeito, é dar nota da intervenção do Prof. Fernando Machado, que assim a intitulou – **“Lúcio Craveiro da Silva e a humanização do trabalho”** – e desenvolveu nos seguintes tópicos: perfil humanista da sua vida e obra; proeminência do humano e do trabalho (“no princípio era o homem e o trabalho”); o advento da “idade do social”; a crise social decorrente da industrialização; a solução do individualismo social; a resposta marxista; a alternativa da “doutrina social da Igreja”; a “questão social” em Portugal; a humanização do trabalho ou a sua essencialidade e dignidade existencial.

Figura também neste livro um texto do Prof. de Estética da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UCP-Braga, Carlos Morais, intitulado **“Sondando a Estética em Lúcio Craveiro da Silva”**.

Embora o Prof. Lúcio, por força das circunstâncias da vida, não se tenha dedicado, como gostaria, segundo confessou, aos estudos literários e à crítica da arte, nem tenha, por isso, desenvolvido e sistematizado o seu pensamento sobre este domínio do saber, o que da intervenção do Prof. Carlos Morais resulta é que o Prof. Lúcio tinha da vida e da natureza uma visão manifestamente estética, à semelhança, por exemplo, de um José Mattoso, que tinha da História uma visão contemplativa. O Prof. Carlos Morais declarou que a sua intervenção não tinha como propósito apresentar uma tese, mas sim uma hipótese e uma reflexão incipiente sobre a possibilidade de o

Prof. Lúcio ter, mais implícita do que exposta, uma sua *Filosofia da Arte* ou da *Estética*, ancorando esta conjectura em dados da experiência de convívio com o Prof. Lúcio “num conjunto de textos dos finais dos anos 30 e 40, nos quais o Prof. Lúcio toma como objeto de estudo questões de natureza estética, de grande atualidade no contexto da época e onde se faz notar uma implícita influência/proximidade da “Crítica do Gosto”, ou seja, de Kant, na *Terceira Crítica* – referência esta muito presente nos ‘diálogos de viagem’, que em conjunto mantiveram.

Por imperativos práticos de docência e por curiosidade intelectual, a temática e problemática da obra de Lúcio Craveiro da Silva são multifacetadas. Numa das faces do poliedro dessa obra, figura o quadro da sua *filosofia moral*, exposta em alguns ensaios, mas, sobretudo, compendiada no *Curso de Filosofia Moral*, de 1954, cuja tradução e publicação póstumas, em 2015, vieram conferir visibilidade e relevância a um tópico do pensamento do Prof. Lúcio a que, em vida, não terá sido dada a devida e merecida atenção e estudo. Com base nesta obra, pouco conhecida, o Prof. da Universidade Gregoriana, João Vila-Chã, confrade, embora muito mais novo, do Prof. Lúcio, apresentou, com entusiasmo, também para este livro, uma síntese dessa vertente do pensamento do Prof. Lúcio, sob o título de “Lúcio Craveiro da Silva e o seu *Curso de Filosofia Moral*” e sob a fórmula que designou como “*uma autêntica ‘arquitetônica do Bem’*”, ou seja, de uma Filosofia da vida moral que ainda hoje merece, ou precisa, para ser vivida, de ser estudada e conhecida. Sem poder dar conta, nem sequer das linhas mestras dessa “arquitetônica”, o Prof. João Vila-Chã destacou que, para o Prof. Lúcio, “o ser humano caracteriza-se por uma *procura fundamental*, a da sua *perfeição*, procura essa que só se realiza na medida em que o mesmo ser humano se submete às exigências da sua natureza ou do seu específico *fim natural*. Por consequência, fez-se valer como tal *perfeição* constitui a *norma* de toda a atividade humana, uma *norma* que para o notável professor da Companhia de Jesus é concebida em simultâneo como imanência (na medida em que é fundada nas exigências da natureza) e como *transcendência* (na medida em que está contida nas exigências do fim último)”.

O Dr. José Marques Fernandes apresentou o tema “*A mundividência antropológica de Lúcio Craveiro da Silva*”, refletida no conjunto da sua obra, com a curiosidade de saber que visão do ser humano no mundo é que

pautava a vida, a atividade, o pensamento e a obra do Prof. Lúcio, começando por assinalar como crucial aquela que pode ser considerada a *experiência fundadora da sua antropologia* (o encontro intelectual com a questão existencial de Antero de Quental ou a questão de quem, antes de morrer, “*quer ao menos saber para que veio ao mundo*”). Como fontes inspiradoras e como referências norteadoras da sua visão antropológicas, destacam-se nos escritos do Prof. Lúcio mormente estas quatro: o *logos* grego, o *ágape* cristão, o *direito* romano, a *teoria da evolução* de Teilhard de Chardin. Como *traços identitários* dessa visão antropológica foram assinalados como mais relevantes as seguintes: *otimismo moderado*, considerando que a crença na perfectibilidade humana e no poder transfigurador do trabalho, da ciência e da técnica não podem ignorar o turbulento “*voltar da história*”; *abertura, continuidade e unidade* dos elementos, das instâncias ou dos “mundos” constituintes do ser humano (físico-químico, psíquico e espiritual) ou *integralidade de matéria e espírito* e, por fim, considerando a instância da socialidade do homem e o princípio da sua dignidade, o Prof. Lúcio defende a ideia arquimediana, para não dizer “*revolucionária*”, de “*desproletarização*” do trabalhador ou de “*universalização da propriedade*”, como solução do “*problema operário*” e condição e fator de humanização. Como o Prof. Lúcio não sistematizou nem sintetizou o seu pensamento ou visão antropológica num ensaio específico, é, pois, no conjunto dos seus escritos que é necessário e possível, como foi observado, reunir os elementos do seu pensamento sobre a realidade e o sentido do ser humano no mundo, sendo que, além dos seus Ensaio de Filosofia, são de grande auxílio o seu aturado e magistral estudo sobre *Antero de Quental – Evolução do seu Pensamento Filosófico* (1959), bem como o referido *Curso de Filosofia Moral* (1954).

Embora o acento tónico da temática deste livro e do ciclo de conferências e colóquio que lhe deram origem tenha sido colocado na vertente do pensamento, o Prof. Manuel Gama evoca, no seu estudo, “*o perfil humano*” do Prof. Lúcio, relevando um não pequeno conjunto de dados e de traços de personalidade que desse perfil emerge – a marca dos pais-família; o papel da escola-professores; o quadro de valores (humanismo, amizade, harmonia, sabedoria, justiça social, apologia do descanso, portugalidade, ligação à terra-natureza); papel da Universidade; a escassez do tempo; o sentido da vida; a relação vida-morte.

Em síntese, o Prof. Manuel Gama aduz um conjunto de dados, de traços de personalidade e de provas que mostram a exemplaridade da vida humana, social e profissional daquele que toda a vida se considerou e assumiu como um “aprendiz de filósofo”, um “discípulo”, mas que, por aqueles que com ele conviveram e colaboraram, foi reconhecido e tomado como um verdadeiro “Mestre”.

Com a publicação deste livro, de evidente interesse e proveito para toda a comunidade universitária, mormente da Universidade do Minho, não fica certamente completo e completamente visível o arco-íris do pensamento do Prof. Lúcio Craveiro da Silva, mas este é também certamente um livro que faltava, para tirar de debaixo do alqueire do ainda não visível e do ainda não iluminado pedras preciosas da herança humana e cultural de um dos insignes “pais fundadores” da Universidade do Minho.

José Marques Fernandes

BIOGRAFIA BREVE DE LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

- 1914 (27 novembro) – Nascimento em Tortosendo, Covilhã
- 1931 – Entrada no noviciado da Companhia de Jesus
- 1934-1938 – Estudos de Filosofia no então Instituto de Filosofia de Braga
- 1944 – Ordenado sacerdote (Bilbau) e início da docência na Faculdade de Filosofia de Braga
- 1949 – Licenciatura em Ciências Políticas e Sociais (Universidade Católica de Lovaina)
- 1951 – Doutoramento pela Faculdade de Filosofia de Braga
- 1952-1958 – Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga (1º mandato)
- 1960-1966 – Superior Provincial dos Jesuítas portugueses
- 1964-1971 – Fundação e Direção do Instituto Superior Económico e Social de Évora
- 1971-1976 – Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga (2º mandato)
- 1972 (21 março) – Conselho Administrativo da Universidade do Minho
- 1974 (17 fevereiro) – Comissão Instaladora da Universidade do Minho
- 1979 – Vice-Reitor da Universidade do Minho
- 1981 (1 setembro) – Reitor em exercício da Universidade do Minho
- 1982 (18 janeiro) – Posse como Reitor eleito da Universidade do Minho
- 1984 (27 novembro) – Jubilação e fim de Reitor da Universidade do Minho
- 1986-1994 – Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga (3º mandato)
- 1986 – Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho (até ao seu falecimento)
- 1991 – Membro do Conselho Nacional para as Ciências da Vida
- 1993 – Membro do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira

1994 – Sessão solene de Homenagem, prestada pela Universidade do Minho, no Salão Medieval, no dia 28 de novembro, por ocasião do 80º aniversário. Oferta da obra *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva* (Centro de Estudos Humanísticos da UMinho)

2002 – Eleito Membro da Academia das Ciências de Lisboa, na Classe de Letras

2002 (18 de fevereiro) – Medalha de Ouro da Universidade do Minho, por ocasião do 20º aniversário da eleição como Reitor

2003 – Eleito Membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

2004 (27 de novembro) – Homenagem, prestada pelo Instituto de Letras e Ciências Humanas, no 90º aniversário, com a oferta da obra *Biobibliografia. Sobre a Universidade* (Centro de Estudos Humanísticos da UMinho)

2004 (21 de dezembro) – Foi inaugurada com o seu nome, por deliberação conjunta da Câmara Municipal de Braga e da Universidade do Minho, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva – Biblioteca de Leitura Pública de Braga

2004 – Nomeado sócio honorário da Associação Académica da Universidade do Minho

2007 (13 de agosto) – Falecimento, pela manhã, em Braga, na residência da comunidade da Companhia de Jesus, contígua à Faculdade de Filosofia (atualmente, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica de Braga), após período de férias na “sua” Serra da Estrela

NA TERRA ONDE NASCI

Tortosendo, minha Terra,
quem me dera
ir ao Largo da Amoreira
à casa onde nasci
e retornar à lareira
junto aos Pais,
ao berço brando
onde alegre adormeci
o meu futuro embalando!

Depois... – quem o suporta?
lancei-me na ousadia
da aventura,
tão incerta e desabrida,
do mar fundo
– o mar da vida!
onde me levou o mundo
que, remando, descobri!

Mas hoje ao voltar saudosos,
à minha Terra,
cansado dos vendavais,
parei mudo, duvidoso...
– Aonde vais?!
nem berço, nem amoreira
nem os Pais
nem a lareira...
tudo o tempo levou!
Apenas dentro de mim
uma voz me segredou:
nem tudo mudou assim
pois resta dentro de ti
a luz que brilha e rebrilha,
e te encaminha na vida
e que... despontou aqui,...
– na «Terra onde nasci»!

CAPÍTULO 1

Conferências sobre
Lúcio Craveiro da Silva

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA*

Adriano Moreira

(06/09/1922-23/10/2022)

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Em antelóquio à sua preleção, o Prof. Adriano Moreira expressou que ficara muito sensibilizado com o convite para, novamente, participar na homenagem ao amigo Lúcio Craveiro, tendo ficado agradecido por se terem lembrado dele e, considerando o facto de a homenagem se realizar na Biblioteca que perpetua a memória do homenageado, aproveitou para recordar que tinha doado a sua biblioteca pessoal à cidade de Bragança, convidando os ouvintes a visitá-la e fruir dela, quando pudessem e quisessem¹.

É com alegria que venho aqui verificar, mais uma vez, nesta cidade dos Arcebispos, e agora também da Universidade, que o nosso mestre Lúcio Craveiro da Silva continua vivo, a confirmar que, neste mundo, é a cultura que guarda o milagre da eternidade terrena. Uma lição importante, se aprendida, para os que em nossos dias, europeus e portugueses, o peso das cãs é uma causa de exclusão que os programas governativos não omitem, e também esquecendo que existe uma geração que atravessa os tempos, em

* Conferência realizada em 23 de fevereiro de 2022. Este texto, na sua substância, já fez parte do livro de homenagem a Lúcio Craveiro da Silva, por ocasião do centenário do seu nascimento: *Lúcio Craveiro da Silva: Homem de Acção e de Pensamento: Actas do Colóquio* homenagem em 2014, Org. Manuel Gama, João Ribeiro Mendes, Maria Francisca Xavier, Conselho Cultural e Departamento de Filosofia da Universidade do Minho, Braga, 2015.

¹ Dada a importância das dimensões anoéticas da vida, regista-se um dado. Três dos participantes no Colóquio, em 2014, que deu origem ao livro referido na nota anterior, tiveram a sorte de jantar com o Professor, que decorreu num restaurante da Avenida Central, em Braga. Aí, ouvimos contar episódios desconhecidos e curiosos da história portuguesa do século XX, em que participou ou foi testemunha ocular, e enquanto ia degustando um jantarzinho composto de um simples chá, umas torradinhas e um pacotinho de manteiga, que dizia ser a sua ceia nos últimos tempos, transgredindo apenas, uma ou outra vez, com uma tablete de chocolate, que as netas insistiam que ele tomasse!

que, mesmo nesta época de crise, homens como o Padre Craveiro da Silva estão inscritos por direito, e, quanto a ele, avultam os companheiros Antero e o Padre Vieira, que também deixaram pegadas na areia, e agora os temos confortados com nova companhia.

Quando nasceu, em 1914, estava a desabar a Europa que o ilustre Stefan Sweig, nas suas memórias testamentar, que escreveu antes de despedir-se voluntariamente da vida, no Brasil, que escolheu para escrever a última visão do mundo em que os Estados estavam a colocar um ponto final. Diz assim, referindo-se ao eclodir da surpreendente guerra civil europeia de 1914-1918: “Este mundo era magnífico de força tonificante, a qual, oriunda de todas as costas da Europa, batia contra os nossos corações. Mas sem que o suspeitássemos, aquilo que nos dava felicidade era simultaneamente um perigo. O vendaval de orgulho e de confiança que soprava então sobre a Europa, arrastava também nuvens consigo. A ascensão talvez tenha vindo depressa demais, os Estados e as cidades talvez se tenham tornado poderosos demasiado depressa, e o sentimento de poder leva sempre os homens e Estados a usá-lo ou a abusar dele... Só hoje, refletindo com toda a calma, se nos perguntarmos por que motivo a Europa entrou na guerra em 1914, não encontramos uma única razão plausível e nem sequer um pretexto”².

Nascia o futuro Padre para viver uma época em que o seu Portugal, pobre, de emigrações, analfabeto, mas apoiado nos valores cristãos de uma sociedade que sofria o esmagamento do exército nacional na Flandres, a invasão de Moçambique e de Angola, com a circunstância de lhe ter ficado de referência um pobre jovem camponês de Trás-os-Montes, o soldado Milhões, sem qualquer graduação, mas recebendo a Torre e Espada pelo excepcional valor e mérito, e continuando pobre, mas festejado. Teria, todavia, já idade para que o orgulho de ser português se fortalecesse quando da travessia aérea do Atlântico por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, para saber, com visão de criança, do golpe do 28 de maio de 1926, partido desta cidade de Braga para conhecer a subida de Hitler ao poder em 1933. Por isso viveu também a Guerra de Espanha, e depois a Guerra Mundial de 1939-1945, lembrando

² Stefan Lweig, *O Mundo de Ontem, Recordações de um Europeu*, Assirio e Alvin, Lisboa, 2005, pp. 218 e 219.

nós que fora no verão de 1936, que começara a Guerra de Espanha, a qual foi uma espécie de ensaio da guerra que se ia seguir, por iniciativa mais uma vez da Alemanha, ao preço de 50 milhões de mortos, com metade da Europa submetida ao soviétismo da URSS, e a outra metade a defender-se com a NATO, com o resultado de a Ordem da ONU ser substituída pela Ordem dos Pactos Militares, com a *guerra fria* a definir o ambiente que Aron definiu como de guerra impossível e paz improvável, tudo acabando no que Todorov chama “A nova desordem mundial” (2003).

Portugal, entretanto, vivia politicamente um regime que podemos chamar de *vida habitual* sob a forma corporativo que durou até à Revolução de 25 de Abril de 1974, e que nesta data, na condição de Estado exógeno, exíguo, e mergulhado na crise financeira e económica mundial, sofre de não ter conceito estratégico nacional dentro de uma União Europeia que também não o possui.

Neste período, que lembra o desânimo de Antero e de Mouzinho, é obrigatório reconhecer os *passos na areia* deixados por Craveiro, firme no *eixo da roda* que são os valores, no seu caso os que enriquecem o chamamento que o levou para a Companhia de Jesus, e para a docência, obediente ao conceito de S. Paulo – quem tiver o carisma de ensinar que ensine. Por isso, olhando a *estrela* que deu nome à Serra desse nome e à lenda que a acompanha, a sua marca entre os que meditaram sobre a circunstância de Portugal, cuidaram de o habilitar a recuperar um futuro que a sua lucidez lhe fez antever necessário e difícil, é a que procura responder a esta súplica simples e comovente do fim de vida, e que foi inscrita no epitáfio que devemos ao Reitor Licínio Chainho Pereira: *O barco que vaga / deixa ao menos um rasto / o homem que passa / deixa ao menos as pegadas. / O arado abre sequer um sulco. / Mas eu parti / e não sei o que deixei para trás / a perder de vista / porque fiquei para sempre preso / da voz com que me chamaste.*

É esse “deixei para trás” que devemos sublinhar, embora reconhecendo que é um arrojo imaginar que será possível encerrar nas linhas de alguns parágrafos a herança que se inscreve no património imaterial dos valores, da universidade, do país que serviu.

Em primeiro lugar sublinhemos que a sua formação multidisciplinar, quer a de sacerdote, a de filósofo com que tanto honrou a Faculdade de Filosofia de Braga, a primeira que logo deu conteúdo e sentido à futura Universidade Católica, depois, o apego à história fazendo acentuar que não se constroem casas sobre água, e que não crescem árvores sem raízes, lembrando sempre a Serra de onde desceu para servir o Minho onde Portugal as tem, esta terra que foi sede do teólogo do Concílio de Trento, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, recentemente celebrado em Freixo de Espada à Cinta por onde entrou na diocese quando do regresso, enfim pela ajuda aqui definitiva à importância futura das *relações internacionais* e da *economia internacional de mercado*, este último hoje tão afastado dos valores que assumiu, que pregou, e que serviu.

Convivendo com ele por muitos anos, e fortuna minha, na Junta Nacional de Educação, onde o espírito aberto do Dr. João de Almeida permitiu alargar um diálogo que sobretudo procurava descortinar alguns traços do futuro, testemunho que foi essa formação multidisciplinar que lhe permitiu antecipar a necessidade de uma formação renovada da juventude que havia de enfrentar o futuro incerto que lhe foi poupado viver. E por isso não pode ficar sem registo, antes da Universidade de Évora, o Instituto Superior Económico e Social em Évora, hoje inativo, mas não extinto, e que bem podia ter sido o suporte de uma das mais bem-dotadas Universidades do país, não fosse a teimosia do então responsável Presidente do Conselho de Ministros. Quero que fique o testemunho de que, estando em curso a reforma que seria assinada pelo Ministro Veiga Simão, o Conde de Vilalba, que tanto sonhou enriquecer a verdadeira antiga capital do Reino de um centro científico que a tornasse capaz de ajudar a construir um futuro já evidentemente ameaçado nesse tempo pelas falhas conhecidas da circunstância que envolvia e desafiava Portugal, intentou legar a sua fortuna à sua Universidade, situada na cidade, desde que englobasse o Instituto que lhe devia a possibilidade de existir. Teve ocasião de expor esperançoso tal intuito, em reunião que em sua casa de Lisboa organizei, com inteiro apoio e entusiasmo da esposa, ao Ministro interessado em modernizar e enriquecer o equipamento de ensino superior e de investigação portugueses, tal como a Condessa fez documentar na Memória que mandou escrever da vida do seu marido. Seria a primeira vez

que uma Universidade portuguesa reuniria, sob a mesma ética e objetivos, ensino público e privado, com a responsabilidade igual que lhe cabe, mas o governo apenas consentiu um Instituto Universitário público que esperou a oportunidade de ser plenamente Universidade do Estado, tendo a Fundação, que foi criada, outra função e diferentes responsáveis.

A forte personalidade e vontade do Padre Craveiro não ficaram abaladas por este esforço não recompensado, e foi somando ao seu património a contribuição para a Faculdade de Filosofia de Braga, por isso pertencendo-lhe parte na finalmente criada Universidade Católica, um sonho acalentado durante dezenas de anos pelo Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Embora amigos dos tempos de Coimbra, o Prof. Oliveira Salazar, durante dezenas de anos recusou-lhe o acordo para que a intenção fosse concretizada. O Cardeal desejava essa Universidade em Lisboa, convencido de que desempenharia uma função preservadora da superioridade do *credo dos valores* sobre o *credo do mercado*, influenciando o corpo universitário do Estado. O Presidente do Conselho ia respondendo que lhe proporcionaria repor a Faculdade de Teologia em Coimbra, mas que em Lisboa imaginava que as Universidades Públicas é que influenciariam a Católica, não conseguindo distinguir especialidade católica na Arquitetura, na Medicina, na Engenharia, e assim por diante. Ambos entrados em anos, e posto Salazar perante a insistência e interesse do Cardeal, acabou por consentir, dizendo – não quero que o senhor Cardeal morra com esse desgosto. Tive a honra de assistir, convidado, à leitura do Decreto vindo de Roma, e estou certo de que foi também um dia feliz para o Padre Craveiro, vogal prestante da Junta Nacional de Educação.

Mas finalmente, no que toca à vida Académica que hoje é aqui recordada, encontrou recompensa total para a dedicação de uma vida, deixando passos na areia, com a forte convicção da harmonização entre a fé e a ciência, nesta Universidade do Minho. E o que me atrevo a sublinhar, quanto a esta intervenção, é sobretudo o facto de o Reitor sábio ter encontrado nesta Universidade a forma de enfrentar a mudança da circunstância do País, de que poucos se aperceberam nesse tempo.

Sempre guiado pela convicção de que “os homens valem segundo a cultura que os enriquece, e o lar da cultura é a Universidade”, foi talvez um dos Reitores dessa época de mudança que se apercebeu que a definição da Universidade como instrumento da compatibilidade entre a fé e a ciência, era uma garantia de que não pode a Universidade ser alheada dos valores, e assim caminhar, pelo método da interdisciplina, para a *transdisciplina* que é hoje o desafio da mudança. Quando no fim do mandato, já em 1984, deixou a funcionar o Arquivo Distrital de Braga, a Biblioteca Pública de Braga, a Unidade de Educação de Adultos, a Unidade de Arqueologia, e a Casa Nogueira da Silva, estava a antecipar opor-se ao descuido com que o poder político tem conduzido as Humanidades, que ainda no século passado tinham a primazia nas estruturas universitárias.

O descuido que inspirou Jacques Barzun a escrever o famoso *From Down to Decadence: 500 years of Cultural Triumph and Defeat. 1.500 to the present (2000)*, e sobre o qual o não menos notável *Tony Judt* escreveu o *Postwar. A History of Europe since 1945 (1945)* do qual transcrevo estas dolorosas palavras, apoiadas no panorama que se desenhou depois da guerra de 1939-1945: “no começo do século XX, os europeus não tinham que escolher entre socialismo e capitalismo, esquerda ou direita, nem optar pela terceira via. O seu dilema nem sequer tinha que ver com escolher entre “Europa” ou Estados Unidos, já que no seu foro interno, a maioria das pessoas se tinha pronunciado a favor da Europa. Tratava-se sobretudo de uma questão – a questão – que a história colocara sobre o tapete em 1995 e que discreta, mas insistentemente, tinha posto de lado ou sobrevivido aos demais assuntos que exigia a sua atenção: que futuro tinham em separado, cada um dos Estados-nação europeus? Tinham realmente algum?” (p. 1135). E foi, antecipando esta intervenção, que a sabedoria e meditação do Padre Craveiro sobre o mundo e a circunstância portuguesa, fez reconhecer que a autonomia disciplinar das relações internacionais seria uma exigência a que seria necessário dar resposta, criando a primeira licenciatura nesta Universidade, contrariando o que, perdendo tempo inaceitavelmente, ameaçava marcar o destino do Instituto de Évora. É certo que eu próprio introduzira já a disciplina no Instituto Superior Naval de Guerra, hoje extinto como tantas outras coisas fundamentais ao país, e igualmente o tinha feito no Instituto Superior de Estudos Sociais e

Políticos da então Universidade Técnica de Lisboa, facto que o nosso amigo Craveiro sempre referia. Mas foi ele quem primeiro ganhou a vitória institucional, como que adivinhando 74, e que era urgente estar preparado na área do saber para enfrentar o imprevisto futuro de um mundo e de um país cuja estrutura conjuntural seria outra, e de facto imprevisível.

A Universidade do Minho correspondeu brilhantemente à iniciativa, fortalecendo a vontade de responder ao que chamei a *quarta dimensão da Universidade*, uma expressão com que o Prof. Seabra, antigo Reitor de Coimbra, intitulou, em Brasília, um livro que fará época, e que trata de evidenciar a urgência da Universidade responder à questão do nosso tempo, que semanticamente enunciou o globalismo, mas cuja estrutura interna, complexo de redes, consequencialismos sabidos pelos efeitos mas não pelas causas, de facto substituem a Ordem sonhada na ONU pela anarquia internacional em que vivemos, e que o desatino evidenciando por centros sabidos, por centros não sabidos, por centros legais, por centros ilegais, procuram inconscientemente conduzir de uma maneira caótica. Não à interdisciplina, mas sim a transdisciplina, parece um caminho a exigir os famosos passos sobre a areia. O Padre Craveiro está entre os precursores, e essa dádiva não poderá ser esquecida. E como afirmou o poeta Vinícius de Moraes, a outro propósito, quando Craveiro bateu às portas do Céu, para entrar, certamente recebeu esta resposta: entra Lúcio, você não precisa de pedir licença. Tal como não precisa de a pedir para ficar no coração da Universidade portuguesa, e antes, e para sempre, no dos seus discípulos e amigos. E sobretudo das gerações futuras, que encontrarão no desenvolvimento do estudo das humanidades, contra as correntes dominantes nas governanças e sobretudo na área das relações internacionais, um apoio de um país, como o nosso, exógeno pelas circunstâncias mundiais, exíguo de recursos por erros partilhados internos e externos, para vir a demonstrar que o poder da palavra é capaz de vencer a palavra do poder, que o globalismo mal sabido não anula a identidade das nações, nem deverá esquecer o passado: que, finalmente, a busca de um paradigma mundial, capaz de congregar o encontro de todas as áreas culturais postas em liberdade pela primeira vez na história, fica a dever ao professor jesuíta, ter servido o compromisso de levar a palavra ao mundo inteiro, uma pretensão que o inscreve definitivamente na fileira dos que sabem que a terra é a casa comum

dos homens, e que reaprender a congregar as diferenças das culturas e dos governos é a quarta dimensão da Universidade, um legado conscientemente assumido e servido por esta Universidade que ajudou a moldar com amor.

NICPRI – Universidade do Minho [23-02-2022]

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA: IDEIAS E MESTRES*

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Professor Emérito da Universidade do Minho e
Sócio da Academia de Ciências de Lisboa

Apraz-me iniciar citando Ortega y Gasset (1883-1955) e a sua clássica sentença – “eu sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela, não me salvo eu”¹ –, pois diria que Lúcio Craveiro, sem porventura dar por isso, atendeu a essa máxima filosófica, a mais conhecida do filósofo espanhol; de tantas vezes repetir-se, pode não haurir-se o que com ela Ortega quis enfatizar, a relevância da *circunstância*: sem dúvida, a condição humana e a relação com os ‘outros’ estão pontuadas por circunstâncias, abrangendo o que está, directa ou indirectamente, em relação com o ‘eu’, do passado ou do presente, resultado da história, da geografia, da sociedade. Aliás, a significação de *salvar* é-nos dada umas linhas adiante, quando Ortega complementa a frase: “Quer dizer, buscar o sentido do que nos rodeia”²; ora, quantos privaram com o nosso Homenageado, deram-se conta da sua vasta cultura, movida por uma paixão de pensar e volúpia pela compreensão dos magnos problemas contemporâneos, sempre na busca “do sentido do que nos rodeia”.

* Conferência realizada em 30 de março de 2022.

¹ José Ortega y Gasset (1914), *Meditaciones del Quijote, con un apendice inedito*, Madrid, Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1997, p. 25 (‘Obras’, nº 17).

² *Ib.*

A/ AS IDEIAS

1. Na lógica do título em epígrafe, desejaria apenas referir os seus primeiros dois livros, *A Idade do Social* (1952) e *O Movimento Operário* (1957), que o Professor Fernando Augusto Machado tratará em Maio (neste ciclo de conferências). Sobre as ideias do Prof. Lúcio acerca da Universidade – ele que foi Reitor da Universidade do Minho –, incumbir-se-á o Professor Rui Vieira de Castro, Reitor da Universidade do Minho (na Mesa-Redonda em 28 de Novembro próximo).

Concentro-me por isso na sua obra filosófica em que avultam os temas da ética, metafísica, filosofia social e política, história da filosofia em Portugal, como se depreende de títulos – alguns da sua juventude –, “Introdução à Filosofia Moral”³, “Fundamentação da Filosofia Moral”⁴, “Filosofia dos Valores e Tomismo”⁵, “Consciência”⁶, “*Cursus Philosophiae Moralis*”⁷, “O ensino da Ética na tradição cultural de Coimbra e de Évora”⁸, bem como a perscrutante pesquisa sobre “A ética nos provérbios populares portugueses”⁹. Nessas publicações, o facto moral é visto como *problema* (para superação do positivismo), com vista à autonomia e à fundamentação da moral; com esse intuito tenta ir além de Kant, de Bergson, do existencialismo, demarcando-se do liberalismo (desprende “o indivíduo dos valores sociais e comunitários”) e do marxismo (“este absorvendo a pessoa no grupo”¹⁰), na esteira da filosofia tomista, portanto assente numa base metafísica. Sobre esta, reagindo a uma entrevista (1938) que apodava a metafísica de inútil por ocupar-se de problemas inexistentes ou mal postos, defendeu que “no estado pré-abstractivo, só há coisas, dados experimentais, incomunicáveis entre si, não assimiláveis pela ciência;

³ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 10 (4) 1954 (pp. 443-455); em *Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994 (pp. 281-292); doravante, *EFCP*.

⁴ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) 1955 (165-172); em *EFCP* (293-300).

⁵ *Brotéria*, 28 (6) 1939 (605-610); em *EFCP* (301-306).

⁶ *Brotéria*, 29 (6) 1939 (527-532).

⁷ *Curso de Filosofia Moral* (1954), ed. bilingue latim-português, trad. António Melo, Braga, Aletheia, 2015.

⁸ *Brotéria*, 74 (3) 1962 (262-269).

⁹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (3) 1957 (303-311); em *EFCP* (331-338).

¹⁰ *EFCP*, p. 292,

a abstracção os transformará, exprimindo por elementos incomple-
xos, fixos e universalizantes (definições, fórmulas, princípios, etc.), os
diferentes aspectos do dado sintético da experiência”¹¹. Ora, por este
veio – a capacidade abstractiva –, o então jovem Craveiro da Silva entrevia
uma função objectiva e real no desenvolvimento das ciências, afinal um veio
que torna o real *assimilável* ao esforço do progresso humano.

2. Também ainda jovem escreveu “Filosofia e teologia da técnica”
(1959), versando um tema acerca do qual foi preciso esperar uma década
para encontrar, nesse enfoque, bibliografia relevante; aí trata do valor humano
e divino da técnica, mas também da ambivalência da técnica, sublinhando:
se “o homem é rei pelo espírito, mas não é apenas um espírito”, é
porque “o homem completo é um espírito encarnado num corpo e
o corpo está em ligação íntima e fundamental com a terra. Assim
como o espírito não vive sem o corpo, este não vive sem a osmose
constante com a natureza. [...] Como seu corpo, substancialmente
unido a ele, dá-lhe a matéria que o torna homem; como matéria ao
serviço do corpo e por ele ao serviço do espírito, dá-lhe uma signi-
ficação humana, uma finalidade definida”¹². Ora, 40 anos depois, no
texto “Filosofia da técnica”, afirma que a actividade científica manifesta
“a iniciativa e o poder do espírito humano que tenta quebrar todos
os limites e todas as cadeias que se opõem ao seu incessante esforço
de penetração e de progresso na investigação e gradual conquista
do universo na sua dupla direcção: dos infinitamente grandes e dos
infinitamente pequenos, da reconstituição do passado e da previsão
do futuro, na descrição das aparências e na penetração das essências”.
E prossegue: “A Ciência é a manifestação mais ruidosa do grito de
liberdade que o espírito lança quando encontra diante de si a matéria
a querer barrar-lhe passagem. A Técnica regista e assegura esse anseio
de libertação ao fazer recuar vigorosamente os estorvos, as resistências

¹¹ “O valor da Metafísica: à margem duma entrevista”, *Brotéria* 27 (4) 1938 (241-251); em *EFCP* (353-363) p. 356.

¹² “Filosofia e teologia da técnica”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 15 (2) 1959 (149-162); em *EFCP* (339-352),
p. 341.

e os segredos da matéria”¹³. Ela é esteio de libertação, na tarefa de humanização da natureza, pois o homem multiplica pela técnica o poder da sua inteligência.

No entanto, a técnica subtrai-se quantas vezes a esta finalidade, dirigida pelas forças irracionais da avidez e do lucro desenfreado: “Deste modo a Técnica começou a fazer parte da tragédia humana. Os homens trabalham por dever e por necessidade e experimentam nesse trabalho a satisfação da sua vida e a alegria da sua consciência. Mas muitas vezes esse trabalho e essa técnica, ao envolverem-se na rede iníqua da má organização social, participam, consciente ou inconscientemente, das injustiças e dos crimes e aumentam assim o drama da história humana, colaborando nos males que a afligem”¹⁴. A técnica faz parte quer dos sucessos quer da tragédia da existência humana.

3. Em “Fim de Milénio e princípio de Milénio”, declara que “o povo *Português*, situado na ponta atlântica da Europa e que nela recebera a riqueza da cultura Grega e da mensagem de Israel, descobriu, numa aventura arrojada e original, novos povos e novos continentes, dialogando com novas línguas, abraçando novas culturas e iniciando a verdadeira convivência internacional de todas as gentes da terra, que é o problema colectivo do milénio que finda e do milénio que começa”¹⁵. O eixo interpretativo está dado pelo autor a si mesmo e aos leitores.

a) Assim, sustém que “na Idade Moderna, nenhuma nação na Europa tem direito a falar do encontro de culturas, antes de Portugal. De facto, a Europa nunca pôde ou não soube expandir a sua cultura a Leste, para além dos Montes Urais. Na Rússia a sua influência

¹³ “Filosofia da técnica” (1999), *Estudos de Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002 (197-204) p. 200; doravante, *ECP*.

¹⁴ *EFCP*, p. 346.

¹⁵ “Fim de milénio e princípio de milénio” [alocução no Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 1999], em *Ser Português: ensaios de Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000 (33-37) pp. 35-36. Doravante, *Ser Português*.

cultural parou”¹⁶. Ora – e prosseguindo –, “a Oeste, apesar das lendas do Mar Tenebroso, Portugal soube lançar-se e vencer os perigos do Oceano, com arrojo, ciência e tenacidade e abrir as quatro partes do mundo ao contacto e ao diálogo com a cultura europeia. Quem realizou primeiro esse encontro, devidamente preparado por navegações anteriores, foi certamente Vasco da Gama e, por isso, com o historiador inglês Toynbee, também pensamos que a história do encontro de culturas se deve rigorosamente dividir em antes e depois da chegada de Vasco da Gama à Índia, pois nele se deu o verdadeiro encontro do Ocidente com o Oriente, o definitivo e real encontro de culturas que antes não podiam dialogar porque simplesmente se desconheciam”¹⁷ – asserção tão mais relevante quanto vinda dum historiador britânico.

b) Se esse encontro foi de culturas, foi-o também de línguas; nesta sequência, em 1998, disserta sobre “O estudo das línguas dos ‘povos descobertos’, o encontro de culturas e o ‘mundo da razão’”, recordando que, se sabemos que o Padre António Vieira aprendeu várias línguas indígenas, delas se servindo na sua actividade missionária, já o Beato José de Anchieta, que foi com o Padre Nóbrega um dos primeiros missionários do Brasil, elaborou a *Arte de Grammatica da língua mais usada na Costa do Brasil*, impressa em 1595, “o mais precioso e importante monumento que possuímos daquela língua” (segundo Platzmann, no seu catálogo de gramáticas americanas)¹⁸, tendo igualmente composto um *Vocabulário tupi*. Desde a Índia, onde o estudo das línguas foi mais vasto até porque em Goa e noutros lugares os portugueses instalaram tipografias e criaram escolas, Lúcio Craveiro anota e comenta um conjunto assinalável de ‘Gramáticas’ e ‘Dicionários’ das línguas locais, o que também ocorreu sobre línguas na China e em África, que deveria ser completado pelo estudo da

¹⁶ “O estudo dos ‘povos descobertos’, o encontro de culturas e o ‘mundo da razão’” [conferência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998], em *Ser Português* (39-48) p. 39.

¹⁷ *Ib.*, p. 39.

¹⁸ *Ib.*, p. 41.

influência da língua e dos nomes portugueses nessas paragens, como no japonês, no chinês, na Índia e outros povos orientais e africanos. Se esta realidade, que foi eminentemente científica e precursora de estudos futuros, mostra à sociedade quão profícuo foi esse “diálogo das culturas”, não apagando as línguas dos naturais, mas misturando nelas as convicções religiosas e os valores de que eram portadores, culmina no estudo linguístico, que é o mais recôndito duma cultura, isto é, “um diálogo amigo e fértil de cultura”¹⁹, talvez o primeiro entre a cultura europeia e de outros povos descobertos.

Noutro enfoque, é interessante ler “Anchieta, o seu teatro e o encontro de culturas”²⁰, ele que foi poeta lírico nas línguas portuguesa, castelhana, tupi, e que através do teatro aprofundou o encontro de culturas (cuja actividade foi ainda preponderante na fundação da cidade de São Paulo); ora, embora sob a inspiração de Gil Vicente, Anchieta serviu-se do teatro, desenvolvendo por essa via o encontro com os índios no sertões brasileiros, como via para o diálogo intercultural, servindo-se das línguas nativas, que se estudavam, e recorrendo ainda à música (flautas, tambores, maracás e outros instrumentos índios), à dança e cantares locais.

c) Na frente diplomática, leia-se “Um português nas relações da China com a Rússia: um facto diplomático relevante do século XVII e o presente”, onde Lúcio Craveiro recorda que foi ao jesuíta português Tomás Taveira, na China desde 1673, que “o imperador Kam Hy [...] mandou vir de Macau a Pequim, aonde foi transportado aos ombros de chineses com grandes honras, através das províncias do império”²¹, que coube, quando surgia o litígio de fronteiras entre a China e a Rússia, servir de intermediário, entendendo-se com os emissários do imperador em chinês e com os emissários russos em latim – o latim vivo que se estudava nas universidades europeias e

¹⁹ *Ib.*, pp. 48, 47.

²⁰ “Anchieta, o seu teatro e o encontro de culturas” [comunicação em Congresso, 1999], em *Ser Português* (49-57) p. 51.

²¹ Cf. Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, Porto, Tipografia Porto Medico, 1925, p. 17.

língua internacional entre as nações. Ora, mostra Craveiro da Silva, como esse acto contribuiu decisivamente para a conclusão do tratado de paz assinado em Niertchinsk (27/08/1689), quando se encontraram, a fim de pôr termo a um litígio ao longo do rio Amur (designação russa), Heilongiiand (designação chinesa), que, nos nossos tempos, foi “revisto mas ainda não completamente, pois ainda ficaram de fora uns 50 quilómetros”²², entre os presidentes Boris Yeltsin e Jiang Zemin (10/11/1997). Aliás, tais textos, deixados pelos missionários, ajudam a reconstituir a história dos povos do Oriente.

4. Num texto fulcral, “Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular”, o Professor Lúcio parte dos escritos de Bartolomé de las Casas, demorando-se depois na obra de Francisco de Vitoria (elaborada na Universidade de Salamanca), de Francisco Suárez (na Universidade de Coimbra) e de Luís de Molina (na Universidade de Évora). O merecimento de Vitoria está em ter sido “o primeiro a tratar os povos indígenas como sujeitos de todos os direitos que lhes confere a consideração da sua dignidade humana e os reconhecer como participantes, em pé de igualdade, da comunidade internacional”²³; contudo, é aos dois mais ilustres representantes das Universidades de Coimbra e Évora, respectivamente Suárez e Molina²⁴, que se deve a prova – contra a corrente do tempo – de que a pretensa superioridade de civilização não é “título suficiente da expansão colonial”²⁵. Assim, torna-se patente o valor excepcional da doutrina peninsular, não só porque o reconhecimento e a defesa dos direitos dos povos descobertos são afirmados, pela primeira vez, numa perspectiva inédita que criou o Direito Internacional, mas ainda porque nasceu em claustros universitários – Salamanca, Coimbra

²² Cf. “Um Português nas relações da China com a Rússia: um facto diplomático relevante do século XVII e o presente” [comunicação em Colóquio, 1999], *Ser Português* (59-64) p. 43.

²³ “Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular” [comunicação ao “Congresso sobre os Descobrimientos Portugueses”, 1983], *EFCP* (99-108) p. 103.

²⁴ “Luís de Molina (1535-1600)”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II, Lisboa, Editorial Caminho, 1999 (547-558); em *ECP* (101-114).

²⁵ *Ib.*, p. 105.

e Évora – das duas nações europeias que mais contribuíram para os Descobrimentos; além disso, “todo o conjunto doutrinal do direito internacional criado por Vitoria, Suárez e Molina, serão doravante o fio de prumo a que se terá de recorrer para formular e resolver adequadamente os conflitos e demais relações e direitos de todos os povos no plano internacional”²⁶. Ainda, em “Molina e a Companhia de Jesus”, o Professor Lúcio estuda aspectos complexos do livro *Concordia* (4 vols., 1588), em que Luís de Molina “explicita a defesa da liberdade humana perante a presciência divina”²⁷, referindo-se também, nos estudos já citados, a *De Justitia et Jure* (3 vols., 1593) – uma Teoria da Justiça precursora.

5. É do maior interesse reler o trabalho, de cariz prospectivo, sobre “Comunidade internacional, comunidade europeia e soberania nacional”, de 1957, conjuntamente com aquele outro, escrito dois anos depois, “Fundamentação do direito de associação (O princípio de subsidiariedade)”, temáticas ainda longe dos eventos, portanto estudos densos em prospectiva. Desde logo, sobre o *princípio de subsidiariedade*, que, na União Europeia quase parece ter-se descoberto na última década do século XX, com o Tratado de Maastricht, quando, no plano filosófico, remonta há mais de sete séculos, cuja dilucidação nos é presenteada em páginas clarividentes, escritas quando ainda não se sonhava sequer com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE): “Ensina-nos o princípio de subsidiariedade e a experiência que sempre que uma sociedade superior assume as funções de uma sociedade inferior, fora da esfera do bem comum, isto é, quando uma sociedade superior quer realizar por si um bem mais particular do que o exigido pela própria finalidade, a sociedade civil ficou sempre menos próspera e mais empobrecida”²⁸. Também aqui Craveiro da Silva auscultava os sinais dos tempos, perscrutando os desígnios da história; e, em 1957, com sabedoria serena, escrevia: “Hoje os Estados vão reconhecendo, muitas vezes obrigados pelos rudes golpes da experiência, a sua impotência para satisfazer grande parte das necessidades

²⁶ *Ib.*, p. 107.

²⁷ “Molina e a Companhia de Jesus”, in Irene Borges-Duarte (org.), *Luís de Molina regressa a Évora* (Actas das Jornadas, 1997), Évora, Fundação Luís de Molina, 1998 (79-95) p. 86.

²⁸ “Fundamentação do direito de associação (o princípio de subsidiariedade)”, *Scientia Juridica*, 8, 1959 (9-19); em *EFCP* (307-317) pp. 313-314.

humanas; a tese absoluta das soberanias nacionais prometeu mais do que pôde oferecer”²⁹. Verdadeiramente, estas eram páginas de flagrante actualidade, escritas com a antecipação de quase meio século.

Já em “União Europeia e progresso nacional”, de 1996, após concisamente explicar vários aspectos da nossa histórica ligação à Europa – exorto à sua leitura –, considera: “Há na actual globalização (e não só europeização) da política económica duas tendências ou dois princípios básicos: um princípio funcional neoliberal pelo qual se deixa aos mercados o fluxo das permutas [...], mas também um princípio organizacional (de intervenção) feito de experiência e voluntarismo político-económico que tem por missão definir e escolher os melhores espaços estratégicos das transacções [...]”³⁰. Noutra ocasião, afirmou: “O Além-Mar d’Os *Lusíadas* está a ser substituído pelo Aquém-Mar da Europa, o que representa para a actual geração um desafio e uma nova aventura”³¹. Agora, num Colóquio em que também participámos, sobre a revisão do Tratado de Maastricht, termina: “É a nossa aventura. E Portugal sempre foi feliz quando soube aventurar-se”³². Um fecho adequado numa conferência para jovens.

B/ OS MESTRES

O obra do Professor Lúcio é um chão copioso de influxos e reflexos, onde se inserem Paulo Orósio, Santo Agostinho, São Martinho de Dume, Petrarca, Pedro Hispano, Álvares Pais, Dom Diogo de Sousa, Francisco Sanches, Luís de Molina, Luís de Camões, a Escola Conimbricense em Filosofia, o Padre António Vieira, Serafim de Freitas, Inácio Monteiro, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Agostinho de Macedo, Antero de Quental, Eça de Queirós, Teixeira de Pascoaes, Silvestre de Moraes, Abel Salazar,

²⁹ “Comunidade internacional, comunidade europeia e soberania nacional”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (2) 1957 (113-124); em *EFCP*, (319-329) p. 325.

³⁰ “União Europeia e progresso nacional” [conferência no 3º Seminário sobre a Revisão do Tratado de Maastricht, 1996], *Ser Português* (9-19) p. 19.

³¹ “Bracara Augusta e as lições da História” [conferência na abertura da “Comemoração do Bimilenário de Bracara Augusta”, 2000], *Ser Português*, p. 27.

³² “União Europeia e progresso nacional”, *op. cit.*, p. 19.

Aquilino Ribeiro, Émile Meyerson, Paul Valéry – uma plêiade de pensadores cujas obras nos é dado fruir através da sua reflexão. Nesta análise, é forçoso que fixemos a nossa atenção apenas em alguns³³, pelas limitações de espaço.

1. Estando prevista uma minha intervenção sobre as “Ideias e Mestres” de Braga³⁴, passo a evocar, com ênfase, o primeiro e grande filósofo português depois do nascimento de Portugal, Pedro Hispano (c.1215-1277), a que Craveiro da Silva consagrou um estudo aquando do VII centenário da sua morte (1977), examinando desde as *Summulae Logicales* à obra de temática psicológica e estudos médicos da autoria do filósofo e médico também braceirense. O Professor Lúcio caracteriza a mundividência e a abrangência de conhecimentos do nosso filósofo e cientista, não negligenciando as controvérsias que surgiram sobre os problemas de originalidade ou os apodos de eclectismo, tendo também em conta os vários contributos de especialistas, nacionais e estrangeiros; se é a sua obra filosófica que nos importa, convém não esquecer que Pedro Hispano, o futuro Papa João XXI, foi porventura o português que granjeou, até final do século XX, de maior poder no mundo, dada a relevância mundial do papel dos Sumo-Pontífices, de então.

De facto, “Pedro Hispano deu entrada na História da Filosofia como autor das ‘Súmulas Lógicas’ e como tal o celebrou Dante (Paraíso, XII, 133)”, sendo com essa obra que “alcançou êxito memorável, comentada e adoptada que foi como livro de texto de lógica durante uns quatro séculos nas universidades europeias, com cerca de 200 edições”; e “não há dúvida que Pedro Hispano está na base do grande desenvolvimento da lógica no século XIII” e, nesse domínio “soube escrever um compêndio claro, metódico, de estilo lapidar, didáctico, evitando questões supérfluas e difusas”³⁵; se chegou a duvidar-se da autoria e da originalidade de publicações suas, hoje tem-se

³³ Para uma análise mais detalhada, cf. “Proémio”, in Lúcio Craveiro da Silva, *Biobibliografia, Sobre a Universidade*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004 (9-55). E também “Lúcio Craveiro da Silva: “Da sabedoria e do seu uso”, in Manuel Gama, João Ribeiro Mendes e Maria Francisca Xavier (org.), *Lúcio Craveiro da Silva: Homem de ação e de pensamento*, Actas do Colóquio 2014, Braga, Universidade do Minho, 2015, pp. 9-28.

³⁴ “Ideias e Mestres” de Braga, na Mesa-Redonda prevista para 28 de Novembro próximo, na qual penso concentrar-me nos Mestres originários de Braga ou radicados nesta cidade (Paulo Orósio, São Martinho de Dume, Francisco Sanches, Escola Filosófica de Braga, *et alii*), bem como em Ideias relativos a esta Cidade e Região.

³⁵ Lúcio Craveiro da Silva, “Pedro Hispano (1277-1977) à luz dos últimos séculos” (1977), *Revista Portuguesa de Filosofia*, 33 (2-3) 1977 (113-123); em *EFCP*, p. 41.

por adquirido que a obra foi da lavra de Pedro Julião ou Pedro Hispano, sendo que, o problema que nos falta resolver hoje, é “sobretudo o da fixação do texto crítico e influências recebidas”³⁶.

Outrossim, como filósofo, é inegável o mérito de ter contribuído para a introdução do aristotelismo no Ocidente; e, se não pôde servir-se das traduções que mais tarde São Tomás utilizará, mas apenas de comentadores árabes e neoplatônicos, a verdade é que “compendiou a lógica aristotélica, foi talvez o primeiro comentador, entre os latinos, do *De anima* e do *De animalibus*, e comentou ainda o *De longitate et brevitate vitae* e o *Liber de sensu et sensatu*. Está, portanto, incluído intelectualmente na corrente aristotélica da primeira metade do século XIII, que antecedeu a síntese tomista e o aparecimento do averroísmo latino; até por isso era natural que, uma vez chegado ao trono pontifício, Pedro Hispano reagisse, como reagiu, contra o averroísmo da Faculdade de Artes da Universidade de Paris”³⁷.

Sendo autor de uma mundividência ampla pela abrangência de conhecimentos, foi, como acentua o Professor Lúcio, “um filósofo eclético onde as várias correntes se cruzaram na superfície mas não se fundiram na profundidade de uma síntese ampla e coerente. Descobriu e conheceu os diversos recantos do seu horizonte intelectual mas não soube ou não teve o descanso e a reflexão suficientes para os contemplar no conjunto enriquecedor duma paisagem cheia de amplitude e harmonia”³⁸. Lúcio Craveiro nota que terá querido ser conciliador, deixando fluir as várias correntes do seu tempo na sua heterogeneidade, mas esse aspecto nada retira ao valor e influência do primeiro grande filósofo português.

É importante ter em conta que “Portugal, de um modo geral [...], nunca foi um pólo de atracção intelectual como Paris, Bolonha ou Salamanca. Os seus maiores pensadores ou se formaram no estrangeiro ou por lá viveram e floresceram, com relações mais ou menos ténues com a mãe pátria. Enumeremos, a título de exemplo, Álvaro Pais, André de Prado, Pedro Margalho, Leão Hebreu, Francisco Sanches... Espalhados pela Europa, já então emigrantes do pensamento, ou se formaram nos mais célebres centros

³⁶ *Ib.*, p. 42.

³⁷ *Ib.*, pp. 46-47.

³⁸ *Ib.*, p. 47.

culturais ou foram neles professores tomando por vezes lugar de relevo nas correntes científicas ou filosóficas do seu tempo. Pedro Hispano foi o primeiro a inaugurar, com brilho, esta característica ou fatalidade da nossa história”³⁹, singularizando-se ainda, na sua época, pela “simbiose que ele realizou da filosofia, da teologia e da ciência médica” – um tríplice saber que se desenvolve, cada vez mais aprofundado, de modo interdisciplinar.

2. A originalidade da Escola Conimbricense despertou a especial atenção de Lúcio Craveiro, com reflexos até na orientação do seu espírito no que à metodologia, rigor e problemas concerne – conforme testemunha; na verdade, o Curso Conimbricense, publicado no final do século XVI (entre 1592 e 1606), para apoio ao Curso de Filosofia ministrado no Colégio das Artes de Coimbra, obteve assinalável sucesso em muitos centros universitários europeus até meados do século XVII, pela nova metodologia e novidade que comportavam. Vários foram os trabalhos de então, que brotaram da pena de Lúcio Craveiro sobre o assunto; se a maioria deles está perdida, pôs especial interesse e cuidado na publicação dos trabalhos do Professor José Bacelar e Oliveira sobre o Curso Conimbricense, na obra⁴⁰ que organizou.

No seu estudo, Craveiro da Silva caracteriza a relevância da “Escola”: a primeira metade do século XVI foi uma época de transição no domínio do pensamento, em que as escolas tradicionais se enleavam, com frequência, em questões de autoridade e problemas insignificantes, esquecido o impulso original dos grandes pensadores; na filosofia escolástica dominavam o escotismo, o nominalismo e o tomismo (tendo Cajetano e Silvestre de Ferrara como os melhores comentadores, vigorosamente renovado por Vitoria, em Salamanca). É neste quadro que a Escola de Coimbra manifesta novas preocupações, desenvolvendo a sua actividade filosófica e estruturando os seus métodos em torno do aristotelismo, tomismo e a tendência experimental, pelo que “não é também de admirar que novas

³⁹ *Ib.*, p. 48.

⁴⁰ Refiro-me à obra de José Bacelar e Oliveira, *Estudos de Metafísica e Ontologia: perspectivas de um horizonte filosófico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, introd. Lúcio Craveiro da Silva, onde estão insertos os referidos capítulos sobre o Curso Conimbricense.

preocupações aparecessem na Escola de Coimbra. Se ela alinha na corrente aristotélica e tomista, não deixa de a julgar e enriquecer com uma nova fonte do conhecimento: a experiência”; essa tendência “em Portugal, vinha dos tempos de D. João I, acentuou-se com os Descobrimentos e as suas aporções, notabilizou-se em Garcia da Orta, e encontrou ardoroso intérprete em Francisco Sanches”⁴¹; em suma, aristotelismo, tomismo, tendência experimental, eis as traves da nova Escola.

Além disso, a orientação ao ensino é ainda um dos rasgos que se evidencia no fulgor desta Escola; se este condicionalismo limitava, em parte, a espontaneidade criativa, a verdade é que lograra “tanta perfeição num género tão difícil” que os seus cursos se impuseram “por isso mesmo a toda a Europa” e chegaram “a ser traduzidos na China”; com efeito, “o seu êxito na história da filosofia deve-se [...] ao facto de a Escola Coimbrã ter criado um método próprio de expor a filosofia [...]. Ultrapassando o sistema de comentários, como era costume até então, renovou o método e adaptou o novo conceito de “curso”. Por isso a sua exposição é mais clara, rápida e metódica, desenvolvem a filosofia de uma maneira mais independente da teologia, simplificam os assuntos, inserem o texto grego no seu curso para manter o aluno em contacto com as fontes, actualizam as matérias com a exposição da opinião dos autores que as versaram e a discussão dos resultados dos novos avanços científicos. Além disso há a relevar a independência e isenção com que tratam esses assuntos; o argumento de autoridade, tão em voga nas escolas do tempo, era relegado pelos Conimbricenses [...] para o seu devido lugar”⁴². Este espírito metodológico renovador procedia da consulta e interpretação directa dos autores, evitando citações indirectas e atendendo à experiência.

3. A valorização por Lúcio Craveiro dos clássicos que trataram questões de actualidade levou-o a escrever “Serafim de Freitas, antagonista

⁴¹ “A originalidade da Escola conimbricense em filosofia”, *Itinerarium*, 6 (27) 1960 (11-18); em *EFCP* (109-115) p. 113.

⁴² *Ib.*, p. 115.

de Grócio”, onde desvela a importância da obra do seiscentista português (1570-1633) que infirma o *Mare liberum* de Grócio. “Não nos esqueçamos que a obra de Serafim de Freitas é sobretudo polémica e procurava destruir a tese de Grócio, que defendia sem limites a plena liberdade da navegação dos mares e dessa tese geral deduzia que, por isso, também a navegação dos mares das Índias era livre. Ora Freitas mostra que os argumentos de Grócio são contestáveis e sobretudo frisa que, em muitas circunstâncias, todos admitem o *Mare clausum*. Tal é o caso dos mares costeiros, pois consideram-se pertença do Estado as 3 milhas ou mais do mar junto da costa”⁴³. Constatando as obras dos dois autores – o célebre filósofo holandês Hugo Grócio e o português Serafim de Freitas –, Craveiro da Silva infere que, se no pensamento de Grócio, a navegação livre dos mares cairia no direito natural de primeira ordem, Serafim de Freitas, ao invés, argui que pertenceria ao direito natural de segunda ordem, isto é, ao direito natural cuja aplicação varia segundo as circunstâncias das coisas a ele sujeitas, mostrando que, “no campo da filosofia jurídica, a resposta do jurista português é convincente e o seu ponto de vista ainda hoje mantém a sua actualidade no Direito Internacional”⁴⁴. Serafim de Freitas defende a causa de Portugal contra juristas de renome, como Hugo Grócio.

4. Sobre Inácio Monteiro, figura relevante do Iluminismo português e da evolução da cultura portuguesa do século XVIII, Lúcio Craveiro deixou-nos dois estudos⁴⁵, nos quais descreve o seu período de formação em Évora, Porto e Coimbra, demorando-se depois sobre a presença de Inácio Monteiro na Universidade de Ferrara, para onde se exilara, expulso por Pombal; aí, acolhido como “doutíssimo”, exerce ora as funções de Prefeito de estudos, ora a tarefa de reforma da organização do ensino (1797). O “último conimbricense”, na sua

⁴³ “Serafim de Freitas, um jurista português antagonista de Grócio”, *Scientia Juridica*, Braga, 3, 1954 (655-660), 4, 1955 (84-92); em *EFCP* (137-150) p. 141.

⁴⁴ *Ib.*, p. 150.

⁴⁵ “Inácio Monteiro: significado da sua vida e da sua obra”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 29 (3) 1973 (229-266); em *EFCP* (151-189). “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, in Pedro Calafate (dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III, Lisboa, Editorial Caminho, 2001 (177-194); em *ECP* (115-136).

Filosofia Livre e Eclética (7 tomos) expõe as suas ideias sobre filosofia natural (as ciências, incluindo matemática e física), lógica ou arte crítica (a física baseia-se na *experiência externa*, a lógica parte, na senda de Locke, da *observação interna*), metafísica (“disserta sobre as primeiras e universais causas de todas as coisas, das noções, das leis inteligíveis, dos espíritos e objectos incorpóreos”), ética (“uma ética filosófica fundada apenas na natureza e na razão, apesar de ser cristão e observante da religião revelada”)⁴⁶. Estes dois estudos, com copiosa incursão nos textos, densificam “a ampla síntese das ciências e, em parte, da filosofia do tempo” que ele realizou, e como, “apesar da sua invulgar formação matemática e científica, nele as ciências e a matemática [...] são analisadas sobretudo como base e esteio para as soluções filosóficas”⁴⁷. Este “último Conimbricense” foi uma figura que contribuiu para o “programa *iluminista* da difusão e valor social da cultura”⁴⁸, com amplo respaldo científico, mormente da matemática, cuja obra se difundiu por toda a Europa, e na sua pátria, onde não pôde mais voltar por imposição pombalina, apenas pelas suas obras.

5. Não posso olvidar, nesta breve sùmula, o “diálogo vivo” que Lúcio Craveiro da Silva diz ter travado com o Padre António Vieira e Antero de Quental, para depois me demorar nas suas reflexões sobre o nosso Poeta-Filósofo.

a) Ora, do Jesuíta luso-brasileiro assevera ter sido “um Autor com quem igualmente sempre convivi”⁴⁹, de Antero confessa-se discípulo, de quem “bebemos alguma coisa de humano e de vital”⁵⁰. De modo interessante, Vieira e Antero aparecem juntos num outro livro – *Padre António Vieira e Antero de Quental* –, pois “ambos foram tremendamente lutadores, ambos se

⁴⁶ Cf. “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, *op. cit.*, pp. 125-134.

⁴⁷ “Inácio Monteiro: significado da sua vida e da sua obra”, *op. cit.*, p. 186

⁴⁸ “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, *op. cit.*, p. 134.

⁴⁹ Lúcio Craveiro da Silva, *Padre António Vieira e Antero de Quental*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 1998, p. 7.

⁵⁰ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico* (1959), Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1992, 2ª edição aumentada, p. 13.

entregaram denodadamente a um ideal, como cavaleiros andantes que serviram a sua dama, com afinco, sem reservas, com paixão. É certo que a “dama” que serviram surge muito diferente num e noutra. Mas neles vamos descobrir as mesmas consequências psicológicas dessa paixão na própria avaliação da sua obra literária: em Vieira em relação aos Sermões, em Antero em relação aos Sonetos⁵¹ – como transparece em ritmo vigoroso na centena de páginas a ambos dedicadas neste livro. Ademais, “ambos tentaram ‘escrever um livro’: ‘Vieira na *História do Futuro* e Antero no *Programa para a Geração Nova*’; e, se ‘a *História do Futuro* não foi aceite pela Inquisição e ficou incompleta’, ‘o *Programa* de Antero não foi, ao que parece, aplaudido pelos amigos e ele destruiu-o’. No entanto, Vieira persistiu na *Clavis Prophetarum*, Antero nas *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. Ambas as obras ficaram inacabadas, capelas imperfeitas, segundo confissão dos respectivos autores. Mas o mais curioso é que o Orador Vieira, dominado pelos ideais da *História do Futuro*, chega a considerar para lugar inferior, na sua apreciação, os *Sermões*; o Poeta Antero, igualmente apaixonado pelos horizontes místico-filosóficos que o absorviam, deixa por vezes em plano esvaecido o valor literário dos *Sonetos*⁵². Tal reflexão comparativa mostra quão vivencial e profundo foi o diálogo entre o Inaciano luso-brasileiro, o Inaciano bracarense e o Insulano micaelense.

b) Em *Ser Português*, onde se inclui a palestra que deu o título ao livro, “proferida a pedido de um grupo de estudantes universitários”, disse Lúcio Craveiro: “Houve, porém, um facto ou um ‘choque’ que mudou por completo a minha vida”, quando, “em 1934, tinha eu uns 20 anos, vim para Braga cursar filosofia [...]. Lia muito e encontrei, entre outros, um autor que me marcou porque ele desencadeava claramente um problema que ecoou com força dentro de mim mesmo: ‘Quería saber ao menos para que vim ao mundo’. Esse autor foi Antero de Quental [...]”⁵³. De facto, Antero expressara de vários modos essa momentosa questão, como na sua famosa Carta autobiográfica (14 de

⁵¹ Lúcio Craveiro da Silva, “Padre António Vieira e Antero de Quental”, *Padre António Vieira e Antero de Quental*, op. cit., p. 45.

⁵² *Ib.*, p. 48.

⁵³ “Ser Português (Palestra proferida a pedido de um grupo de estudantes universitários)”, *Ser Português*, p. 66.

Maio de 1887), ao narrar as atribuladas questões vividas “em face do grande problema da existência. [...] Eram estas as consequências que eu via sair da doutrina com que me criara, da minha *alma mater*, agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem, antes de morrer, quer ao menos saber para que veio ao mundo”⁵⁴. Embora com pressupostos diferentes, junta-os a gravidade da questão que os inquietava.

Outrossim, e na sequência, o que em Antero seduzia Lúcio Craveiro era a busca do sentido da existência, a sede de metafísica e a atitude existencial de luta por um ideal, tanto mais que “o ‘encontro’ com Antero originou um diálogo vivo que muitas vezes terminou numa reacção”⁵⁵ – donde afinal resultou *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico* (1959). Sem dúvida, eis-nos ante um livro denso e, ao mesmo tempo, sereno, onde, por um trabalho interpretativo original, caracteriza o que denomina de “antinomias anterianas”, isto é, os eixos dinâmicos da obra do nosso Poeta-Filósofo.

Craveiro da Silva não oculta o enorme influxo recebido: “devemos confessar que ele representou uma das influências mais profundas e duradoiras da nossa formação filosófica. Logo no início do nosso curso filosófico [...], Antero de Quental apareceu a determinar certa orientação do nosso espírito. [...] Mas foi dele que recebemos o entusiasmo pelos problemas especulativos, foi ele que despertou o nosso gosto pelas amplas interpretações sintéticas e históricas do pensamento humano, foi nele que descobrimos a necessidade de uma integração social dos problemas, foi nele, finalmente, que encontramos o segredo da necessidade da Ética e da Moral e aprendemos a nunca descurar o aspecto metafísico da realidade”⁵⁶. Por isso, escreve: “A confissão que acabamos de fazer talvez tenha pouco interesse para a maioria dos nossos leitores, e não a faríamos se ela não fosse devida àqueles que desejavam saber como é que nos pudemos interessar por um pensador antagonista de ideias, que se encontram no mais íntimo da nossa inteligência e dos nossos trabalhos”, embora notando: “Nunca a formação de um pensamento se limita à

⁵⁴ Antero de Quental, “Carta a Wilhelm Storck”, *Cartas II*, org., introdução e notas de Ana Maria A. Martins. Universidade dos Açores / Lisboa, Editorial Comunicação (1989), pp. 837, 838.

⁵⁵ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, op. cit., p. 13.

⁵⁶ *Ib.*

influência de um só autor; e com Antero outros pensadores nos ajudaram a modelar a nossa visão do mundo e do homem”⁵⁷.

c) Julgamos que é no capítulo IV da I Parte do livro de Lúcio Craveiro que brotam as reflexões mais densas e originais sobre o pensamento anteriano, que “progride por sínteses sucessivas”⁵⁸, a que o Professor Lúcio volta em ensaio sobre “o sentimento moral e religioso na Filosofia de Antero”, e dez anos depois⁵⁹, em páginas imbuídas de reflexão aturada sobre “a estrutura dinâmica” do pensamento de Antero: uma 1ª síntese sobre a “superação da antinomia basilar na teoria geral do ser”, a 2ª sobre a “Ciência-Filosofia, na teoria das ciências com a teoria da evolução na libertação do ser inconsciente e do ser consciente”, a 3ª sobre “a da Filosofia e Moral”, e a 4ª, “a da Religião intimamente ligada à Moral”⁶⁰ – portanto um percurso tetragonal por entre antíteses e sínteses.

Divisamos nesta reflexão entretecida de antíteses e sínteses um Antero tanto na senda de Proudhon como sob o influxo de Hegel; convergindo com Proudhon, quando anela pelo equilíbrio dos contrários numa dialéctica dos antagonismos, abjurando a síntese hegeliana, a que o fulgor dos seus versos dá melhor expressão: “*Mas o homem, na terra onde o destino | O lançou, vive e agita-se incessante... | Enche o ar da terra o seu pulmão possante... | Cá da terra blasfema ou ergue um hino...*”⁶¹. Todavia, em Antero há também a “paixão da síntese”, presente ao longo da sua obra, como confessou na sua Carta autobiográfica ao deixar claro que “me seduziram as tendências grandiosas daquela estupenda síntese”, tendo sido “dentro dele [hegelianismo] que se deu a minha evolução intelectual”⁶²; di-lo também em verso: “*Mas a ideia é num mundo inalterável, | Num cristalino Céu, que vive estável... | Tu, pensamento, não és fogo, és luz!*”⁶³.

⁵⁷ *Ib.*

⁵⁸ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, op. cit., pp. 67-87.

⁵⁹ Lúcio Craveiro da Silva, “Antero de Quental, filósofo”, *ECP*. 2002 (26-35).

⁶⁰ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, op. cit., p. 108.

⁶¹ Antero de Quental, “Tese e Antítese II”, *Sonetos*, ed. António Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962, p. 54.

⁶² Antero de Quental, “Carta a Wilhelm Storck”, *Cartas II*, op. cit., p. 834.

⁶³ Antero de Quental, “Tese e Antítese I”, *Sonetos*, op. cit., p. 53.

Assim, ao surgir uma “primeira síntese” – “superação da antinomia basilar” –, esta “projecta uma união, um longo abraço entre o idealismo espiritualista ou dinamismo psíquico, e o materialismo ou dinamismo mecânico, para refundir em novos moldes toda a filosofia”⁶⁴. Na continuação desse diálogo, com a “segunda síntese” – “ciência-filosofia” – é esclarecido que “o mecanicismo contém verdade, mas não contém toda a verdade. Sente-se estruturalmente incompleto e clama por um remate metafísico, que o aperfeiçoe e fecunde”⁶⁵. Nesta dialéctica ascendente, desponta a “terceira síntese” – “Filosofia (espiritualista) e a Moral” –, onde somos envolvidos pela questão: “Desde que o mundo participa da *força*, porque não há-de sentir intimamente o *dinamismo* duma tendência mística, que o impele ao bem?”⁶⁶, que nos conduz a uma “quarta síntese” – “a Moral e a Religião” –, na qual “Antero mal esboça, ao de leve, o plano de uma nova síntese no campo religioso”⁶⁷. Por isso mesmo, o Inaciano afirma sobre o Insulano: “Muitos dos seus problemas permanecem os nossos problemas. E se não teve tempo de os aprofundar suficientemente e de lhes encontrar as perspectivas ambicionadas, até por causa da sua saúde deficiente, teve o condão de os descobrir entre nós, de os discutir com talento excepcional, de os exprimir em versos imortais e de os olhar com sinceridade e humanidade”⁶⁸.

d) Ainda sobre o Poeta-Filósofo, Lúcio Craveiro publica, em 1996, as *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, que importava “dar a conhecer quando antes”, não só porque “sob muitos aspectos reflectem ou confirmam o que já conhecíamos ou suspeitávamos pela restante correspondência”, mas também porque se desvendam “horizontes novos de problemas conhecidos”⁶⁹. Na “Introdução”, Craveiro da Silva narra as vicissitudes históricas das 29 Cartas que organizou e anotou, entregues por D. Victória, esposa de Oliveira Martins, ao jesuíta Padre Joaquim Campo Santo, em

⁶⁴ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, op. cit., p. 69.

⁶⁵ *Ib.*, p. 75.

⁶⁶ *Ib.*, p. 82.

⁶⁷ *Ib.*, p. 83.

⁶⁸ *Ib.*, p. 106.

⁶⁹ Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, introdução, org. e notas de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, Faculdade de Filosofia de Braga, 1996, p. 35.

Lisboa (guardadas depois no Juncal e em Braga, Nine, enterradas em Valença, e ainda em Tui, Valladolid, Bruxelas, Lisboa); depois, o Professor Lúcio dilucida o pensamento anterior nas perfileiras, desde a sua busca filosófica e metafísica, o hegelianismo como ponto de partida das especulações de Antero, o espírito religioso que nele anda sempre ligado à metafísica, a sua empenhada adesão à justiça social e, por ela, ao socialismo de cariz proudhiano. Sobre o influxo do filósofo francês, convém destacar “o *Programa da União Democrática* (1873), que se julgava definitivamente perdido e foi encontrado entre estes inéditos de Antero e assim fica conhecido na sua primeira redacção, antes das emendas de Oliveira Martins”⁷⁰ – dado doravante relevante na interpretação de Antero.

No entanto, “acresce outro aspecto importante que não tem sido focado e que nestes inéditos se revela notável. Antero caiu na conta de que sem um estudo aprofundado da economia, a reforma social e os movimentos operários carecem de base e perdem-se na utopia. Por isso, Antero (quem o diria?) pensou ser economista como uma das suas primeiras prioridades”⁷¹, como confidencia a Oliveira Martins: “Os meus estudos sociais estão agora interrompidos com a literatura que me absorve; decididamente tudo se conspira para fazer com que eu nunca possa ser aquele grande economista que bem no fundo, como V. sabe, é a minha vocação verdadeira!”.

Sobre Antero voltará com novos temas, seja dilucidando questões específicas⁷², seja nas suas relações com Eça⁷³. Gustavo de Fraga, escreve: “O encontro de Lúcio Craveiro da Silva, confessadamente de discípulo, com Antero de Quental, como mestre, não surpreenderá o filósofo conhecedor da tradição filosófica, mas ficará como um dos episódios mais belos e significativos do “anterismo” e do encontro dos espíritos no século XX português. Pensamos que põe termo, pela resposta vivida, a um certo número de

⁷⁰ Lúcio Craveiro da Silva, “Introdução”, p. 28. Ver o Programa da “União Democrática Portuguesa” (57-63), em anexo à Carta de Antero a Oliveira Martins de 23 de Fevereiro de 1873, in Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, op. cit. (54-56).

⁷¹ *Ib.*, “Introdução”, pp. 29-30. Cf. Carta a Oliveira Martins de 2 de Novembro de 1871, in Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, op. cit., p. 45.

⁷² Lúcio Craveiro da Silva, “Antero de Quental, filósofo”, *ECP* (9-36), mas também “Antero de Quental, marxista?” e “O Tesouro Poético da Infância’ de Antero de Quental” (2000), *Ser Português* (85-95, 97-103, respectivamente).

⁷³ Lúcio Craveiro da Silva, “Eça de Queirós e Antero, amigos: o diálogo fecundo de dois génios”, *ECP*. (37-41).

questões e dúvidas sobre a interpretação de Antero e sobre a sua concepção do mundo”⁷⁴.

6. O estudo sobre “Silvestre de Moraes, Filósofo” (1869-1936) versa sobre o influxo do positivismo de Herbert Spencer em Portugal, em grande parte, aliás, por estudar. Na obra do evolucionista português, no seu sistema também determinista, analisa-se em especial as relações que o autor apresenta na sua vasta obra, mormente as relações entre a ciência e a filosofia, a classificação das ciências, a sua concepção do universo e da vida (evolucionismo, mecanicismo e vitalismo) e o problema religioso. No entanto, Lúcio Craveiro mostra como Silvestre de Moraes aceita a posição evolucionista central de Spencer, embora por vezes dela se distanciando; para Silvestre de Moraes, é reagindo entre si que filosofia e ciência se vão exercitando, definindo os métodos, os sistemas e os processos da vida, derivando uns dos outros e completando-se reciprocamente. “Silvestre de Moraes não admite soluções simplesmente abstractas (metafísicas) nem simplesmente concretas (empiristas); aceita apenas as soluções que ele chama abstracto-concretas com que baseia a sua filosofia da ciência que se resume numa interpretação evolucionista do universo e da vida (vitalismo)”⁷⁵. Na verdade, “o Universo forma um todo, vivo, sem princípio nem fim, matéria e energia, que se vai manifestando indefinidamente em múltiplas formas. Por isso, as nossas explicações estáticas (apenas o presente) são ilusórias e simbólicas; para encontrar explicações objectivas temos de recorrer também ao passado e ao futuro, o que só se encontra nas ciências e na filosofia conjuntamente”⁷⁶. Sobre o problema religioso, é manifesto também o influxo de Spencer, para quem tanto a ciência como a religião têm aspectos comuns e são incapazes de atingir o Absoluto, o *Incognoscível* por natureza.

⁷⁴ Gustavo de Fraga, “Os discípulos de Antero”, in Vitor Aguiar Silva, Acílio E. Rocha, Norberto Cunha (coord.), *Em Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 1994 (135-164) p. 164.

⁷⁵ “Silvestre de Moraes, Filósofo”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 45 (1) 1989 (21-41); em *ECP* (137-157) pp. 147-148.

⁷⁶ *Ib.*, p. 150.

7. Cultor da maioria dos filósofos portugueses, Craveiro da Silva não poderia olvidar uma figura singular, a quem dedicou “Filosofia e poesia em Teixeira de Pascoaes” e “*Embriões*: o primeiro livro de Pascoais” (livro de 1895, que enjeitou, teimando “depois em apresentar sobretudo *Sempre* como sua primeira obra em 1898”⁷⁷). O Poeta, vivendo num tempo “deslumbrado com a estabilidade e os progressos espectaculares das ciências físico-matemáticas”, “tal como Bergson mas em sentido diferente, reagiu contra este império absorvente da concepção científica”⁷⁸, escrevendo n’*O Homem Universal*: “Nunca me conformei com um conceito puramente científico da Existência, ou aritmético-geométrico, quantitativo-extensivo. A existência não cabe numa balança ou entre os ponteiros dum compasso. Pesas e medir é muito pouco; e esse pouco é ainda uma ilusão”⁷⁹. Assim apresenta Lúcio Craveiro a obra multifacetada do pensador que abandonou a cidade e a própria profissão para se dedicar à sua missão de escritor, embrenhando-se de alma e coração nas montanhas do Marão, atento apenas aos apelos do seu mundo interior, rico de imaginação e inspiração criadora⁸⁰ – com este seu vibrante estudo.

A poesia é, então, teoria do conhecimento, uma poética ou forma de conhecer ao lado da ciência; enquanto esta é uma forma elementar do saber, a poesia penetra na essência das coisas. “Ninguém, como Pascoais – afirma Lúcio Craveiro –, valorizou, entre nós, o conhecimento poético de maneira tão pessoal, autêntica e genuína dentro da sua percepção do mundo e da vida; ninguém como ele teve a consciência da alta missão do poeta em desvendar a misteriosa realidade do homem e da natureza; ninguém como ele aceitou a responsabilidade dessa função demiúrgica da poesia e suas implicações, tão devotadamente, todo inteiro, sem compromisso”⁸¹. Assim, para além da existência, que é domínio da ciência, a poesia atinge a vida e revela a verdade. Se “já

⁷⁷ “*Embriões*: primeiro livro de Pascoaes” [alocução no “Colóquio sobre Teixeira de Pascoaes”, 1995], em *Ser Português* (105-110), p. 106.

⁷⁸ “Filosofia e Poesia em Teixeira de Pascoais”, *EFCP* (221-228) p. 223.

⁷⁹ Teixeira de Pascoais, *O Homem Universal*, Lisboa, Edições Europa, 1937, p. 9.

⁸⁰ “Filosofia e Poesia em Teixeira de Pascoais”, *op. cit.*, p. 221.

⁸¹ *Ib.*, p. 227.

Leonardo Coimbra, por exemplo, observou a confusão estabelecida por Pascoaes entre *infinito* e *indefinido*, e poderíamos acrescentar as deficiências do seu conceito de *finalidade* ao analisar o sentido da vida, o desconhecimento da *analogia* ao estabelecer problemas ontológicos”, vista a obra enquanto criação poética, “temos em Pascoaes o poeta mais rico e coerente da nossa história literária e filosófica”⁸², que colhia na serra do Marão a sua fonte de inspiração, qual “montanha sagrada” que o elevava ao cosmos e, por este, ao espírito universal – o esteio vivificante da obra pascoaisiana.

8. Certamente o Professor Lúcio reflectiu sobre o filósofo acabado de citar, Leonardo Coimbra, realçando que “foi uma figura de excepção na nossa tradição filosófica. Excepção, porque foi um filósofo original que criou um sistema próprio: a maioria dos nossos pensadores geralmente pouco ultrapassam a repetição de influências estranhas. Espírito rico de preocupações metafísicas, alicerçado numa vasta erudição, foi em Portugal o principal antagonista do positivismo e da sua decadente filosofia e, por isso, lhe ficámos devendo, em grande parte, a reacção que muito contribuiu para criar entre nós ambiente favorável à especulação e à renovação universitária do ensino da filosofia. E, caso ainda mais raro na nossa tradição filosófica, criou escola e a sua irradiação germinou viva primeiramente nos seus discípulos”⁸³. Aí considera ainda como Leonardo Coimbra desenvolve a sua análise partindo do fundo biopsicológico, etnográfico e histórico do povo russo, a crítica ao cientismo fechado em que assentou um poder totalitário que se exibia como solução humana completa, por isso mesmo votado ao fracasso – o que confere à obra um carácter premonitório.

9. Registamos outros títulos, como “Introdução à leitura de Petrarca e o petrarquismo”⁸⁴, “O agostinismo político no ‘Speculum

⁸² *Ib.*, pp. 227-228.

⁸³ Lúcio Craveiro da Silva, “Considerações em tomo de “A Rússia de hoje e o homem de sempre””, *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994, p. 11.

⁸⁴ *Brotéria*, 43, 1943; em *Ser Português* (137-147).

Regum’ de Álvaro Pais”⁸⁵, “Polémica entre Suárez e Vásquez, sobre o ‘Diligere Incipiunt’”⁸⁶, “Silvestre Pinheiro Ferreira, significado e itinerário da sua obra filosófica”⁸⁷, “José Agostinho de Macedo, a sua tentativa filosófica e a ‘Demonstração da existência de Deus’”⁸⁸, “Abel Salazar, a Universidade, a cultura e a inovação tecnológica”⁸⁹, as análises que faz sobre “Paul Valéry, Filósofo”⁹⁰, “Filosofia crítica de Meyerson”⁹¹, um interessante conjunto de ensaios literários, onde avultam “Nótulas de estética camoneana: os Lusíadas como epopeia”⁹², “Aquilino Ribeiro e o seu pesadelo: notas de crítica”⁹³, “O classicismo e a ‘Escola Nova’ poética”⁹⁴. Como especialista de História da Filosofia em Portugal, refira-se ainda o estudo “Filosofia Portuguesa Actual: esboço histórico valorativo”⁹⁵ e “Philosophie au Portugal”⁹⁶, que compendiam as principais correntes e figuras da filosofia nacional.

⁸⁵ *Brotéria*, 79 (2-3) 1964 (141-147); em *EFCP* (49-56).

⁸⁶ *Theologica*, 2ª série, 7, 1972 (489-499).

⁸⁷ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) 1955 (613-619); em *EFCP* (191-197).

⁸⁸ Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra, 1957; em *EFCP* (199-209).

⁸⁹ Intervenção [na celebração do centenário de Abel Salazar, 1990], em *Ser Português* (111-115).

⁹⁰ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 12 (2) 1956 (151-162); em *Ser Português* (149-160).

⁹¹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (2) 1958 (113-122); em *Ser Português* (161-170).

⁹² *Brotéria*, 32 (10) 1941 (486-502); em *EFCP* (117-130).

⁹³ *Brotéria*, 30 (2) 1940 (195-204); em *EFCP* (229-238).

⁹⁴ *Brotéria*, 28 (5) 1939 (550-560); em *EFCP* (239-249).

⁹⁵ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (3-4) 1958 (397-416).

⁹⁶ *Les Grands Courants de la Pensée Mondiale Contemporaine: panoramas nationaux*, vol. II, Milano, Marzorati Editore, 1958 (1039-1066).

MUNDIVIDÊNCIA ANTROPOLÓGICA DO PROF. LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA*

José Marques Fernandes

Universidade do Minho

Desconsiderando outros pontos de vista, diríamos que, como quase tudo na vida, também a apresentação deste pequeno ensaio sobre a *visão do homem* ou do *ser humano*, vivida, concebida e pensada pelo Prof. Lúcio e refletida no conjunto da sua obra, é produto de circunstâncias. E a primeira decorre naturalmente da iniciativa, a todos os títulos admirável e louvável, de duas das muitas pessoas que se assumem e gloriam de pertencer ao ciclo dos amigos e discípulos do Prof. Lúcio, de promover o ciclo de conferências e o colóquio evocativo do “*Pensamento, Obra, Personalidade, Ação*”, de Lúcio Craveiro da Silva, iniciativa sem dúvida motivada por dever de gratidão e de memória. Essas duas pessoas são, neste caso, o Prof. Manuel Gama que, no exercício de variados cargos que desempenhou no Departamento de Filosofia e na Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, a que o Prof. Lúcio pertencia, teve oportunidade de com ele colaborar intensamente na vida académica e com ele conviver, durante mais de três décadas, como cordial amigo, sendo a outra pessoa a Dr^a Aida Alves, cuidadosa, diligente e dedicada Diretora da prestigiada biblioteca bracarense que honra e dignifica brilhantemente a memória do seu titular. A iniciativa em apreço, aparece motivada pela necessidade e pelo dever de evocação e de celebração da *memória* do Prof. Lúcio, do legado humano e cultural da sua vida e da sua obra. E, a propósito da pertinência e do sentido desta evocação e de evocações deste género, parece-nos oportuno aduzir a razão que o Prof. Lúcio apresentava, em nota “Preliminar” a um dos seus livros (*Estudos de Cultura*

* Conferência realizada em 27 de abril de 2022.

Portuguesa, 2002), para justificar a investigação e os ensaios que dedicou a muitas e grandes figuras da Cultura Portuguesa e da Cultura Bracarense.

Embora as figuras apresentadas tenham valor por si mesmas, a verdade é que elas só brilham na riqueza da nossa cultura na medida em que são evocadas.

Em boa verdade, não são as figuras evocadas que carecem de evocação, mas sim quem as evoca, pois só assim o reflexo da luz da sua vida e da sua obra pode iluminar o caminho comum de quem os segue.

A segunda razão circunstancial da apresentação deste ensaio prende-se com o facto do generoso convite dos mentores do referido ciclo de conferências para colmatar a impossibilidade de o preletor da programada terceira conferência, agendada para o dia 27.04.2022, a não poder proferir, por motivo imprevisto. Nessa conferência, o Prof. João Vila Chã, da Universidade Gregoriana, faria a apresentação da obra de Lúcio Craveiro da Silva, *Curso de Filosofia Moral*, tratando, assim, de um aspeto nuclear do seu pensamento e do seu magistério.

Para tentar encontrar uma solução de recurso que evitasse a anulação da comunicação agendada, os responsáveis do evento lançaram-nos o desafio de propor e apresentar um tema alternativo.

Considerando que havia já colaborado em ações e publicações evocativas e celebrativas da vida, do ministério e magistério do Prof. Lúcio, entendi que agora o mais pertinente era evocar e reler o pensamento que deixou publicado no conjunto da sua obra escrita, sendo que a questão do “*ser homem*”, pontificava no conjunto de todas as outras questões (do “*ser*”, do “*ser português*”, do “*ser universitário*”, do “*ser para sempre*”).

Embora não tivesse tido a oportunidade de conviver e colaborar tão próxima e intensamente com o Mestre, como tantos outros, e me considerasse, por isso, o menos habilitado para participar neste fórum de revisitação e de reflexão sobre o seu legado, tive, no entanto, a oportunidade e o benefício de com ele contactar e começar a conhecer, em 1982, no primeiro ano do seu mandato como Reitor da Universidade do Minho (1982-1984), quando, como estagiário da Profissionalização em Exercício, no Liceu Sá de Miranda, no biénio de 1981-1983, ele nos ter recebido, a mim e ao meu colega de estágio,

no seu gabinete Reitoral do Largo do Paço, para lhe apresentarmos o pedido de uma visita de estudo dos nossos alunos de Filosofia ao Laboratório de Ciências da Terra, então sediado nos pavilhões da Rodovia. Ele recebeu-nos com admirável cordialidade, apoiou abertamente o nosso pedido, informou-nos dos procedimentos a adotar e diligenciou ele próprio para que a visita se realizasse nas melhores condições possíveis, como, de facto, aconteceu. Senti e reconheci, logo nesse primeiro encontro, uma das três virtudes que um grande pedagogo italiano oitocentista considerava como distintivas de um bom pedagogo e de um bom método e sistema educativo. Essa virtude era, a par da *razoabilidade* e da *religiosidade*, a virtude da *amabilidade*. É esse, de facto, um dos traços mais distintivos e impressionantes que guardo do nosso Prof. Lúcio: a *amabilidade*.

Estas três virtudes vimo-las convergir com uma outra, não menos marcante da sua personalidade e da sua mundividência, que é a virtude da sua *humanidade*, afim do seu *espírito humanista*, virtude reconhecida e testemunhada por todos os seus colaboradores e amigos.

Foram estas virtudes, estruturantes da sua personalidade que nos induziram a abordar o tema da sua *visão antropológica*.

Em boa verdade, a curiosidade e o interesse pelo estudo da génese da consciência de si como homem e da sua representação antropológica já nos haviam ocorrido, em 2014, aquando da celebração póstuma do centenário do seu nascimento, em que desenvolvemos o tema – “*Lúcio Craveiro da Silva ‘iluminado’ por Antero*” (Fernandes, 2015) – e em que observámos que, em outra circunstância, reportando-nos, nomeadamente, ao ensaio “Ser Português” (1994), talvez abordássemos o tema da sua visão antropológica ou da confissão da sua autogénese intelectual e espiritual, considerando o que o Prof. Lúcio pensa sobre a condição inicial do ser humano, que é a de perdição no mundo, a condição de *puro dado*, de matéria-prima informe, à qual cumpre dar forma, à semelhança, digamos assim, do artista que procura a bela forma para a bruta matéria. Segundo o Prof. Lúcio, antes de se pertencer a si próprio, antes de ser sujeito ativo, o ser humano pertence ao mundo, é sujeito passivo, evocando, a propósito, a figura bíblica do Rei David, o qual, à porta da morte, exclama: - “*vou entrar no caminho de toda a terra; esforça-te, pois, e sê um homem*” (1Rs 2,2), como evoca a observação de Paul Ricoeur, que afirma: “*Eu pertenço à história antes mesmo de me pertencer*” (Silva, 2000, 67).

Foram, pois, as referidas virtudes humanistas, estruturantes da sua personalidade, e a confissão da descoberta de si como ser humano no mundo que nos induziram a abordar o tema da sua *visão antropológica*, que desdobraremos e desenvolveremos em três tópicos:

1. *Experiência fundadora da sua visão do ser humano no mundo*; 2. *Fontes inspiradoras da sua antropologia* (o pensamento grego, o génio romano, a mensagem cristã, a teoria da evolução de Teilhard de Chardin); 3. *Traços identitários da sua visão antropológica* (Otimismo antropológico moderado; abertura, continuidade, integralidade e perfectibilidade); 4. *A “desproletarização” como solução do “problema operário” e fator de humanização*.

I

[Experiência fundadora da sua visão do ser humano no mundo]

Embora não apareça enunciada no quadro do que o Prof. Acílio Rocha designa como “arquitemas” do pensamento e da obra escrita do Prof. Lúcio, pelo facto de este não lhe ter dedicado um título e um ensaio específicos, o que não é menos facto é que a questão antropológica, a questão da condição e do sentido do ser humano no mundo era para ele a questão crucial, a ideia-limite e fundadora. A enunciação desses “arquitemas” (*Estudos Económicos e Sociais; Estudos de Ética e Filosofia Social e Política; Estudos de Filosofia em Portugal e Cultura Portuguesa; Estudos sobre a Universidade*) estão, parecem-nos, para a “questão antropológica” do Prof. Lúcio, como as três primeiras questões do autor da *Crítica da Razão Pura* (B 833) (“*O que posso saber? O que devo fazer? O que me é permitido esperar?*”) – estão para a sua quarta pergunta – “*O que é o homem?*”? E sabemos que, para Kant, as ciências que respondem às três primeiras perguntas (Metafísica, Moral e Religião) são subsidiárias da quarta (Antropologia).

O reconhecimento da primazia desta questão foi despertado na vida e no pensamento do Prof. Lúcio, como tem sido com pertinência frequentemente recordado, pelo seu encontro intelectual com um pensador que declaradamente diz tê-lo marcado profunda e indelevelmente, o poeta-filósofo açoriano Antero de Quental e a confissão que este fizera, em carta de 14 de maio de 1887, ao seu correspondente alemão

Wilhem Storck, a questão de quem, antes de morrer, “*quer ao menos saber para que veio ao mundo*”.

O prof. Lúcio referiu-se várias vezes, em várias circunstâncias, a este encontro como um “facto”, que foi também um “choque”, e que diz ter “mudado por completo” a sua vida (Silva, 2000, 66).

Houve, porém, um facto ou um “choque” que mudou por completo a minha vida. Em 1934, tinha eu uns 20 anos, vim para Braga cursar filosofia para o primeiro ano do recém-fundado Instituto B. Miguel de Carvalho. [...] Lia muito e encontrei, entre outros, um autor que me marcou porque ele desencadeava claramente um problema que ecoou com força dentro de mim mesmo: “Querida saber ao menos para que vim ao mundo”. Esse autor foi Antero de Quental e a confissão da profunda influência que ele exerceu na minha vida cultural deixei-a descrita no prólogo do livro que lhe dediquei (Silva, 2000, 66-67).

Parece-nos ser possível conjugar ou ligar a experiência ou vivência do “choque” provocado pelo encontro intelectual, mas também existencial, com o drama de Antero, com a natural curiosidade (de *curia*, cuidado) de Lúcio Craveiro, e também com a experiência e vivência da doença que confessa tê-lo afetado. “*Providencialmente, nessa altura, era muito adoentado e ficava entregue a mim mesmo e aos meus livros, com a convicção, que um médico pouco hábil me metera na cabeça, de que minha vida não iria muito longe*” (Silva, 2000, 66).

É sabido que a mundividência humana de não poucos pensadores, como Paulo de Tarso, Descartes, Pascal, Nietzsche, foi marcada por experiências ou vivências tão estruturantes e pregnantas como a que teve Lúcio Craveiro, sendo que, no que concerne à variável da doença, o exemplo com maior visibilidade é o de Nietzsche.

Importa ainda advertir que, ao falar de “experiência” fundadora, estamos a usar a palavra, não no sentido de fonte primordial de conhecimento, mas no sentido de vivência e princípio de um processo estruturante e configurador de toda a vida e da vida toda, que não apenas da dimensão cognitiva.

Foi, pois, esta a “experiência fundadora” constituída, não apenas pelo “choque” do encontro com Antero, mas também por estímulos e motivos de

outra proveniência, que moldaram a visão antropológica de Lúcio Craveiro da Silva, cujo esboço aqui apresentamos.

II

Fontes inspiradoras da sua antropologia

Reconhecida a experiência que constituiu o impulso inicial da sua antropologia, importa identificar e avaliar as suas fontes inspiradoras e modeladoras, pois nunca um pensador e criador, por mais genial que seja, constrói a partir do nada, mas sempre apoiado em dados recebidos, embora, no caso do Prof. Lúcio, tais referências ou “influências”, porque tão perfeitamente assimiladas e não explicitamente assinaladas, se tornem frequentemente de difícil identificação.

Acontece que uma das conferências do ciclo que precedeu o colóquio do dia 28 de novembro de 2022, proferida, no dia 30.03.2022, pelo Prof. Acílio Rocha, foi precisamente dedicada a “*Ideias e Mestres*” do Prof. Lúcio. É evidente que, à luz do *reflexo* que em toda a obra necessariamente se espelha, também na do Prof. Lúcio, e particularmente na sua visão antropológica, essas “*Ideias e Mestres*” algum eco tenham tido. Não contemplando presentemente esta fonte e os pertinentes dados que dela pudessem advir, assinalaremos aquelas outras que nos pareceu terem marcado a sua representação antropológica – o *logos* grego, o génio romano, a mensagem cristã e a visão “holística” de Teilhard de Chardin.

II.1. O pensamento grego, o génio romano e a mensagem cristã

Descontado, por inexistência ou indisponibilidade de fontes apropriadas, o tempo longo em que o ser humano teria tomado consciência de si próprio e do meio em que vivia, o Prof. Lúcio situa o início dessa consciência de si, do homem, do seu valor, dos seus limites e da sua razão de existir, na vida e na história do que chama “*dois grandes pequenos povos*”, que foram o berço onde “nasceu a civilização e a verdadeira cultura” (Silva, 1993, 270).

O primeiro desses povos foi o *grego*, que revelou à Humanidade a existência e a realidade de uma força ou de um poder, comum a todos os homens, que é também uma voz que todos e cada um devem ouvir, em si e por si. Essa força e esse poder é a força e o poder do *logos* ou da razão, sendo sábio aquele que escuta a sua voz.

Aproximadamente pela mesma altura em que no chão da Grécia era reconhecida e ecoava essa voz do *logos*, no seio de um outro “pequeno grande povo”, o de Israel, começou a manifestar-se paulatinamente uma outra força ou um outro poder, o do amor divino/Ágape, que teria na Encarnação de Cristo a suprema expressão e seria o princípio criador, como diz o Prof. Lúcio, do “novo homem e da nova ordem...” (Silva, 1993, 271).

À doação que do “logos” e do “amor” o povo grego e israelita fizeram à Humanidade, o Prof. Lúcio associa a doação de uma outra força ou poder, o do *Direito*, criação do povo romano.

“O *pensamento grego*, o génio romano e a mensagem cristã” foram, pois, segundo o Prof. Lúcio, os “três elementos que presidiram à formação da civilização europeia” (Silva, 1959a, 307).

II.2.

Reflexo da teoria da evolução de Teilhard de Chardin na antropologia de LCS

Embora tenhamos visto o nome do seu confrade jesuíta Teilhard de Chardin escrito apenas umas duas vezes nos Ensaaios que lemos, não temos dúvida do reflexo que a grande síntese de Ciência, Filosofia e Teologia, vislumbrada pelo hostilizado jesuíta, autor, entre outras obras, do *Fenómeno Humano*, teve na conceção e na visão antropológica do Prof. Lúcio, sendo que a percepção deste reflexo careceria de outra averiguação.

Ao assinalar que – “*os sacramentos espiritualizam a matéria [a água no Batismo, o óleo na Confirmação, na Ordem e na Unção dos enfermos, o pão e o vinho na Eucaristia], reconciliando-a com Deus e Deus com o homem...*” (Silva, 1959b, 349), – LCS parece estar a consentir com a visão teilhardiana da Cosmogénese, professando uma indefetível crença no poder recriador

e transfigurador, – e daí o reconhecimento da sua dignidade e valor – do trabalho humano, da ciência e da técnica.

Todo o trabalho técnico – afirma – opera transformação das coisas para um plano divino, ficando tudo orientado para o bem da humanidade de que Cristo é a cabeça (Silva, 1959b, 349).

Não corroborando o princípio da descontinuidade entre a esfera da imanência e a da transcendência e convergindo com o pensamento bergsoniano, segundo o qual “*a mística supõe ordinariamente a mecânica*” (Silva, 1959b, 350), aquela que o Prof. Lúcio designa como a sua tese antropológica reconhece e declara a espiritualização constante do trabalho humano, da ciência e da técnica, tese alimentada pela crença de que “*a história caminha para um fim e uma redenção*” (Silva, 1959b, 352)

III

Traços identitários da visão antropológica do Prof. Lúcio Craveiro da Silva

À semelhança dos “pais fundadores” da filosofia e cultura ocidental, que porfiavam em tentar saber o que era no princípio – se a água, se o ar, se a terra, se o fogo, se o átomo, se *o logos* ou se o mito –, o Prof. Lúcio encontrou para essa questão a resposta surpreendente, que inscreveu na primeira linha da “Introdução” da sua obra – *A Idade do Social* (1952): “*No princípio era o homem...*” (Silva, 1952, 15).

Percorrendo o itinerário da vida e da obra escrita do Prof. Lúcio com a bússola da tentativa de representação da sua visão do ser humano, parece-nos ter identificado os seguintes traços identitários dessa visão:

1. Otimismo antropológico moderado

Esta marca distintiva – de um otimismo antropológico moderado – contrasta radicalmente com a do seu interlocutor intelectual privilegiado, Antero, cuja mundividência se revelou invencivelmente pessimista.

Tentando traduzir a impenetrável “*antinomia basilar do ser*” – ou do ser e deixar de ser ou do ser para a morte –, verdadeira cruz da indagação intelectual de Antero, o Prof. Lúcio reconhece que o genial poeta-filósofo foi vítima dessa antinomia, ao não lograr superar o conflito entre a razão, que “*nos gela os destinos e os limita aos estreitos horizontes de quatro dias de vida*”, e o coração, “*que repele com vivacidade tamanho despautério, que enerva o mundo moral e o deixa despenhar-se irremediavelmente, sem o apoio duma eternidade!*” (Silva, 1959b, 352)

Se é grande a distância que separa o otimismo antropológico moderado do Prof. Lúcio do pessimismo exacerbado de Antero, também é verdade que se distancia do incomensurável otimismo da visão do seu insigne confrade jesuíta, o eminente paleontólogo Teilhard de Chardin, a quem o Prof. Lúcio se refere em *A Idade do Social* (Silva, 1952, 238), questionando a sua crença esperançosa no advento de uma onírica “ordem nova” ou de uma almejada “aurora dos novos tempos”, essa bela utopia a que Pierre Chardin assim se referia, nestes termos citados por LCS: “*Tout s’illumine. Tout se dilate... Nous connaissons une dimension spirituelle nouvelle*” (Chardin, 1945, 263).

É evidente que o otimismo sapiencial da sua visão do ser humano ancorava-se na confiança filosófica na racionalidade humana e na crença teológica na Encarnação e Redenção. De facto, diz LCS, “*pela Encarnação, Deus tornou-se ‘interior ao mundo e à história’; a matéria foi por Ele assumida e, portanto, nobilitada e engrandecida...*” (Silva, 1959b, 347).

Temperando, porém, o otimismo desmedido do seu confrade com a prudência da observação do devir tormentoso da vida do ser humano e dos povos, conclui o Prof. Lúcio:

Os que penetramos com realismo no revoltar dos acontecimentos não partilhamos facilmente do mesmo otimismo (Silva, 1959b, 238).

É também evidente que a moderação do seu otimismo antropológico não lhe advém apenas da observação do dramático “revoltar dos acontecimentos” que se desencadeiam no palco da história humana, mas também e simultaneamente da observação das contradições que se geram e desenvolvem no interior do microcosmos do ser humano e de que o Prof. Lúcio dá conta logo no início de *A Idade do Social*. “*Se partimos a vidraça exterior e olhamos para*

a morada interior do homem quase sempre lá encontramos sinais de transtorno, de desassossego, inquietação e conflito” (Silva, 1952, 18-19).

2. Abertura, continuidade, integralidade e perfectibilidade

Percorrendo a sua obra, verificamos que a sua concepção e visão do homem-no-mundo foram pautadas e obedeceram a princípios fundamentais e verdadeiramente estruturantes: *abertura*, e não *clausura*; *continuidade*, e não *ruptura*; *unidade*, e não *dualismo*; *perfectibilidade* ou *evolução ascendente*, e não *circularidade*; *integralidade*, e não *desagregação* de todos os elementos constituintes do ser humano.

Assim, no panorama da multiplicidade de visões antropológicas, a do Prof. Lúcio era tudo menos *platônica*, tudo menos *cartesiana* e até tudo menos *kantiana*, pois não suportava o *dualismo* de *matéria* e *espírito*, de *razão pura* e *razão prática*, de *autonomia* e *heteronomia*. Se a sua figura constasse da famosa pintura renascentista “A Escola de Atenas”, de Rafael Sanzio, representativa da Academia de Platão, veríamos o Prof. Lúcio apontando com uma das mãos para a terra e outra para o céu, mostrando a sua oposição à *divergência* da *senalização* de Platão, com o seu *Timeu* apontado à terra, e *Aristóteles*, com a sua *Ética a Nicómaco* apontada ao céu.

Em radical oposição ao *dualismo substancialista antropológico platônico* e *cartesiano*, a *visão* de LCS é de *radical continuidade* e *unidade* dos dois “mundos” (Popper), *físico* e *psíquico-espiritual*. “*Por isso – defende – não devemos conceber o cosmos independentemente do homem ou em oposição a ele. Pelo contrário, ele é uma espécie de complemento e de prolongação do homem e recebe, portanto, dele o seu influxo e a sua dignidade*” (Silva, 1959b, 342).

Como reconhece e assume o valor das coisas e das realidades terrestres, LCS reconhece e exalta o valor do *trabalho humano*, como reconhece e exalta o valor da *ciência* e da *técnica*, que vê como uma *emanação* e *potencial grandioso* de *expansão* do ser humano. “*Haverá maior prova – observa o Prof. LCS – da revelação do espírito e da superioridade essencial da inteligência do que um automóvel, um avião, um ciclotrão, uma máquina cibernética de calcular ou um spunik?*” (Silva, 1959b, 342).

IV

A “desproletarização” como solução do “problema operário” e fator de humanização do trabalhador

Como a apresentação do pensamento social do Prof. Lúcio não é da nossa competência, neste fórum, mas competência do nosso Prof. Fernando Machado, limitamo-nos, porque nos parece necessário para o fim que nos propusemos, a recolher desse pensamento económico e social, uma ideia luminosa, que ao Prof. Lúcio e, antes dele a Proudhon, se afigurava necessária e virtuosa. Referimo-nos à ideia, verdadeiramente arquimediana, para não dizer revolucionária, de “desproletarização”, que o Prof. Lúcio propõe no VIII e último capítulo de *A Idade do Social* (1952) e no VI e último capítulo de *O Movimento Operário* (1957), como via de solução da crucial “questão operária”, sinónimo de negação da dignidade e humanidade do trabalho humano, do trabalhador e da família.

Esta ideia humanista e este imperativo social e económico, - que não temos dúvida que bebeu na obra de Proudhon, nomeadamente em *Da capacidade política das classes trabalhadoras* (1865) – apresenta-os o Prof. Lúcio, primeiro em 1952, em *A Idade do Social*, no contexto da necessidade de reforma ou de humanização da empresa, referenciados, por isso, ao “proletariado industrial”¹. Cinco anos mais tarde, em 1957, esta ideia, esta proposta e imperativo aparecem, em *O Movimento Operário*, associados à necessidade de “elevação do operário rural”².

Ao defender que a solução do “problema social” não está nem no “capitalismo privado” nem no “capitalismo de Estado”, mas sim na “desproletarização” ou “universalização da propriedade”, tem em mente três variáveis deste processo de emancipação económica e social dos trabalhadores e, por isso, da sua dignificação e humanização: *o trabalho, o salário e a propriedade*.

¹ “A reforma da empresa deve atender a outro elemento essencial (...) que é o operário, e procurar situá-lo e dignificá-lo dentro do seu quadro comunitário. Isto leva-nos a olhar para outro aspeto do problema que está igualmente em aberto e reclama solução: a **desproletarização**” (Silva, 1952:231).

² Diz o Prof. Lúcio: “Fala-se muito e nós mesmos tivemos ocasião de escrever sobre a desproletarização das massas trabalhadoras. Agora podemos completar o nosso pensamento, pois vamos referir-nos à **desproletarização** das massas rurais” (Silva, 1957, 144).

O reconhecimento da dignidade e do valor do “*trabalho humano*” traduz-se, incontornavelmente, no direito do trabalhador ao “salário justo” e na possibilidade de o operário, industrial e rural, “*poder constituir* – defende o Prof. Lúcio – *ao menos um modesto património*” (Silva, 1957, 156).

A possibilidade ou o direito de o trabalhador poder constituir o seu património, nomeadamente no que concerne à condição do proletariado rural, “*exige* – defende o Prof. Lúcio – *que toquemos no delicado problema da propriedade das terras. Devemos facilitar o acesso dos trabalhadores à posse dos campos, ainda que isso exija a revisão da distribuição da propriedade e, se for necessário, mesmo a expropriação, depois de paga a indemnização justa*” (Silva, 1957, 156).

Para o Prof. Lúcio, como para Proudhon, a solução da “questão operária” não estava, pois, no sistema liberal capitalista, em que a propriedade é apenas de alguns, nem no sistema coletivista, em que a propriedade não é de ninguém, mas sim na solução social humanista, em que a propriedade é de todos. A solução era, pois, para Proudhon, como para o Prof. Lúcio, a da “*universalização da propriedade*”, que se lhe afigurava como a mais consentânea com a natureza humana.

Tendo relacionado, como nos parece evidente, a solução do “problema social” do “proletariado”, pela via da “desproletarização” ou da “universalização da propriedade”, defendida pelo Prof. Lúcio, com a defendida pelos seus “mestres” ou interlocutores privilegiados, Antero e Proudhon, e aproximando essa proposta de solução da via do “socialismo ético” como via intermédia do “individualismo liberal” e do “coletivismo comunista”, não pretendemos dizer que ele se assumisse como tal, como “socialista”. Mais acertado nos parece dizer que o seu pensamento social, no que concerne à dignidade e valor do trabalho, ao direito ao salário justo e à possibilidade de proprietário do justo produto do seu trabalho, se identifica antes com a do “*Catolicismo Social*”, cuja doutrina defende com arrojo nas obras em que desenvolvida e convictamente expõe o seu pensamento social, nomeadamente nas páginas 37 a 43 de *O Movimento Operário*, em que estabelece correlação entre *trabalho, salário e propriedade*, como condições de dignificação e de realização do ser humano.

Concluindo

Aludimos, no início deste pequeno ensaio sobre a antropologia de Lúcio Craveiro da Silva ou da sua visão e realização do ser humano no mundo, àqueles três princípios – *amabilidade, razoabilidade e religiosidade* – que o grande pedagogo italiano oitocentista, João Bosco, considerava constituintes de um bom método e sistema educativo. Sempre nos pareceu, desde o primeiro encontro que com ele tivemos e o começámos a conhecer, que estes três princípios se refletiam visivelmente na sua vida, na sua atividade e na sua liderança.

Embora, na caracterização da personalidade do Prof. Lúcio, não nos tenhamos detido propriamente na observação desse traço identitário, o da *religiosidade*, o que é facto é que todos conheciam a sua condição de religioso jesuíta, mas todos verificavam também que essa condição e pertença eram sobretudo de seu foro íntimo, da sua “vocação” religiosa, digamos. Dessa “vocação” nos deu conta, de forma poética, no 13º e último dos seus poemas de *Pégadas no Caminho* (1976), poema que ele e nós ouvimos declamar magistralmente, pelo poeta José Manuel Mendes, na celebração do seu 90º aniversário:

“Senhor! Ouvi a Tua voz porque me chamaste. [...] Chamaste-me a mim...e ouvi a Tua voz...[...] Deixei tudo e parti...Deixei a casa de meus pais...deixei-me a mim...”

Ocorre-nos, a este propósito, a aproximação a outro sábio jesuíta, mestre de cerca de duas dezenas de milhares de alunos da cadeira de *História da Cultura Clássica*³, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Padre Manuel Antunes que, sem a mais pequena referência catequética ou apologética, se revelou e foi reconhecido como um “evangelizador” e orien-

³ “*Há cerca de vinte e cinco anos que sou Professor da Faculdade de Lisboa, depois de ter sido durante sete do Instituto Superior de Humanidade da Companhia de Jesus em Portugal. Vim para a Faculdade convidado pelo Prof. Vitorino Nemésio, então seu diretor. [...] Pelos meus cursos já passaram cerca de dezassete mil alunos. Gosto de ensinar, sem dúvida, mas tenho outras preferências, designadamente, pela investigação e pela escrita*” (Entrevista feita ao Padre Manuel Antunes, conduzida por Manuel Lucena, em 1982, in *Padre Manuel Antunes sj responde. Entrevistas de ontem e de hoje. O essencial do pensamento de um dos maiores sábios do século XX*. Org e Introd. de Bruno Venâncio. Pref. de José Eduardo Franco. Porto, Edições Afrontamento, 2022, p. 384.

tador “espiritual” exemplar, como pude, como aluno, testemunhar e ouvir de colegas não crentes, dos mais díspares quadrantes “ideológicos”, no meio da agitação em que fermentava e eclodia a Revolução de Abril de 74.

É evidente que a *Obra Completa* do Padre Manuel Antunes, em boa hora primorosamente editada, em 12 Volumes, pela F.C.G., é quantitativamente incomparável com a do Prof. Lúcio Craveiro da Silva, mas porque é também incomparável a quantidade dos cargos governativos exercidos pelos dois insígnies jesuítas, sendo que o Prof. Lúcio confessou, não poucas vezes e em não poucas circunstâncias, quanto lhe custou sacrificar o gosto e a vontade de investigação aos mandatos do exercício de cargos de administração e governação.

Mas, no essencial, parece-nos que é justo e digno dizer do Prof. Lúcio Craveiro o que do Padre Manuel Antunes disse um seu sucessor na direção da revista *Brotéria*:

Foi um orientador para muitas pessoas, quer ao nível intelectual, quer ao nível pessoal, e isso é o que as pessoas mais apreciam nele, ou seja, mais importante do que o que aprenderam nos seus livros, foi o que aprenderam com ele no que diz respeito ao modo como lidar com a vida, com os dramas da existência e com a história (Rico, 2011, 287).

No referido poema – “Senhor” – de *Pégadas no Caminho* (1976), o Prof. Lúcio, comparando a sua vida com a do “barco que deixa ao menos um rasto”, com a do “homem que deixa ao menos pégadas” e com “o arado que abre sequer um sulco,” confessa e questiona-se assim: “*Mas eu parti / e não sei o que deixei para trás...*”.

Reconhecemos que é uma confissão sincera e um testemunho verdadeiro. Ele não podia avaliar devidamente o legado que deixava. Sendo considerado um “mestre” de humanidade e de humanidades, a avaliação desse legado compete naturalmente aos seus “discípulos”.

Evocando, de novo, para finalizar, o quadro de *A Escola de Atenas*, apraz-nos continuar a contemplar a figura do nosso Prof. Lúcio Craveiro da Silva, apontando com uma das mãos para o Cosmos infinito e com outra para Terra, que ele tanto amou, e para o homem com cuja felicidade tanto se preocupou, segundo a lapidar definição que o Prof. Fernando Machado

inscreveu como título do estudo que lhe dedicou, em 2014, no Colóquio e nas Atas do Centenário natalício: “*Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na Terra*” (Machado, 2015, 71).

Bibliografia

- Chardin, Pierre Teilhard de (1945), “La Grande Option”, in *Cahiers du Monde Nouveau*, 1945, p. 263). (In Lúcio Craveiro da Silva, *A Idade do Social*, p. 238).
- Fernandes, José Marques (2008), “Lúcio Craveiro da Silva. *Pro Memoria*. Ser. Ser homem. Ser português. Ser universitário. Ser para sempre”. In *Diacrítica, Filosofia e Cultura*, nº 22/2 (2008), 305-327.
- (2014), Fernandes, José Marques; Machado, Fernando Augusto, “Prof. Lúcio Craveiro. 1º centenário do Nascimento (27/XI/1914-13. VIII.2007) – Um luminoso legado de humanidade e de sabedoria”. In *Diário do Minho “Cultura”*, 19.11. 2014.
- (2015), “Lúcio Craveiro da Silva “Iluminado” por Antero”. In *Lúcio Craveiro da Silva. Homem de Ação e de Pensamento. Atas do Colóquio. Homenagem em 2014*. Org. de Manuel Gama, João Ribeiro Mendes e Maria Francisca Xavier. Braga: Universidade do Minho – Conselho Cultural/Departamento de Filosofia, pp. 113-135.
- Machado, Fernando Augusto (2015), “Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na terra: um olhar sobre o social”. In *Lúcio Craveiro da Silva. Homem de Ação e de Pensamento. Atas do Colóquio. Homenagem em 2014*. Org. de Manuel Gama, João Ribeiro Mendes e Maria Francisca Xavier. Braga: Universidade do Minho – Conselho Cultural/Departamento de Filosofia.
- (2022), “Lúcio Craveiro da Silva – Pensamento, Obra, Personalidade, Ação”. In *Diário do Minho. “Cultura”*, 28.12.2022.
- Rico, Hermínio (2011), “Construir pontes”, In José Eduardo Franco (Coord.), *Um pedagogo da democracia. Retratos e memórias sobre o Padre Manuel Antunes, SJ*. Prefácio de Manuel José do Carmo Ferreira. Lisboa: Gradiva.
- Silva, Lúcio Craveiro da (1952), *A Idade do Social*. Braga: Livraria Cruz.

- (1957), *O Movimento Operário*. Braga: Livraria Cruz.
- (1959 b), “Filosofia e teologia da Técnica”. In *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1994.
- (1959a), “Fundamentação do direito de associação (o princípio de subsidiariedade)”. In *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1994.
- (1993), “Faculdade de Filosofia, Hoje”. In *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1994.
- (2000), *Ser Português. Ensaio de Cultura Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA: “IDADE DO SOCIAL” E HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO*

Fernando Machado
Universidade do Minho

Respondeu Jesus: O meu reino não é deste mundo
(*Evangelho segundo S. João*, 18:36)

Toda a majestosa e secular evolução da história, com as suas crises, retrocessos e avanços, se enfoca e julga de um termo de referência humano, como a partir de um ponto central se descreve e constrói a circunferência (Lúcio Craveiro da Silva, 1959, 15)

1 – Percursos invulgares de um jesuíta: proeminência do humano e do trabalho

Pode parecer um pouco estranho face ao quadro geral que a história regista, mas há razões que nos ajudam a compreender. Eis o facto: o jesuíta Lúcio Craveiro da Silva (1914-2007), notável pensador, teólogo e homem da cultura, não descurando o seu mister de pertença nem renunciando às linhas mestras dos ditames da sua congregação, elegeu como centro das suas preocupações durante um significativo período da sua vida investigacional e de cidadania o que considerou ser o elemento de maior pertinência social e histórica da crise coeva que avassalava o tempo: o trabalho¹.

* Conferência realizada em 25 de maio de 2022.

¹ É com o enunciado deste pressuposto que abre o primeiro capítulo de *O movimento operário* (Silva, 1957, 75).

De entre várias razões que justificam esta sua opção, destacamos três. A primeira tem que ver, como depois verificaremos, com o lastro de humanismo que sempre caracterizou o seu modo de pensar, atuar e viver, lastro nascido de convergências várias, entre as quais a sua acutilante sensibilidade aos valores da justiça e da piedade, esta no sentido rousseauiano; a segunda prende-se ao espírito universalista de inquietude a que não conseguia fugir e que o impelia a perscrutar, querer entender e desejar contribuir para a resolução dos grandes problemas de que padecia a humanidade; a terceira, circunstancial mas muito determinante, decorre das observações, interrogações e desassossegos que o contexto vivencial nele imprimiu a partir da juventude. Natural de Tortosendo, Covilhã, um dos polos com maior concentração industrial deste pouco e tardiamente industrializado país, aí experienciou aquilo que a Europa de além-pireneus há muito experimentara em caldos de profundas e repetidas crises. Ele o diz: “Nasci numa região industrial, passei a minha juventude naquele meio agitado de propagandas subversivas, de greves, de motins” (Silva, 1957, 75-76). E justificando a sua atitude de intervenção cívica, continua: “E porque reconheço que depois de tantos anos a nossa atuação tem sido relativamente superficial, [...] procurei encarar o assunto de frente e desvendar com lealdade algumas causas deste facto estranho e lamentável”.

E foi isso que realmente fez, trocando alguns interesses de mais acomodados percursos e elevados apelos da esfera insondável do divino, por outros menos desbravados, inusitados à sua comunidade religiosa e até potencialmente incómodos, virados para chamamentos mais chãos da esfera imanente do humano. Secundarizando caminhos que levam os homens ao céu, relevará a dignidade e a justiça que devem presidir à vida desses homens na terra². Queremos desde já salientar que não se tratou de uma opção casual e passageira mas de um desafio que o acompanhou ao longo da vida e ao qual concedeu privilégio de preocupação existencial. Ele o refere:

Ora um dos temas essenciais que pensava tratar mais detidamente, era este do movimento operário. Se as minhas múltiplas ocupações me não permitiram nem tempo nem sossego para executar pormenorizadamente

² Já demos espaço de escrita a esta vertente (cf. MACHADO, 2015).

este plano, contudo não extinguiram a chama que em mim ateou a preocupação da crise social e o desejo de contribuir, por pouco que fosse, para a solução dos seus problemas (ib., 8).

As mercês concedidas a esta escolha transparecem através de um simples e rápido olhar pelos seus escritos multiformemente difundidos. Atendendo apenas à explicitude dos títulos, apontamos alguns com ordenação cronológica: de 1948, tinha na altura 34 anos, deparamos com: “La cuestion social y el problema de la producción”; “O fator humano e o progresso industrial em Portugal”; “Fator psicológico e rendimento económico”; “A questão social e o problema da produção”; de 1952, encontramos: “Problemas iminentes da idade do social” e “A idade do social – Ensaio ético-social sobre a sociedade contemporânea”; de 1957, “O direito ao trabalho: uma nova garantia constitucional” e “O movimento operário”; de 1959, “Filosofia e teologia da técnica”; “Fundamentação do direito de associação”; “A idade do social – ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea”³; de 1973, “Questão social”; de 1975, “Marxismo, filosofia da libertação”; de 1982, “A evolução da técnica e da organização do trabalho, uma perspectiva de história económica”; de 1994, com oitenta anos, “Considerações em torno de ‘A Rússia de hoje e o homem de sempre’ de Leonardo Coimbra”⁴.

Esta opção e esta profusão de títulos entender-se-ão melhor se tivermos paralelamente em conta o percurso académico e de vida do autor. cursando Filosofia entre 1934 e 1938, obteve a respetiva licenciatura em Burgos. Mas esperando-o no exercício professoral na faculdade de filosofia de Braga para que foi convidado em 1944, matérias de ética económica, social e política, assuntos de perfil mundano, quis ganhar competências sobre o assunto através de uma nova licenciatura em Ciências Económicas, conseguida em Bilbao (Universidade Comercial de Deusto), e de uma terceira – Ciências Políticas e Sociais – adquirida na universidade católica de Lovaina em 1949. Entretanto, o ritmo investigacional intenso neste vasto e apetecido vetor científico-cultural motivou-o a propor-se e a obter o doutoramento na universidade de Braga em 1951, defendendo uma tese com o sintomático título, *Idade do social – Ensaio*

³ É uma segunda edição, mas aumentada, de *A idade do social, ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea* (1952).

⁴ Cf. Morgado, Luís Gonzaga e Nunes, Henrique Barreto (1994).

ético-social sobre a sociedade contemporânea. Era o culminar de um percurso que o havia de projetar como referência sobre a problemática que hoje aqui trazemos sobre o trabalho e a sua humanização. Esta tese seria publicada logo no ano seguinte, seria premiada e depressa ficaria esgotada, dando oportunidade a uma segunda edição em 1959 com ligeira mudança de título – *Idade do social – Ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea* – e à qual acrescentou dois importantes capítulos: um sobre o direito de associação (capítulo VIII), instrumento primordial para a dignificação do trabalho; outro sobre problemas iminentes na vida internacional (capítulo X). Neste entretanto, as confrangedoras realidades com que o amplo estudo e a observação o foram confrontando, aliadas às sementes de interrogação e incómodo que desde a juventude em Tortosendo foram germinando e amadurecendo no seu espírito, foram acicatando a sua sensibilidade pietária, solidária e humanista tornando mais premente a necessidade de ultrapassar o nível da simples compreensão e interpretação e situar-se num nível de transformação, para usarmos o célebre apotegma marxista das *Teses sobre Feuerbach* (1845). Assim, munido de experiência e saber, lança-se, na força dos seus trinta e seis anos, na realização de várias conferências imbuídas deste sentimento de participação transformadora dessa realidade desnaturada que há muito assolava o mundo do trabalho e que teimosamente persistia ainda que colorida com engodos vários e poucas concessões. Escrevia em dezembro de 1956:

Nestes últimos seis anos, em que me encontrei perante as situações mais inesperadas e fui envolvido pelas ocupações mais emaranhadas e prementes, uma das atividades que me levou alguns dos momentos mais intensos e quentes da minha vida, refere-se a uma série de conferências sociais que tiveram como tema central a promoção da classe operária. Tive então ocasião de proferir, roubando este tempo a outras ocupações absorventes, mais de 30 conferências no centro e norte de Portugal (ib., 1957, 7).

Mais à frente, explicitará a necessidade e as condições de mudança:

Portanto neste livro referimo-nos sobretudo ao movimento operário como facto histórico e às suas exigências sociais em benefício do operariado. E só depois de captadas essas exigências radicais, as procurámos julgar à

luz da filosofia social e do direito natural. [...] Tentar resolver a questão operária com fórmulas e projetos que desconheçam as direções, a força evolutiva e as reivindicações do movimento operário encerra o grande perigo de se cair num automatismo e num extrinsecismo que deixa intactas essas reivindicações e, portanto, passa à margem do movimento sem o envolver nem solucionar (ib., 11-12).

Ora, algumas destas conferências, recompostas e organizadas, constituem a matéria que compõe o livro *O movimento operário* (1957) a cujo “Prólogo” pertencem as citações anteriores, livro que sequencia, em unidade de pensamento, a *Idade do social*.

Uma última nota sobre a intensa vivência participativa e transformadora do ilustre patrono da biblioteca pública de Braga.

A universidade de Évora, como é sabido, sofreu extinção em 1759 com a expulsão dos jesuítas. Mas a Companhia nunca erradicou do horizonte a sua reativação e foi esperando circunstâncias favoráveis. Pois bem, Lúcio Craveiro havia de ser elemento fundamental nesse processo de reativação que teria resolução plena em 1979, depois de uma fase intermédia como instituto universitário a partir de 1973. É que o primeiro e decisivo momento desse acontecer foi a criação, em 1964, do Instituto Superior Económico-social (ISESE) – atente-se na designação – com o padre Lúcio a pontificar na sua conceção e a assumir a sua direção até 1971, ano em que foi exercer a diretoria da faculdade de filosofia de Braga. Seguimos, no juízo deste trajeto eborense do beirão de Tortosendo, a convicção de Manuel Ferreira Patrício quando escreve:

A sua colocação em Évora, por conseguinte, não teve nada de casual, obedecendo a uma intencionalidade profunda orientada para o regresso da atividade da Companhia de Jesus ao sul do Tejo e para uma certa concretização de uma mudança da aposta da Companhia no mero social da caridade para o social profundo de intervenção nas estruturas, que tinha de ser o da idade do social, como já emerge do título da tese A idade do social, publicada em livro em 1952 (Patrício, 2015, 159-160).

Dito de outro modo, Lúcio semeava, também aqui, encostado à influência da Companhia e à estratégia do institucional, as suas ideias de proeminência do social cujo núcleo primordial era a dignificação do trabalho e do trabalhador.

Passemos a ver mais de perto esta questão.

2 – No princípio era o homem e... o trabalho

O pressuposto que dá unidade a toda a narrativa e sustenta substantivamente a teoria argumentativa do que Craveiro da Silva chama *a idade do social* é de natureza antropológica: “No princípio era o homem” (Silva, 1959, 15). Assim sendo, tudo o que ferisse este pressuposto e a decorrente essencialidade do humano, feriria a naturalidade.

Do pressuposto decorre, então, que o homem deve ser o sujeito, o fundamento, a razão de ser e o fim de toda a atividade humana, sendo cada vertente desta um caso particular daquela, devendo, por isso, cada uma sujeitar-se aos parâmetros do humano. Agredir esta unidade ou esta sujeição corresponderia a desencaminhar a humanidade, como a história escancaradamente nos mostra: “Tudo o que seja desumanizar, mutilar, dividir o homem, é preparar uma catástrofe” (*ib.*, 132). Como exemplos históricos desta catástrofe, Lúcio invoca o “monstro” do *homo politicus* de Maquiavel e o pesadelo do *homo oeconomicus* do individualismo liberal. Quanto à essencialidade do humano, da conjugação equilibrada de duas das suas características – a perfectibilidade e a sociabilidade – fará emergir o progresso e a civilização da humanidade, mas fará também nascer do seu seio transtornos, desassossegos e conflitos que irão afrontar o pressuposto e desnaturar a essencialidade.

O modelo segue a pegada de Rousseau, desde logo na escolha da perfectibilidade como característica da essencialidade do humano, desviando-se, assim, do modelo criacionista da filosofia e fé cristãs. Aparta-se dele, é certo, no confronto entre a sociabilidade natural que o beirão advoga e o isolacionismo originário do genebrino, mas reencontram-se no processo evolutivo e a partir do reconhecimento apodíctico que o autor do *Ensaio sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* concede à sociabilidade enquanto condição indispensável à realização da perfectibilidade.

Rousseau dissera que não sendo o homem naturalmente social, nasce para sê-lo por imperativo de evolução, sendo nesta condição que todos os males desnaturantes surgirão, e aqui dá-se de novo a retoma da convergência. Ambos falam, cada um a seu modo, das ambições insaciáveis, dos interesses grosseiros e lucrativos, dos desmandos da propriedade privada, dos egoísmos, das paixões e erotismo violento, das desigualdades abissais, das injustiças, das dependências escravagistas, do poder e das instituições sociais como fatores de perpetuação das calamidades sociais. Mas, sintomaticamente, ambos farão nascer deste caldo desnaturante os remédios de cura. E entre todos estes remédios, um e outro darão primazia ao trabalho enquanto elemento preponderante de conservação e preservação do homem e da humanidade. Pelo trabalho se eleva quem quer que seja à condição de homem, sentencia Rousseau que acusa de ladrão quem, rico ou pobre, não cumpre este dever social⁵. Lúcio dirá que o trabalho se havia tornado “o centro da vida social” e que sempre fora seu elemento primordial, razão pela qual quase todos os filósofos, desde a antiguidade, lhe haviam dedicado grande atenção, se bem que com concepções bem díspares. “O direito ao trabalho”, considerará ele, é “o mais importante depois do direito à vida e à integridade pessoal” (*ib.*, 200), daqui resultando que, não dar atenção à sua preponderância social, seria um absurdo tão grande “que só seria possível se os homens se demitissem do seu ofício de homens” (*id.*, 1957, 15).

Ora, ele não se demitiu, mas situará nesta falha a crise que grassava no tempo e que considerou “a mais espantosa de todos os tempos” (*id.*, 1959, 8) cujos efeitos “encheram de dores a história” (*ib.*, 9) e que tinha a parte mais visível e premente na exploração desenfreada dos trabalhadores, sobretudo operários, que já acordavam e reagem por todo o lado, por vezes com furor, contra quem os explorava e oprimia.

3 – Contexto e natureza da crise

Lúcio Craveiro situará o cerne da crise social contemporânea na luta intensa entre o trabalho e o capital, corporizada em duas filosofias de pendor

⁵ Rousseau dedica várias páginas do Livro III do *Emílio* à questão do trabalho dando o maior mérito e pertinência ao trabalho manual em volta do qual permaneciam velhos preconceitos.

político e económico-social. Uma delas fixar-se-á na valorização do individual, a outra na valorização do social. Não descurando na sua heurística nem na sua hermenêutica a dimensão política, concentrar-se-á predominantemente na dimensão económico-social e mostrará uma clara preferência opcional pela valorização do social sem, contudo, anular um espaço próprio à vertente individual.

Em termos políticos, o nosso jesuíta situará a agudização do desenvolvimento daquelas duas correntes, que depressa se converteram em ideologia, na revolução francesa. É certo que o mal-estar social que fermentava por toda a Europa face às desigualdades gritantes entre as classes aristocrática e clerical, por um lado, e o povo por outro, era antigo. Mas a evolução económica e a movimentação de massas que se experimentava e que havia de explodir a partir do arranque da revolução industrial e a abertura às novas ideias que o movimento das Luzes sustentava, proporcionaram o que havia de ser consagrado como o início da idade contemporânea: a revolução francesa. Era na Inglaterra, de facto, que a revolução industrial ganhava mais corpo, mas era na França que as ideias eram mais ousadas e combativas e as diferenças classistas apareciam como mais abissais e onde os luxos e a corte mais despuadoradamente se compraziam na ostentação das escandalosas desigualdades. Por isso, as circunstâncias pediam mais o palco francês para o acontecimento revolucionário. A partir dele, o Terceiro Estado ganhou protagonismo e fê-lo tomar progressivamente consciência do real poder que tinha, trilhando, neste âmbito, caminhos profetizados nas vésperas da revolução pelo abade de Sieyès, que Craveiro da Silva chama à colação, e propõe ao leitor para entender a história que 1789 proporcionara. Como é sabido, aquele discípulo de Rousseau criticara sem reboços os privilégios aristocráticos (*Ensaio sobre os privilégios*, 1788) e doutrinara no célebre e difundidíssimo texto panfletário *O que é o terceiro Estado*, inspirado no *Contrato social*, que a nação assentava no povo e que a esta luz se devia politicamente organizar, nomeadamente através de voto por pessoa e não por classe. Foi exatamente sob a presidência deste abade que a assembleia francesa escreveu a constituição de 1791, a qual consagraria, logo no primeiro artigo, que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos e que as distinções sociais não podem fundar-se senão sobre a utilidade comum; no segundo, que o fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem e

que estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão; e no terceiro que o princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação.

À primeira vista, seria a alforria dos até aí deserdados, eles que agora exultavam com tais conquistas festejando a liberdade e a igualdade de direitos garantidos pela Nação que eram, afinal, eles próprios, e que constatavam agora como as coisas tinham estado invertidas até ao momento, acalentando a esperança de vir a ser e a ter alguma coisa, como vaticinara o abade.

Contudo, a festa desta nova nação do Terceiro Estado foi sol de pouca dura, como a história nos ensina e Lúcio Craveiro rememora e atualiza. A situação do passado ia repetir-se com protagonistas diferentes que não eram mais do que a simples divisão dos vencedores da contenda revolucionária: um grupo minoritário que acrescentava ao muito que já possuía, as riquezas das anteriores classes possidentes⁶, a burguesia, as chamadas «pessoas de bem»; e o grupo maioritário dos que nada possuíam – a «canalha» –, que acabava vergada tornando-se incapaz de enfrentar os novos senhores.

A consolidação do poder daqueles não tardou e os resultados serão pungentes. Lúcio Craveiro constrói hermenêutica histórica à luz destes factos e trará, sem complexos de contexto ou figura, como adjuvante à sua narrativa e argumentação, palavras de aviso e denúncia do revolucionário radical e pró-jacobino Jean-Paul Marat (*id.*, 1959, 40) visando os parlamentares dos Estados Gerais: “Vós pondes a propriedade com o amparo das leis, mas o que significa isto para os que não têm nenhuma propriedade, nenhuns interesses a defender?”.

O sentido evolutivo do que cedo se começou a adivinhar ficou patente e consagrado na armadilhada lei aprovada em 2 e 17 de março de 1791 – o chamado «decreto d’Allarde» – que estabelecia a liberdade económica e de trabalho, e na famosa lei de Le Chapelier (14 de junho de 1791). A primeira depressa mostrou o logro da liberdade contratual entre partes tão desiguais como eram patrões e trabalhadores. Não era a mesma coisa o trabalhador ser livre de escolher trabalho e patrão e este ser livre de escolher trabalhadores

⁶ Como refere Pierre Jaccard (1960, 235), a revolução francesa não melhorou nada a condição e as vidas dos operários e camponeses. A burguesia aproveitou a derrocada da aristocracia e adquiriu a maioria dos bens nacionais, nomeadamente metade das terras cultivadas.

à medida dos seus e dos interesses da sua empresa; a segunda correspondia a uma aplicação seletiva e prioritária da plena liberdade a um dos vetores dos direitos fundamentais – a propriedade privada – que arrastava as condições da sua exequibilidade à iniciativa privada e à empresa plenamente livre. Este último normativo, autêntico e impiedoso flagelo dos proletários, impedia e punia com pesadas penas as associações de trabalhadores, nomeadamente as sindicais, as greves, as manifestações e tudo o que limitasse a ação livre das empresas e o conseqüente exercício da vontade dos seus possidentes. O individualismo liberal tecia assim, também por via legislativa, o seu império de mando e exploração que se foi estendendo e aliando em várias geografias europeias, tudo potenciado pela pujança do industrialismo crescente. A relação natural que dava primazia ao humano sobre as diferentes atividades invertia-se, mormente no plano económico, permitindo que o lucro subalternizasse o homem e o valor primordial do trabalho. Escreve o jesuíta:

As massas em breve caíram na conta de que a liberdade sem a propriedade era uma palavra quase vã e que, por outro lado, o acesso à propriedade lhes estava vedado pela rede compacta que formava a organização capitalista e burguesa da sociedade (ib., 59).

Da consciencialização deste logro nascerá, naturalmente, a necessidade da luta, com os trabalhadores a guerrear o burguês com as suas próprias armas.

4 – Do individualismo liberal...

Conhecem-se as conseqüências escandalosas e desastrosas de desumanidade que as conceções e práticas do individualismo liberal provocaram e como a industrialização e a concentração sem limites da propriedade potenciaram tais conseqüências. A concorrência desenfreada e sem qualquer controlo que o ardid da liberdade política estendida às liberdades económicas, permitiu gerar, além de um capitalismo fulgurante, abusos ilimitados deste sobre a classe dos trabalhadores. A igualdade legal ia correspondendo progressivamente a uma cada vez maior desigualdade social gerando um longo período de exploração, indignidade e mesmo escravatura no trabalho, tudo

amparado por leis gerais e éditos municipais que os novos donos da nação impunham, rechaçando com severas punições quem se rebelasse. A dimensão humana do trabalho foi-se desvanecendo à medida que era encarado como mercadoria cujo preço correspondia ao salário, mero segmento do preço total do produto final, esquecendo o seu sujeito, a pessoa humana, e a função comunitária do trabalho. E uma vez que os salários eram o elemento mais controlável e manejável pelos patrões, era sobre eles que estes faziam incidir as maiores pressões para aumento de maiores lucros. As estratégias para tal eram variadas e requintadamente impiedosas e desnaturantes.

A imensa miséria que grassava impelia a uma ampla procura de trabalho que normalmente suplantava a oferta de emprego, ciclicamente agravada por profundas crises. Este descompasso, aliado à ganância de lucros e à fácil redução de salários que contrastava com frequentes aumentos de custo de vida⁷, abria-se aos abusos de acrescentamento de horas de trabalho⁸ e ao recurso preferencial à mão de obra de mulheres e crianças que se sujeitavam a salários ainda mais diminutos com horários quase equivalentes aos de homens adultos. Recorde-se, para ilustração, que na década de 1840 em França, cerca de 35% dos assalariados eram mulheres e crianças e que os horários vigentes nas minas em 1842 estendiam-se, para crianças de 5 a 8 anos, das 4 da manhã à 5 da tarde, crescendo para 16 a 18 horas em trabalhos de manufaturas. Tudo obedecia ao princípio, caro ao capitalismo, do máximo serviço ao mínimo preço. Não admira, portanto, que houvesse regiões em que apenas 27% de filhos de famílias operárias atingiam a idade de 10 anos na primeira metade do século XIX (Jaccard, 1960, 246-247). Estas situações estenderam-se no tempo e foram-se alargando no espaço potenciando descontentamentos e repulsa face a uma realidade cujos dados demonstravam, na face inversa, notáveis crescimentos de produção e de lucros. Uma vasta literatura e numerosos inquéritos, como sabemos, confirmam estas realidades. Era uma nova forma de escravatura, a escravatura moderna.

⁷ Entre 1810 e 1830, os dados apontam para uma diminuição de salários de 6% contra um aumento de 12% do custo de vida (Jaccard, 1960, 241).

⁸ Esta tendência de muito trabalho e pouco ganho tornou-se referência adequada nos próprios órgãos de poder às vezes sob o perverso princípio da elevação moral. Atente-se no que escreve Napoleão em 1807: “Quanto mais o povo trabalhar, menos vícios terá; estou tentado a ordenar que aos domingos, depois da hora dos ofícios, os estabelecimentos sejam abertos e os operários voltem ao trabalho” (*ib.*, 218).

Pois bem, Lúcio Craveiro mostra ter-se inteirado muito bem destes e doutros dados e situações chamando muitos deles à sua narrativa e reagindo com uma linguagem de reprovação e revolta veementes e ecos de muito sofrido sentimento. Era o seu humanismo natural que ditava as palavras e confrontava os números. Fala das misérias e da insegurança dos operários concretizadas na fome, na duração desmedida do trabalho, nos salários muito baixos, no desemprego, na concorrência das mulheres, das crianças e das máquinas, nas miseráveis habitações, na incapacidade de resolver ou remediar situações gravosas de saúde, no ambiente envenenado do local de trabalho pelo ar impuro, miasmas de matérias-primas, máquinas e carvão, cheiros, ruídos, nas vigilâncias iníquas de contramestres, na desproteção legal, enfim, na vida sofrida, humilhante, desesperançada e quotidianamente espreitada pela morte, de cada um e dos seus, contracenando este espetáculo degradado com a opulência dos burgueses assente nas mais-valias que o operário gerava, com os luxos, com a sumptuosidade, com os palacetes, com a vida faustosa, tudo envolvido por uma indiferença arrepante ao sofrimento que morava nas suas empresas e se expandia para as casas. Por isso, entendeu os desassossegos ativos, as lutas, as revoltas e a cólera destes proletários expressos em greves, sabotagens, incêndios, pilhagens, motins contra as empresas, contra os patrões e contra a situação em geral, nomeadamente a falta de proteção a que eram votados pelo poder. Escreve: “Assim compreenderemos melhor a razão por que é que o mundo do trabalho viveu em completa revolta contra um ambiente dominado por estas ideias individualistas” (Silva, 1957, 24).

Foi face a esta situação que a parte maior do Terceiro Estado entendeu que o seu caminho tinha que ser separado e contrário à parte menor, a burguesia: “Não viu ele que na altura em que foi declarada oficialmente a sua liberdade e igualdade cívicas, então começou precisamente a sua escravidão real?!” (*ib.*, 52). A situação insustentável de uma vida que o não era impunha soluções a quem não tinha nada a perder e algo a ganhar e espevitava a consciência de um poder que emergira mas que fora traiçoeiramente espezinhado e adormecido e urgia avivar.

5 – ...à idade do social

O padre Lúcio não condenava o capitalismo em si nem a mecanização e muito menos as empresas. O que ele reprovava era o seu uso à revelia e contra o humano. O individualismo liberal contribuía para o progresso, para o desenvolvimento civilizacional, para o aumento geral de riqueza, ou seja, dera espaço à realização da perfectibilidade, mas desprezara a sociabilidade, e as consequências estavam aí. Havia que recentrar o humano dando campo ao social sem o qual o homem ficava amputado na sua essência. Aquilo a que o nosso filósofo chamou a “idade do social” era via incontornável porque o social era ditame da natureza, daqui decorrendo o imperativo da sujeição do económico ao humano social. O capital, a máquina, a empresa tinham de visar o bem comum e erradicar o lema “tudo pelo indivíduo para o indivíduo”. O caminho era duro e sinuoso, mas havia que o percorrer. Diz ele:

Foi todo este movimento grandioso, tendente a satisfazer e a realizar os direitos esquecidos da sociedade e do bem geral, especialmente no referente às classes fracas e desprotegidas do mundo do trabalho, que nos levou a denominar esta época, que sucedeu à era do individualismo liberal, a Idade do Social (id., 1959, 25).

Lúcio não deixará de situar o impulso desta mudança para uma nova ordem nos ditames humanos da naturalidade que impelem à sua essência de preservação, sociabilidade, progresso e bem-estar. Mas faz assentar a base social de tal mudança na força e no despertar das massas que foram consciencializando o seu poder que, na circunstância, se tornou ativo sobretudo através da força e ação do movimento operário, tendo por finalidade a sua própria libertação. O “Prólogo” de *O movimento operário* (con)textualiza a situação:

O movimento operário é aqui estudado como um movimento histórico e sociológico que tende à justa elevação do operário e, em geral, da classe trabalhadora. Sempre existiu na história, mas desde há século e meio que se manifesta com especial violência. Até 1914 muitos não viram a sua importância; hoje todos se dão conta de que este movimento surge

como uma força ineludível. Pode tentar-se desviá-lo, mas não se pode ignorar, pois é um dos fenómenos mais persistentes e mais flagrantes da questão social, na atualidade.

A finalidade deste movimento é a libertação, desenvolvimento e realização da pessoa humana do operário na indústria e no campo, no aspeto económico, cultural e moral-religioso (id., 1957, 10-11).

5.1 – O marxismo

Encarando, então, na sua análise, o movimento operário como facto histórico e sociológico nas vicissitudes da transição do individualismo para o social, Lúcio Craveiro não podia passar ao lado do socialismo, de Marx e do marxismo. E não só não passou como lhes atribuiu enorme espaço e importância nas duas obras que temos vindo a citar, tendo sido impelido anos mais tarde a dedicar à matéria uma análise focada no artigo publicado em 1975 na *Revista Portuguesa de Filosofia* a que já fizemos referência: “Marxismo, filosofia da libertação”. Claro que não constitui a sua alternativa. Essa passará pelas propostas cristãs que a sua Igreja apresentará. Todavia, ainda que trazendo por sistema a lume críticas variadas, não deixará de conceder àquelas correntes mérito e créditos em aspetos decisivos dos processos de luta e dos resultados atinentes à libertação e dignificação do proletariado: “Os objetivos do movimento operário, inspirados na ideologia marxista, consistiram sobretudo em libertá-lo das servidões do capitalismo liberal e em dignificar e elevar o trabalhador no seu trabalho” (*ib.*, 32). Vislumbram-se, por vezes, preconceitos e hermenêuticas ditadas pelo seu magistério, mas não deixou de revelar objetividade, seriedade e coragem nas análises, juízos e valorações positivas como as leu, muitas vezes em contramão com a comunidade religiosa que tantas vezes as diminuíram, as ostracizaram e as combateram.

Já apresentámos em ocasião anterior algumas leituras e valorações do jesuíta ao socialismo e ao marxismo (cf. Machado, 2015). Limitar-nos-emos aqui a acrescentar algumas notas sobre a matéria.

O autor de *A idade do social* considera que o marxismo foi, sem dúvida, a primeira ideologia séria que foi ao encontro dos desamparados e lhes fez

raiar a esperança de uma vida sem desumanidade. Situará na publicação do *Manifesto do partido comunista* (1848) de Marx e de Engels, que ele cita profusamente para explicar a teoria marxista do trabalho e o programa e sentido da luta do proletariado, o momento mais simbólico da viragem contra a corrente do individualismo liberal e a exploração que este representava. Escreve ele:

Em 1848, com a publicação por Marx e Engels, do “Manifesto Comunista”, apareceu a teoria marxista do trabalho e do homem. Ao mesmo tempo que desencadeava uma reação violenta contra o individualismo, que parecia enredado nas novas implicações coletivas do trabalho e do desenvolvimento técnico, expunha uma nova teoria do homem na qual o trabalho ocupava um lugar tão central que com razão se pôde qualificar de humanismo do trabalho (ib., 28).

A par desta concessão, reconhece também uma adesão generalizada do operariado a esta proposta que, embora assente numa conceção materialista, atea e revolucionária, tão díspar, portanto, da tradição religiosa e cultural cristã que já havia dado paradigma à Europa durante séculos, “não deixava de ser”, remata ele, “verdadeiramente um humanismo” (*ib.*) que pretendia liquidar de vez os logros que haviam excluído tão injustamente os que trabalhavam e produziam do “banquete da vida”, expressão sua, que tão poucos usufruíam. Justiça e igualdade davam, assim, substância à liberdade que lhes fora concedida de forma armadilhada.

Embora os dois livros que preferencialmente vimos referindo dediquem bastantes páginas a esta problemática, quer em termos de apresentação e análise histórico-sociológica, quer em termos de hermenêutica, quer em termos de crítica ou denúncia de fragilidades, erros ou consequências negativas no que diz respeito à sua prática, é no artigo tardio que atrás referimos que lhe faz uma análise concentrada e sistemática. A intenção primordial que se adivinha neste escrito é contrastar a grandiosidade da natureza e dos objetivos do projeto marxista, potenciado por contextos favoráveis e por uma estratégia vincadamente motivadora e adequada – proletários de todos os países uni-vos! –, com os resultados finais diminuídos ou falhados a que exigências processuais da dinâmica interna do sistema e estratégias parcelares conduziram. Seguiremos o seu discurso.

Lúcio começa por explicar o aparecimento e sucesso do marxismo através do paradoxal contraste a que já aludimos, entre a miséria e humilhação de uma imensa multidão de proletários que o capitalismo foi gerando e a ascensão destes na ordem política com que a revolução francesa os presenteou. Incapaz de indiferença, o autor mostra-se mais uma vez profundamente sofrido ao evocar, como já fizera nos escritos anteriores, o conteúdo dos muitos inquéritos existentes sobre a miserável situação a que chegara o mundo do trabalho, conteúdo aqui acrescentado com a narrativa pungente oferecida pelo livro que Engels publicara em 1845, e que ele leu, *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*: “A sua descrição”, confessa o jesuíta, “deixa-nos horrorizados” (*id.*, 1994, 365). É neste contexto que enuncia a estratégia fundamental do movimento em causa: “Pôr a força da revolta, do sofrimento e da humilhação do operariado ao serviço do seu crescente poder político” (*ib.*). Recorde-se que no mesmo ano da publicação do *Manifesto*, 1848, acontecia em França a revolução que a história identificou como a *Primavera dos Povos*, a qual fortalecia exponencialmente a consciência do poder político dos explorados e a experiência do exercício deste poder, abrindo portas, ou pelo menos abrindo esperanças ao aniquilamento da fórmula que ilustrava o poder da burguesia traíçoera, que o *Manifesto* transformava em divisa de luta e que o beirão de Tortosendo também aqui invoca: “aqueles que trabalham não ganham e aqueles que ganham não trabalham” (*ib.*, 1959, 80)⁹.

Outra razão forte aduzida neste escrito a favor do sucesso do marxismo foi a matriz científica e realista do socialismo que Marx apregoou. Saint-Simon, Fourier, Sismondi, Proudhon... haviam agitado as mentes e não deixaram de influenciar Marx e a filosofia marxista, mas o irrealismo idealista não era adequado às circunstâncias prementes que se viviam. Craveiro da Silva separa as águas e realça as mudanças que chegaram com Marx: “... a esperança propugnada por aqueles socialistas ingénuos, muda-se em Marx para uma certeza científica” (*id.*, 1994, 366). Em paralelo, relevará princípios contidos nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), nomeadamente o que prioriza a transformação do mundo antecipando futuros, relativamente ao da sua interpretação que se fixa em passados: “À crença na ideia, a filosofia marxista opõe a filosofia da realização” (*ib.*, 371).

⁹ Cf. Marx-Engels (1974, 48).

Na dilucidação genética do pensamento marxista, Lúcio Craveiro espriai-se numa hermenêutica simples mas rigorosa das influências de Hegel sobre Marx. Releva vetores como a importância atribuída ao trabalho, que o autor da *Fenomenologia do espírito* concebe como essência do homem em gestação, a perspectiva dialética da evolução em que é glorificada a luta dos opostos atravessada por um otimismo de progresso, e o pressuposto de que, neste processo, a humanidade, o coletivo ultrapassa o homem, o indivíduo. Será na aplicação marxista do princípio da glorificação da luta à realidade social da luta de classes, que Marx se afastará de Hegel ao encontro de Feuerbach na senda do materialismo histórico contra a “fantasmagoria idealista”, expressão usada pelo nosso filósofo. Daqui decorrerão as teorias da alienação que Marx estenderá da religião, como Feuerbach propusera, à economia, sociedade e outras realidades. Nesta base, e descendo à crise da contemporaneidade que urgia resolver, Lúcio enunciará um dos fundamentais princípios marxistas para dele fazer decorrer, à luz desta ideologia, o processo imediato de resolução. Segundo tal princípio, a harmonia social conseguir-se-ia havendo paralelismo entre o modo de produção (infraestrutura) e o modo de apropriação de bens (superestrutura). No estágio de produção individual, como fora com a produção artesanal medieval, a propriedade manteve-se privada, mas com a industrialização, a produção tornou-se coletiva e a propriedade permaneceu privada. Ao comunismo caberia, então, a responsabilidade da restauração dessa harmonia. É um fim que facilmente faz adivinhar o processo de luta subjacente que o nosso jesuíta identifica e explicita com recurso à indicação contida no *Manifesto comunista*: “O fim imediato que Marx propôs ao comunismo foi: ‘a constituição dos proletários em classe, destituição da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletário’” (*id.*, 1957, 57).

Embora consideremos que poderia ser interessante e relevante continuar a seguir as análises e críticas que o admirador e estudioso de Antero teceu às alternativas marxistas para a dignificação do trabalho e dos trabalhadores, não é momento para o continuar a fazer. São análises e críticas que se espriam por aspetos muito variados e ao longo de muitas páginas das fontes bibliográficas que temos privilegiado. Podemos afirmar que em todas elas transparece o reconhecimento da sua importância no processo de tal dignificação. Todavia não era esta a alternativa, como já dissemos, que se adequava à sua *idade do social*. E da mesma forma que as propostas socialistas

têm presença constante nas suas hermenêuticas ao tema, em todas vai também aduzindo razões convergentes que o levam a preferir outros caminhos. Em *A idade do social* fala das falhas daquele sistema concretizadas em vários aspetos que foram desmentindo a própria visão histórica do marxismo; em *O movimento operário*, contrasta os êxitos daquela ideologia no processo da libertação conseguida das servidões do capitalismo liberal e da dignificação do trabalho e do trabalhador, com a absorção e sufoco posteriores dos movimentos operários que viram desvirtuadas as suas conquistas sociais pelas práticas políticas e imperialistas dos Estados marxistas. Transcrevemos aqui apenas a fórmula usada em “Marxismo, filosofia da libertação”:

Estremecimento apaixonado, o marxismo soube compreender as grandes esperanças da nossa época; tentou ultrapassar uma concepção puramente mecânica dos factos económicos; apresentou-se como um humanismo messiânico, revestindo o seu materialismo original com os encantos de uma poderosa mística. Mas nem por isso escapou às taras das suas premissas. Quando proclamou a realeza do homem trabalhador sobre o mundo material, meteu juntamente a matéria no próprio coração do homem. Exaltou-o, a princípio, para depois o diminuir e limitar. E foi por isso que o seu humanismo truncado recaiu finalmente nos mesmos defeitos que denunciara. A antítese que suscitou no próprio coração do seu sistema não se resolveu numa síntese mais vasta. Daí todo o drama. Era inevitável... Quando se busca resolver o destino do homem na e para a economia sofre-se o risco de fazer dela um fim dominante e absorvente. O marxismo julgava que produzindo muito libertaria o homem da matéria e, afinal de contas, condenou-o a produzir sempre mais. Rejeitou o infinito de Deus e caiu no indefinido das coisas (id., 1994, 375).

5.2 – Uma alternativa democrática e cristã

É normalmente das falhas, desvios e incompletudes marxistas que o autor faz emergir a proposta que considera mais adequada à sua *idade do social*. Trata-se de uma proposta de índole democrática e cristã na qual se propõe: em termos económicos, desproletarizar o operariado através da cria-

ção de condições para uma vida pessoal, familiar e social dignas; em termos políticos, substituir a violência da luta de classes por processos que caibam dentro do padrão democrático e da inspiração da doutrina da Igreja.

Já fizemos referência (Machado, 2015, 81) ao brilhante exercício hermenêutico que Lúcio fez em *A idade do social* aos termos democracia e povo. Fixemo-nos na inspiração da doutrina cristã.

Antes de mais queremos assinalar, pelo significado que transporta, a mágoa que algumas vezes se adivinha no nosso jesuíta e que outras vezes explicitamente exprime sobre as atitudes da Igreja face aos problemas do operariado e do trabalho, antes das iniciativas demasiado tardias que irão ter como momento mais significativo a publicação da encíclica *Rerum novarum – sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891), de Leão XIII, Carta Magna do catolicismo social.

Embora recordando de vez em quando a bondade do cristianismo para com os pobres, não deixa de frisar que se trata principalmente de um consolo espiritual muito assente no preceito do *beati pauperes* [bem-aventurados os pobres] e respetivo corolário, *ipsorum est regnum coelorum* [deles é o reino dos céus]. Em contrapartida, reconhece o profundo desprezo que o catolicismo deu aos trabalhadores e operários. Foi, aliás, como refere, situação muito prolongada no tempo, tendo o seu início logo após a Reforma e o Renascimento em que o cristianismo, através das suas instituições eclesíásticas, se foi adaptando e convivendo com a conceção aristocrática da vida social abrindo portas a que “o povo humilde, esfomeado e explorado começasse a acumular reservas de rancor e de revolta” (Silva, 1959, 36-37). Esta postura continuada adquiriu por vezes, como sabemos, estatuto de escandaloso colacionismo com o capitalismo mais desumano sob a falsa ideia de que o trabalhador era um elemento perigoso na teia da produção. Basta recordar os sermões do célebre pregador dominicano de Notre-Dame, Henri Dominique Lacordaire (1802-1861) que, perante a exultação da grande burguesia que se mostrava indiferente à futura felicidade celestial, afirmava a miséria como um castigo e a pobreza como uma bênção facilitadora da santidade (Jaccard, 1960, 259); ou então alguns fervorosos quanto abastados católicos, como Frédéric Le Play (1806-1882) ou o seu discípulo Antonin Rondelet (1823-1893), que apaziguavam a consciência apelando à benevolência patronal e propondo medidas de alguma condescendência mas apenas como estratégia

que visava a quietude do proletariado e o seu desvio de adesão a organizações de defesa e luta, como os sindicatos ou outras associações que eram, para o nosso humanista, conquistas relevantes para o processo de dignificação do operariado¹⁰, ou que defendiam que a prosperidade e a moralidade estavam na razão inversa dos salários. Enfim, tempos de afastamento da radicalidade cristã que ligações perversas do altar com as cortes e o trono, como diz Garrett, possibilitaram¹¹. Mas acabariam por chegar outros, ainda que retardados, com sentido diferente.

As principais bases doutrinárias para sustentação das propostas do padre Lúcio enquadradas através da inspiração cristã foram a já referida encíclica de 1891, de Leão XIII, a *Quadragesimo anno* de Pio XI, de 1931 e vários documentos em que Pio XII se debruçou sobre esta matéria. Com estas iniciativas deixava de se falar apenas de salvação de almas e abria-se campo ao social imanente.

Ao longo de muitas páginas, Lúcio Craveiro desenvolve as suas reflexões e propostas trazendo à colação numerosas citações destas fontes para situar, no centro das perspetivas cristãs do trabalho, a *Pessoa* e as exigências da natureza humana pelo respeito da integridade e da dignidade, à luz do direito natural. Nesta base relevará e enumerará com Pio XII os direitos da pessoa; denunciará com Leão XIII a vergonha e a inumanidade de usar o homem como instrumento de lucro à custa da força abusada dos seus braços, da vileza dos seus salários, das condições de trabalho e da vil exploração de crianças e mulheres em nome de insaciáveis cobiças; e lamentará com Pio XI a instrumentalização dos trabalhadores pelos patrões apenas preocupados com o aumento da sua fortuna (Silva, 1957, 32-43).

No sentido de ilustrar as vias a sugerir na sociedade global para a consecução do bem-estar e da dignidade de todos e cada um numa *ordem nova* em que a propriedade privada pudesse permanecer mas com projeção para o bem comum, em que a desproletarização progredisse até à sua erradicação, em que o antagonismo da luta de classes fosse substituído por entendimentos

¹⁰ Craveiro da Silva (1957, 117-118) considera o associacionismo dos trabalhadores, nomeadamente os sindicatos, como organismos “de necessidade vital” indispensáveis à dinâmica da própria paz social, ainda que frequentemente sejam sujeitos a desvios. “Procuremos diminuir-lhe os erros sem tocar na instituição”.

¹¹ Proudhon culpa muito a Igreja como responsável pelo aviltamento do trabalho e do trabalhador na época moderna, como se pode verificar na obra *A justiça na revolução e na Igreja* (1858).

e colaboração entre o capital e o trabalho, Lúcio Craveiro avança com um paradigma modelar centrado numa micro-sociedade, a *empresa*, tendo no horizonte a sociedade geral. Na *empresa* se faz a produção, nela se encontram os autores e nela se vão realizar ou não os interesses sociais e o bem comum. Em *O movimento operário* enuncia a questão:

Duas realidades, um problema, três soluções. Duas realidades: a empresa e a profissão na qual se compreendem patrões e operários. Um problema: a cooperação e o entendimento mútuo. Três soluções: a empresa capitalista-liberal, a empresa coletivista e a empresa humana e comunitária (ib., 101).

Desenvolve extensamente o assunto nesta obra, mas voltará a ele dois anos depois num capítulo de *A idade do social*. Aqui introduz o tema exprimindo sentimentos de amargura, de frustração e de incerteza perante o grande distanciamento ainda existente nessa altura entre o projeto que ambicionava e propunha e a realidade. Escreve então: “Serei pessimista em afirmar que a Ordem Nova por enquanto pouco mais parece que uma aspiração urgente dos povos?” (*id.*, 1959, 224). Mas segue com alguma esperança enunciando os vetores principais atinentes à mudança adequada:

A reforma da empresa tem como finalidade dissolver o antagonismo das classes, reconhecer a dignidade do trabalho (diretivo, técnico ou operário), libertá-lo económica e socialmente, integrá-lo na empresa e estabelecer entre esta e o trabalho uma troca vital de interesses (ib., 345).

As considerações e medidas que propõe para tal só se entendem à luz de uma convicção tão despreconceituada quanto corajosa e humanista. A democratização organizacional da produção e coparticipação de todos os intervenientes nos lucros são apresentados como condições incontornáveis. Nesta medida, as propostas de mudança terão que obedecer ao pressuposto de que o capital não só não tem o direito de reclamar só para si “o domínio despótico da organização e do lucro” (*ib.*, 347), como deve até, por imperativo antropológico, “estar subordinado ao trabalho, na medida em que o económico está sujeito ao humano” (*ib.*). Potenciará a sua perspetiva com

recurso ao beneplácito da autoridade eclesiástica: “A doutrina social cristã acolhe com aplauso esta transformação da empresa” (*ib.*, 248). Na sequência, desmontará a falsidade do argumento capitalista do direito da posse integral da empresa e seu lucro uma vez que seu dono é o único a correr os respetivos riscos. O nosso humanista, pelo contrário, envolverá nesses riscos os credores em situações de falência, a sociedade no seu todo pelas consequências de eventuais crises, os operários pelo eventual desemprego e acidentes no trabalho ou doenças profissionais, o próprio Estado a quem por sistema o capitalista recorre quando as crises ou falências requerem a sua intervenção e ajuda. Para além disso, acusará também a incúria do investimento de mais-valias na empresa de forma a conservá-la, a atualizá-la e a evitar a sua ruína, mais-valias que são sobretudo, afinal, resultado do trabalho; denunciara o desprezo do bem comum em contraposição com a ganância patronal; lastimará modos de atuação conducentes ao incremento da proletarização e da luta de classes. A todas estas negatividades vai respondendo com alternativas que facilmente se deduzem ditadas por exigências democráticas e humanistas.

Terminará esta proposta modelar com a deprimente constatação tornada grito acusatório e mágoa quase irascível contra os que considera serem os principais oponentes a estas mudanças, os burgueses e capitalistas que, alardeando um artificial nervosismo anticomunista, que transformam em argumento sensível ao poder e às turbas, de defesa da paz e do progresso social, e atacando com afínco e sobrançeria todas as movimentações e exigências individuais e associativas dos operários em miséria, acabam por forçar, cínica e velhacamente, estes seus operários à indignação e à revolta majoradas face ao que viam nos seus exploradores: “a ostentosa licenciosidade dos seus costumes, a sumptuosidade excessiva da sua vida, e as continuadas injustiças para com os seus trabalhadores” (*ib.*, 256). Concluía, tomando partido: “Sendo assim, não é de estranhar a atitude agressiva dos que sofrem injustiça, pois é uma lei da história que a injustiça provoque a revolta” (*ib.*).

Num longo, pertinente e conseguido capítulo de *O movimento operário* sobre os objetivos deste movimento, Lúcio Craveiro formula um sentimento de confiança num futuro com paz social e em que a nobre e primordial função do trabalho e o trabalhador ocupem o lugar a que têm direito e obtenham os direitos que a justiça impõe. Escreve ele: “No Ancien Régime a vida pública era governada pelos privilegiados e pelos nobres, no liberalismo pelos

capitalistas, pelo dinheiro, agora a autoridade tende a passar para os trabalhadores” (id., 1957, 95). E depois de passar em breve revisão as alternativas desta tendência histórica da contemporaneidade, conclui com otimismo: “A solução aparece no horizonte... caminhemos em direção a ela, para, enfim, depois de tantas incertezas, ódios, lutas, sofrimentos e catástrofes sociais, vermos realizado um mundo novo mais justo e mais fraternal” (*ib.*, 100).

6 – A questão em Portugal

Foi pouco o espaço que Lúcio Craveiro dedicou à realidade portuguesa. O diminuto nível de industrialização fazia-nos permanecer como um país essencialmente agrícola. Nas zonas em que a industrialização era nula ou incipiente, os problemas eram quase inexistentes. Este operariado residual permanecia num ambiente de certa forma paternalista, sendo normal a paz social. Quanto às zonas mais povoadas industrialmente, como Setúbal, Barreiro, a sua Covilhã, Matosinhos... fervilhavam problemas afins aos que aconteciam a nível internacional, pelo que as soluções propostas são as mesmas. Adverte, todavia, para futuros que serão próximos, prevenindo as consequências do alargamento da indústria nacional.

Paralelamente encontra fenómenos de certa forma análogos na nossa realidade rural campesina a que é preciso atender, urgindo uma espécie de “desproletarização” das numerosas gentes empregues no trabalho agrícola. A sua condição económica e social é, generalizadamente, pior do que a dos proletários industriais. Têm menos força reivindicativa dado o seu isolamento, são, a vários níveis, mais dependentes do patronato, têm condições de vida piores, maior insegurança no trabalho muitas vezes apenas sazonal e, em cúmulo, despertam menos preocupação nas autoridades que sabem da sua falta de consciência e mentalidade proletárias. Mas como no campo da indústria, podem vir a tê-la, como estava a acontecer nas ativas e vigorosas movimentações rurais que em França vinham acontecendo desde meados do século. Medidas de prevenção adequadas era caminho necessário, desde salários compatíveis com a erradicação da miséria, criação de condições que permitissem a aquisição de algum património mesmo que para tal tivesse de se recorrer à revisão de distribuição da propriedade ou mesmo à expropriação

em quadro indenizatório, investimentos na interioridade, etc. É muito sintomático constatar que o último capítulo, um longo capítulo, de *O movimento operário* nos sirva este título: “A elevação do operário rural”. Transcrevemos parte da conclusão:

Parece que a alma serena do camponês, finalmente, foi encapelada pelo estremecimento que há muito agita o mundo moderno, e que emergindo do seu isolamento secular começa a usar os processos clássicos das reivindicações e a associar-se aos seus companheiros de trabalho. Os governos vão-se dando conta desta nova força que desperta das convulsões da vida social e política e orientam a sua atividade de modo a poderem atender as suas numerosas reclamações (ib., 161-162).

E termina o capítulo e o livro com estas palavras tornadas lema e desejo:

“Somos chegados à hora da desproletarização da classe rural” (*ib.*, 162).

Regressemos ao princípio em termos de conclusão.

A natural alma humanista que caracterizava a pessoa do mestre e sábio Lúcio Craveiro da Silva, tocada pela circunstância vivencial da sua juventude na serrana terra natal de Tortosendo, freguesia da industrializada Covilhã, onde foi confrontado com a multímoda agitação de um operariado em luta por uma vida menos minguada e mais digna, despertou nele o espírito indagador que sempre o moveu em busca das causas do fenómeno (com)vivido e o forte desejo de contribuir solidariamente, de alguma forma que fosse, para a solução do problema. A partir daí não arrepiou caminho e dedicou uma parte importante da sua vida, escrita e ação à tarefa que consubstanciava um dos vetores mais ponderosos da crise social da contemporaneidade. Tentámos mostrar a forma corajosa, desassombrada e participativa como o fez, tendo consciência de ter sido um arauto de certa forma marginal à generalidade da circunstância política, económica e social da nação do tempo e ao pensamento e sentimento da sua agremiação religiosa. Contudo, não foi demovido dos seus intentos nem do projeto a que decidiu dar consecução. “Terei acertado?” (*ib.*, 76), pergunta-se ele. A interrogação não era retórica e tinha substrato causal no vazio que à sua volta tantas vezes sentiu, e que amargamente con-

fessa, face às suspeitosas ideias que agitou e aos marginais caminhos que calcorreou. Mas não se sentiu totalmente só. Afinal, desabafa, também “Não foram Leão XIII e Pio XI acusados de comunistas por alguns desses católicos falsamente conservadores (*ib.*, 75)”? Quando os itinerários que se seguem são mais singulares, ousados e passíveis de incómodos, é sempre confortável ter bons, amistosos e reconhecidos companheiros de jornada e de luta.

Bibliografia

- (1989), *Caminhos da justiça e da paz, Doutrina social da igreja. Documentos de 1891 a 1987*, Lisboa, Rei dos Livros, 2ª ed.
- Godechot, Jacques (1970), *Les constitutions de France depuis 1789*, Paris, Garnier-Flammarion.
- Friedmann, Georges (1968), *O futuro do trabalho humano*, trad. de Maria Manuela Serrão, Lisboa : Moraes Editores.
- Gama, Manuel e outros (orgs) (2015), *Lúcio Craveiro da Silva, homem de ação e de pensamento – Atas do Colóquio homenagem em 2014*, Braga, Universidade do Minho/Conselho Cultural – Departamento de Filosofia.
- Jaccard, Pierre (1960), *Historie sociale du travail de l'antiquité à nos jours*, Paris, Payot.
- Leão XIII, PP. (1891), *Rerum Novarum*, in: *Caminhos da justiça...*, 33-67.
- Machado, Fernando Augusto (2015), “Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na terra: um olhar sobre o social”, in: Gama, Manuel e outros (orgs.) (2015), 71-89.
- Marx-Engels (1974), *Manifesto do partido comunista*, Coimbra, Centelha.
- Morgado, Luís Gonzaga e Nunes, Henrique Barreto (1994), *Bibliografia de Lúcio Craveiro da Silva*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Patrício, Manuel Ferreira (2015), “A presença da radicalidade universal na filosofia situada de Lúcio Craveiro da Silva”, in GAMA e outros (orgs) (2015), 159-170.
- Pio XI, PP. (1931), *Quadragesimo Anno*, in: *Caminhos da justiça...*, 69-113.

- Rousseau, Jean-Jacques (1971), *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les homes*, Paris, Garnier-Flammarion.
- (1966), *Émile ou de l'éducation*, Paris, Garnier-Flammarion.
- Silva, Lúcio Craveiro da (1948), “O fator humano e o progresso industrial em Portugal”, in: *Brotéria*, Lisboa, vol. XLVII, 144-154.
- (1948,a), “A questão social e o problema da produção”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, tomo IV, 272-282.
- (1952), “Problemas iminentes da idade do social”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, tomo VIII (jan.-Mar), 3-28.
- (1957), *O movimento operário*, Braga, Livraria Cruz, 1957.
- (1957,a), “O direito ao trabalho: uma nova garantia constitucional”, in: *Brotéria*, vol. 53, fasc. 2-3 ago./set., 157-177.
- (1959), *A idade do social – ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea*, Braga, Livraria Cruz, 1959, 2ª ed. aumentada [1ª ed. 1952].
- (1959,a), “Filosofia e teologia da técnica”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, tomo XV (Abril-Junho), fasc. 2, 149-162
- (1975), “Marxismo, filosofia da libertação”, in: Silva, Lúcio Craveiro da, *Ensaio de filosofia e cultura portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 365-378¹².

¹² Eis a referência bibliográfica original do artigo no qual usa pseudónimo: Beirão, L. (1975), “Marxismo, filosofia da libertação”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, tomo XXXI (Abril-Junho), fasc. 2, 155-168.

CAPÍTULO 2

Mesa-redonda sobre
Lúcio Craveiro da Silva
na BLCS e *online*,
em 28-11-2022

PROFESSOR LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA – *PENSAMENTO SOBRE A UNIVERSIDADE*

Rui Vieira de Castro

Reitor da Universidade do Minho

1

Saudação e agradecimentos

Queria, antes de tudo, agradecer o convite, que muito me honra, para estar aqui a participar nesta sessão. Depois, queria, evidentemente, cumprimentar as pessoas que nos acompanham, particularmente as que estão aqui presentes.

Queria assinalar, antes das minhas palavras mais substantivas, a relevância deste lugar para a realização deste evento. Estamos a falar de um projeto, que é um projeto que muito dignifica a Universidade do Minho, que nele se revê, para o qual tem contribuído e que, por essa via, tem feito jus ao patrono que o é desta instituição.

Recordava aqui, há bem pouco, com o Prof. Acílio Rocha, o momento do descerramento da placa exterior com o nome do Prof. Lúcio e a reação dele, de que bem me lembro, porque também estava presente, ali naquele lugar, e da comoção que ele teve ao verificar qual tinha sido a designação que tinha sido dada à Biblioteca.

Queria também, evidentemente saudar a Diretora desta Biblioteca, a Dr^a Aida Alves, que tem, como todos sabemos, um trabalho notável na liderança desta Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

2

Notas de natureza pessoal

As palavras que eu queria trazer aqui decorrem fundamentalmente de duas posições que eu fui tendo, ao longo da minha vida. Uma, *enquanto estudante*, outra *enquanto professor* da universidade, e depois quero retirar algumas ilações, também a este nível, da minha posição *como Reitor* da Instituição. Na verdade, a referência à minha condição de estudante faz com que eu traga para aqui algumas notas de natureza mais pessoal. Foi nessa condição que eu conheci o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, quando era aluno da *Licenciatura em Ensino de Português-Inglês*, que tinha uma disciplina/cadeira, ainda não “unidade curricular”, chamada “Cultura Inglesa”, cujo docente foi o Prof. Lúcio Craveiro da Silva.

Mais tarde, enquanto professor da UMinho e responsável de uma das suas Unidades Culturais, o meu contacto com o Prof. Lúcio, na sua qualidade de Presidente do Conselho Cultural, tornou-se mais regular e mais próximo.

3

Memórias

E quais são as memórias que eu posso convocar a este propósito?

Primeiro, enquanto estudante. Estamos a falar nos anos 1978/79, anos particularmente conturbados da vida política, social, institucional, com impacto forte no modo como a Universidade do Minho se foi desenvolvendo e nessa circunstância a representação que eu construí do Prof. Lúcio era a de uma pessoa de enorme *afabilidade*, – marca que era particularmente “útil”, digo eu, nas circunstâncias que eram as daquele tempo – a par de grande *clareza* e de um grande *rigor* nas suas posições, e estas eram qualidades que passavam para a generalidade dos estudantes¹.

¹ Segundo o Professor Vítor Aguiar e Silva, “ele foi o Reitor da sabedoria e da prudência que soube serenar espíritos e congregar vontades, tendo justamente ganho uma autoridade moral que continua a ser um património inestimável da Universidade do Minho”. In *Vinte anos de História da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 11.

O Prof. Acílio Rocha, no “Proémio” que escreve à obra – *Biobibliografia. Sobre a Universidade* – refere-se precisamente à característica de alguém dotado de um “saber multifacetado”, mas que ele depois disponibilizava de uma forma dialógica no seu modo de relacionamento com os estudantes, novas perspetivas de conhecimento e de pensamento aos seus alunos, cuja atenção ele era muito capaz de captar.

Esta era uma componente, de natureza mais pessoal, que eu queria trazer para esta intervenção.

Depois, enquanto docente e responsável de uma Unidade Cultural. Estamos a falar de um período da história da Universidade que é particularmente rico pela expansão muito acelerada que a Universidade conheceu naqueles anos, quanto ao número de cursos, de estudantes, de professores, em que a Universidade enfrentava constrangimentos muito fortes, mas em que a visão e a ação do Prof. Lúcio foi particularmente decisiva, para assegurar a sua ultrapassagem, e aqui, a questão das instalações definitivas e as soluções que foi possível encontrar, que foi possível desenhar, foram particularmente importantes.

A minha experiência enquanto dirigente de uma Unidade Cultural permitiu-me conhecer muito mais de perto o seu pensamento sobre uma dimensão que ele nos seus textos sistematicamente valoriza, que é a *dimensão cultural da missão da universidade*, num quadro que é específico da Universidade do Minho, traduzido na existência de um determinado conjunto de unidades culturais, que de facto estão na base de uma configuração muito própria da Universidade do Minho no contexto nacional².

4

Registo institucional

Deixando estas notas pessoais e procurando agora o *registo mais institucional*. Na leitura que faço das instituições e, naturalmente, da Universidade,

² “Os homens valem segundo a cultura que os enriquece e o lar da cultura é a Universidade. Nela se transmite a cultura, nela se aumenta com novas investigações, nela floresce em liberdade, nela se converte em formação dos espíritos” (In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, p. 119).

eu entendo-as como sendo fundamentalmente constituídas por *pessoas*, pelas interações entre as pessoas, pelos modos de organização que essas pessoas resolvem adotar, pelo modo como coletivamente convocam e interpretam a sua história, e também como se comprometem com o presente e pelo modo como perspetivam o futuro. É deste modo que eu tipicamente olho para a instituição universitária e é esse o modo que fica subjacente a algumas das notas que eu queria deixar.

Quando nós olhamos para a Universidade nesta perspetiva, para a identificação destes processos de construção e de projeção da instituição, é óbvio que esses aspetos são decisivamente marcados pelo *pensamento* e pela *ação* de alguns dos seus proeminentes colaboradores, membros da comunidade universitária. Não significa isto desvalorizar ninguém, mas, de facto, há pessoas que, nas suas circunstâncias, são capazes, pelo modo como pensam e como agem, de marcar decisivamente o desenvolvimento da própria instituição. E é aqui, de facto, que a Universidade do Minho é, deve dizer-se, largamente devedora, seja do pensamento, seja da ação, do Prof. Lúcio. O participante nesta mesa redonda, que está aqui a meu lado, o Prof. Acílio Rocha, diz do Prof. Lúcio ser “um persistente *artífice* desta Universidade, um pensador, investigador, ensaísta e também um *pensador acerca da Universidade*, um artífice de *inovação* na Universidade”³, das suas instituições concretas, mas também da Universidade como instituição.

Este *pensamento* e esta *ação* são evidentemente devedores daquilo que eram características do Prof. Lúcio, como intelectual e como professor. Continuando a “tribalizar” expressões do Prof. Acílio, do “Proémio” da referida obra, lemos que, “na verdade, espanta a *pluralidade de interesses*, a *imensidão de uma cultura* que não se entrincheira em redutos de erudição, o *jogo ilimitado das referências*, que vão dos estudos económicos e sociais, aos da filosofia em Portugal e cultura portuguesa, da ética à filosofia social e política...”. A estas três características acrescia uma outra, também enfatizada pelo Prof. Acílio, que era “a *paixão de pensar*, de investigar, uma convicta volúpia de compreensão dos magnos problemas da sociedade contemporânea”⁴. E isto

³ In Lúcio Craveiro da Silva, *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, “Proémio” de Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, “Bibliografia” por Henrique Barreto Nunes, “Organização e revisão” por Manuel Gama, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 27-11.2004, p. 45.

⁴ In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, p. 10.

diz-nos muito de quem era, foi e que representa para nós o prof. Lúcio, que teve uma presença constante, ao mais alto nível, na vida da nossa instituição. Ele foi fundador e primeiro responsável da *Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes* (UCP-LA), de que a *atual Escola de Letras, Artes e Ciências humanas* (ELACH) é sucessora; foi criador e grande impulsionador, com grande profundidade e visão, de um conjunto de áreas de formação, promovendo rapidamente na universidade o desenvolvimento de cursos dessas áreas, para lá dos cursos próprios da área das Letras e Artes, como foram os Cursos de Ciências Sociais, de Gestão de Empresas, de Administração Pública; foi o mentor da criação dos Cursos de Relações Internacionais – Culturais e Políticas –, que rapidamente se replicaram noutras instituições universitárias; foi, além de mais, membro fundador da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, Vice-reitor, Reitor eleito, membro do Senado, da Assembleia da Universidade, Presidente do Conselho Cultural. Foi, portanto, uma pessoa que atravessou muita da vida, que começa já a ser longa, de quase cinquenta anos, da Universidade do Minho. Atravessou a nossa história e deixou marcas indeléveis, em resultado da sua ação.

5

Ideias reguladoras do pensamento do Prof. Lúcio sobre a Universidade

Quando o Prof. Manuel Gama me convidou para esta sessão, conversámos um pouco sobre aquilo que eu poderia aqui dizer. E agora recuo à minha posição de Reitor e torna-se-me óbvio que uma das coisas que eu devia aqui dizer prende-se com a sinalização de alguns elementos do *pensamento do Prof. Lúcio sobre a Universidade e a Universidade do Minho*. Percorrendo os textos que ele sobre a Universidade produziu e são vários esses textos e alguns muito densos e de uma imensa atualidade, emergem alguns aspetos que eu gostaria de aqui recordar, sejam aspetos relativos às próprias finalidades últimas da Universidade, sejam relativos ao papel, que ele não esquece nunca, da responsabilidade que a universidade deve ter enquanto agente de desenvolvimento cultural, social e até económico do país, que as Universidades devem assumir e, no caso concreto da Universidade do Minho, do país, mas também da região em que a Universidade se integra.

Ideia de “Universidade completa” – A este entendimento das finalidades últimas da universidade não é certamente indiferente a apologia que faz, muitas vezes por referência ao Prof. Loyd Braga, da “*universidade completa*”, que é, por definição, aquela que melhor pode cumprir a missão da Universidade, com a amplitude de seus objetivos, associados aos diversos níveis de desenvolvimento que na Universidade se podem promover⁵.

Centralidade da investigação – Muito interessante é também, na perspectiva do Prof. Lúcio, a centralidade que ele confere à “*investigação*” na atividade do professor universitário. Tem alguns textos em que, de algum modo, defende essa centralidade na instituição universitária e mostra a sua relevância para o desenvolvimento social e cultural⁶.

Valorização da autonomia universitária – A valorização da “*autonomia universitária*” é outra ideia reguladora do pensamento e da ação do Prof. Lúcio. E esta valorização é feita de uma forma muito interessante, porque, por um lado, ela é colocada face àquilo que são as tendências e contínuas tentações centralizadoras do Estado, em Portugal, mas também por referência àquilo que ele chama “*inimigos externos*”. Se me permitem, recorro a um texto em que o Prof. Lúcio começa a falar das tarefas que devem ser as de um professor universitário, mas que, “além disso, o professor deve também defender a Universidade dos seus inimigos externos, porque muitos são aqueles a quem interessa tê-la do seu lado e são todos os que detêm o Poder, quer sejam governo na vida política, quer empresários na vida económica, quer sejam influentes nos vários setores da vida pública: na saúde, na cultura, na comunicação social e mesmo na religião. Quando tentam e conseguem intervir

⁵ “Como o primeiro reitor foi um homem extraordinário, o prof. Loyd Braga, fez logo o plano de uma universidade completa e disse: ‘Nós queremos uma universidade *completa*. Não vamos necessariamente imitar as outras, é aquilo que entendemos que vamos fazer’” In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, p. 87. “O Prof. Loyd Braga (...) sabia o que queria, e insistiu num plano, tão amplo e rigoroso como a sua profunda visão universitária, de que a Universidade do Minho deveria ser uma Universidade completa em todos os domínios do saber sem atrofia e com inexcedível exigência de qualidade” (In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, p. 187).

⁶ “A realização da investigação é a luta mais bela, difícil e fecunda que se trava na vida e na alma do universitário. [...] A investigação tudo, tudo renova. Sem ela, hoje não haveria verdadeira civilização. Por isso, todo este drama da investigação envolve profundamente a alma do universitário, dá sentido ao seu trabalho e enriquece a sua vocação. [...] Seria a negação da sua razão de ser, se a Universidade não oferecesse os meios normais para a realização e desenvolvimento da investigação.” (“Tomada de posse como Reitor eleito da Universidade do Minho”. In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, pp. 128-129).

para serviço dos seus interesses particulares e redutores são até uma das causas mais frequentes dos desvios e até da decadência das Universidades”⁷.

E, portanto, esta defesa da Universidade, da sua autonomia, uma defesa que é feita identificando aqueles que são os seus adversários, é certamente muito útil no tempo em que este texto foi escrito, mas continua a ser muito útil, hoje.

Ainda a este propósito, o Prof. Lúcio é muito veemente, digamos, no modo como procede em vários lugares, em vários textos seus, a uma denúncia do descaso do Poder político face às Universidades, algo que não é muito diferente dos dias que correm. Eu gostaria, uma vez mais, de ir buscar um desses textos, porque me parece particularmente interessante.

*Se temos como objetivo fundamental o progresso efetivo da nação, devemos começar por munir e desenvolver as Universidades. Nelas se formam os futuros dirigentes, se criam as condições de progresso, do avanço da tecnologia, da expansão humana da vida. Descuidar as Universidades é adiar irremediavelmente a solução dos problemas porque é nelas que trabalham os profissionais da investigação e se criam os homens da linha avançada do presente e do futuro. É certo que há mais coisas a atender além das Universidades; mas para resolver os problemas do nosso atraso, é necessário começar por elas. Se o não fizermos, andaremos a renovar os nossos erros históricos, e, o que é pior, sem possibilidade de os corrigir, pois no princípio dos nossos males está a falta de preparação, de cultura e de investigação. Para a correta solução dos nossos problemas, no princípio está a Universidade*⁸.

Esta defesa da Universidade e do papel fundamental, papel essencial, que ela pode e deve assumir não dispensa também o Prof. Lúcio de olhar criticamente para os modos do seu funcionamento, seja a nível do sistema do Ensino Superior no seu conjunto, seja a nível das suas instituições, sendo hoje pertinente observar os malefícios da crescente burocratização.

⁷ “O universitário e a Universidade”, in UM Boletim, nº 90 (02.-05-2001. In *Bibliografia. Sobre a Universidade*, p. 173.

⁸ Discurso da “Tomada de posse como Reitor eleito da Universidade do Minho”, 18.01.1982. In *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, p. 129).

6

Conceptualização da Universidade

É reconfortante e revigorante regressar a estes textos de Lúcio Craveiro da Silva. O que ele nos diz sobre a Universidade continua hoje profundamente atual. E o modo como ele conceptualiza a Universidade, o modo como o faz, é inspirador e é também interpelante.

E vou ao último texto, que é um texto de conceptualização da Universidade, e em que o Prof. Lúcio diz o seguinte:

“A Universidade floresce como centro vivo da Cultura, dentro da sociedade, e é sempre difícil definir a vida. Como a vida, ela recolhe todas as forças que a trouxeram ao presente, busca incessantemente a inovação que assegure o futuro, vive sempre alerta, na ânsia insatisfeita de desenvolver e criticar os valores do presente, sem perder os legados do passado nem comprometer a renovação do futuro. Investiga sem descanso, traça hipóteses de trabalho que julga pelos resultados da experiência, usa para isso um método rigoroso e crítico, está aberta à mais ampla e livre discussão dos problemas; nunca assenta, portanto, numa posição estática e definitiva. Neste sentido, mais profundo se afirma que a Universidade é um lugar de crise fecunda, de luta construtiva, de criação incessante. E tudo isto é feito à luz do dia, perante uma sociedade em que se integra e serve, sem esperar recompensa senão as do dever cumprido e de uma vocação realizada” (In Biobibliografia. Sobre a Universidade, pp. 123-124).

Este é um diálogo e ideal que certamente nos deve motivar, que nos interpela e que pode ser um guião da nossa ação e da nossa sustentabilidade.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA: IDEIAS E MESTRES DE BRAGA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha
Professor Emérito da Universidade do Minho

Na sequência da conferência “*Lúcio Craveiro da Silva: Ideias e Mestres*” (30 de Março de 2022), sobre o legado filosófico em torno dos principais temas e de grandes Mestres sobre que escreveu, concentro-me hoje nos seus escritos sobre os Mestres originários ou radicados em Braga e temas ligados a esta cidade e região.

A/ OS MESTRES

1. Paulo Orósio, de Braga (c.385-390 – c.423) foi o autor de *História contra os Pagãos* (*Historiarum adversus Paganos libri VII*), redigida entre 416 e 418 (como o próprio diz no “Prólogo”) a pedido de Santo Agostinho, em 7 livros, que foi “a primeira história universal publicada por um autor cristão” e “o manual que toda a alta Idade Média lê, cita e repete. São inumeráveis os manuscritos que transcrevem e ainda hoje existem algumas centenas desses manuscritos. Chegou a ser traduzida para anglo-saxónico e árabe e foi dos primeiros livros que a invenção da imprensa difundiu”¹, o que atesta o seu valor.

Orósio foi obrigado a deixar a sua terra, perseguido que foi aquando das invasões germanas até à praia onde pôde embarcar: “perseguido-me eles pelo mar dentro com pedras e armas de arremesso e, estando já quase a

¹ “Introdução a Paulo Orósio” (1985), *Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994 (pp. 13-26), p. 20. Doravante, *EFCP*.

alcançar-me com as mãos, um súbito nevoeiro me rodeou e me salvei”², dirigindo-se depois para Hipona, para estar com o maior intelectual do tempo – Santo Agostinho. É que “o norte de África e sobretudo o Oriente fascinavam as inteligências ávidas de cultura” e “a Europa encontrava-se submergida pelas ondas devastadoras dos bárbaros e apenas no Oriente se cultivava o brilho do pensamento e floresciam as escolas superiores e as bibliotecas”³, fascínio que atraiu também Orósio. Agostinho envia-o à Palestina, onde convive com S. Jerónimo, em Belém e Jerusalém, participa no concílio de Jerusalém, onde, contra Pelágio, sustém a tese de Agostinho e Jerónimo, e, na vinda, passando por Alexandria, é portador das relíquias de S. Estêvão – o primeiro cristão mártir – destinadas a Braga, mas, por contratempos da viagem, as deixa na ilha de Minorca.

No seu estudo, o Professor Lúcio informa sobre as relações de Orósio com Agostinho, com quem teria colaborado na redacção de *A Cidade de Deus*, esclarecendo que, se deste recebera a sugestão do plano para a *História*, porém não foi um simples discípulo do bispo de Hipona; foi um investigador autónomo, pois sobre a invasão de Roma usou fontes diferentes e refere-se a testemunhos oculares que consultou e ouviu, como revela ainda uma visão pessoal e diversa dos factos. Sobre essas relações, temos ainda a “consulta a Santo Agostinho”, *Relação* (414) essa que “é de suma importância para o conhecimento da história religiosa da Galécia, e portanto especialmente da Galiza e Portugal na época pré-nacional”, pois “testemunha duas das principais correntes religiosas heterodoxas que então surgiram nessa região”⁴; mas o origenismo era de “menor interesse para nós, já porque na Galécia não teve a expansão que Orósio provavelmente temia [...]”⁵, a que Santo Agostinho respondeu em “Contra Priscilianistas et Origenistas ad Orosium” (415).

Ora, antes e depois da viagem à Palestina, escreve a sua *História*, a primeira história universal de inspiração cristã, ou, se quisermos, a última do

² Paulo Orósio, *História contra os Pagãos. Esboço duma História da Antiguidade Oriental e Clássica*, tradução e notas de José Cardoso, introdução de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, Universidade do Minho, 1986, III, 20, 160. Doravante, HCP.

³ EFCP, p. 15.

⁴ Orósio de Braga, *Consulta de Orósio a Agostinho acerca do erro dos Priscilianistas e Origenistas*, edição bilingue latim-português, tradução de Lúcio Craveiro da Silva e Bernardino Fernandes, introdução de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, 1999, p. 3 [*Revista Portuguesa de Filosofia*, 55 (4) 1999 (543-558)].

⁵ *Ib.*, p. 4.

universalismo clássico, onde “não pretendeu fazer mera narrativa dos acontecimentos nem encontrar apenas as causas próximas que os motivaram. Quis, através dessa narrativa, estabelecer as leis que regem a história da humanidade, encontrar o sentido profundo do seu desenvolvimento, descobrir o êmbolo dos acontecimentos”⁶. Deste modo, Paulo Orósio foi quem primeiro escreveu uma história verdadeiramente universal, já que aí “descreve a sucessão dos quatro grandes impérios: o assírio, o macedónio, o cartaginês e o romano”; ademais, mostra como todos os impérios, como um organismo vivo, nascem, crescem e por fim morrem, lei histórica que fará eclipsar também o Império Romano, e Orósio mostrava-o já a desmoronar-se. Há 17 séculos, portanto, já Orósio entendia esta verdade histórica fulcral que hoje alguns parecem ainda não compreender, ao invadir o território da Ucrânia para reconstituir o antigo Império Russo.

Ademais, se Agostinho se dirigia aos cristãos, Orósio dirige-se aos pagãos: a Escritura surgia mais “como fonte de factos do que como argumento de Fé”, e a sua visão da história é de cunho mais racional e alicerçada numa base filosófica: se Santo Agostinho foi o grande teólogo da história, Orósio foi o grande filósofo da história. Além disso, “se foram os gregos os primeiros que conceberam as regras da história, foi Paulo Orósio, presbítero bracarense, quem primeiro escreveu uma História com sentido plenamente universal. É certo que antes de Orósio, Tucídides e sobretudo Políbio, escreveram uma história de sentido cosmopolita e conceberam o género humano como um todo, Dentro desta concepção, de nítido recorte estoico, Políbio redigiu até um esboço de história universal, ao formular as leis dos círculos históricos; mas tais círculos eram reversíveis: a história repetia-se. [...] Mas é Paulo Orósio quem realiza esta concepção com profundidade ao conceber a história como um desenrolar de desígnios todos orientados para um facto histórico: a Redenção”⁷. Esse timbre universalista tornou-a, mais tarde, benquista dos árabes, que até a traduziram na época áurea da literatura copto-árabe, dado o providencialismo divino que a enforma; outrossim, um timbre optimista, já que o passado é sempre pior que o presente (mais afastado que está da

⁶ *EFCP*, p. 20.

⁷ *Ib.*, p. 26.

verdadeira religião): o objectivo apologético leva-o a mostrar que o Cristianismo é a única esperança de melhores dias para a humanidade.

E, se Agostinho confiava na reabilitação da civilização romana, na qual vivia, “Paulo Orósio, embora de raiz romana, pertence a outra geração, a outro povo e a outra cultura. Fugitivo e exilado, adaptou-se à pátria universal onde a mesma cultura florescia”⁸; aliás, à România – dos primeiros a denominá-la assim – contrapõe “uma grande admiração pela Hispânia e sente-se peninsular, algo diferente dos romanos”⁹. E mais: neste tratado de História, Orósio defendia a tese da igualdade essencial dos diferentes povos, e o romano não é superior a qualquer outro: “Eis que Roma venceu com sorte igual à desfortuna com que é derrotada não importa em que lugar fora de Roma. Portanto, em que apreço há-de ter-se essa tão diminuta e canserosa felicidade? Não é certo que a fortuna duma só cidade se traduz na enorme desventura dos outros?”¹⁰ Num exercício de desconstrução, Orósio mostra que a apregoada “felicidade romana” foi feita à custa da infelicidade dos povos subjugados: “Durante 200 anos a Península Hispânica por toda a parte vinha regando os seus campos com o próprio sangue. Durante esse longo tempo não foi capaz nem de repelir nem de aguentar as investidas importunas do inimigo que de resto inquietava os Hispânicos de porta a porta”¹¹. E prossegue: “que a própria Itália fale de si mesma. Por que razão durante 400 anos a Península Itálica arduosamente resistiu e se opôs aos Romanos?”, interrogando-se: “E a fortuna dos Romanos não era sinónimo de desventura para os itálicos?”¹² Tão válido é o ponto de vista romano, como o itálico ou o ibérico; há uma relatividade dos povos entre si; como assevera, tudo é relativo frente a Deus, que é o único absoluto. Mais uma outra verdade que Orósio entendia já nos séculos IV-V, que a estultícia e barbárie, no século XXI, não atende, ao ceder à ânsia frenética dum império, pela aniquilação dum povo e a calcinação de cidades e aldeias.

⁸ *Ib.*, pp. 24-25.

⁹ *Ib.*, p. 25.

¹⁰ *HCP*, V, 1, p. 237.

¹¹ *HCP*, V, 1, p. 238.

¹² *HCP*, V, 1, p. 238.

2. Outra figura ligada a Braga, São Martinho de Dume (520-579), natural da Panónia (actual Hungria), exerceu um decisivo influxo nesta região, onde converteu ao catolicismo a corte do rei Teodemiro e o povo suevo, tendo sido “um dos autores mais férteis literariamente num tempo em que os escritores escasseavam”¹³; feito excepcional, já que foi conversão operada pelo diálogo e força dos argumentos, e não pelo argumento da força, não pelas armas.

Relevam em especial os seus tratados filosófico-morais, influenciado por Séneca, e é interessante como eles são estabelecidos princípios morais “apenas com base na inteligência humana, isto é, uma verdadeira ética filosófica, abstraindo da moral teológica fundada na Escritura. O seu ponto de vista será de aplicação prática, de utilidade concreta, com o objectivo de expor a perfeição e virtudes do Homem ‘com chã e singela simplicidade’”, donde resulta que, “em cada página, a sua visão do homem impõe-se pelo respeito da liberdade e o sentido da responsabilidade”¹⁴. Assim, em *Fórmula da Vida Honesta (Formula Vitae Honestae)*, trata da observância de quatro virtudes – prudência, magnanimidade (fortaleza), temperança e justiça –, caracterizando-as primeiramente em quatro capítulos, para depois, noutros quatro, explanar sobre o modo de regular a prudência e a fortaleza, como agir com temperança e realizar a justiça. Interessante como, nesse tempo, esclarece que a justiça é “uma tácita convenção da natureza achada para bem de muitos”, advertindo que “o próprio estado não deve governar para além do bem e do mal pois também está sujeito à justiça por ela estar escrita na luz da inteligência e na natureza das coisas”¹⁵ – num enfoque filosófico.

Curiosas também são as considerações em torno do ensaio de Martinho, *Sobre a Ira*, mas que conserva “o seu estilo pessoal, fluente e elegante”, que, como observa Lúcio Craveiro, “deve ter-lhe saído dum jacto, embora com a morosidade com que naquele tempo as penas se moviam no papel”; aí revela-se mesmo “percursor” e “um dos mestres mais antigos de psicofisiologia”, pois “estudava as paixões quase anatomicamente”, bem como “a influência das

¹³ “S. Martinho de Dume ou de Braga: ‘a nova civilização’”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. I (131-140); em *Estudos da Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002 (49-59), p. 52; doravante, *ECP*.

¹⁴ *Ib.*, p. 55.

¹⁵ *Ib.*, p. 56.

atitudes externas no comportamento exterior do homem e as suas reacções, com a exactidão dum especialista da psicologia experimental”¹⁶. É por demais viva a descrição que Martinho faz do homem irado¹⁷, difícil de caracterizar melhor, com palavras cheias de realismo e carregadas de experiência humana, que vale sem dúvida a pena ler. Por tudo isto, o Prof. Lúcio conclui que “S. Martinho foi uma figura inovadora e empolgante não só na Galécia, em Braga, mas precursora na Ibéria e mesmo para além Pirenéus”¹⁸. Mas outros pensadores serão analisados, ligados a Galécia, como Francisco Sanches, ilustre bracarense além Pirenéus.

3. Sobre Francisco Sanches (1550-1623), Craveiro da Silva consagrou pelo menos cinco estudos, alguns em edições estrangeiras – alemã (1960), francesa (1978) –, sobre quem diz: “foi sobretudo, a meu ver, um dos prefaciadores mais argutos da nova época que ia surgir”. Ora, “de facto não foi ele o autor do *Discurso do Método* ou do *Novum Organon*, os grandes inovadores do método moderno da filosofia e das ciências. No entanto, o merecimento desses livros torna-se grandemente credor de Sanches, se através das linhas e do espírito do *Quod Nihil Scitur* e do plano esboçado no *De Modo Sciendi* aparece, como consequência lógica e imediata, o pensamento nuclear desses livros. E julgamos, como muitos autores, que assim é”; ora, “esta suposição torna-se certeza [...], [pois] a segunda edição do *Quod Nihil Scitur* apareceu em Frankfurt, em 1618, precisamente quando Descartes se encontrava nessa cidade”¹⁹. Na verdade, “os pontos de contacto entre o *Quod Nihil Scitur* e o *Discours de la Méthode*” manifestam-se sobretudo quer na afirmação da necessidade da dúvida metódica quer na criação de um novo método quer na precursora análise do *cogito* – como Lúcio Craveiro explica com vagar; e com mais vigor que qualquer deles, o “Philosophus et Medicus Doctor” lusitano

¹⁶ *Ib.*, p. 57.

¹⁷ São Martinho de Dume, “Da Ira”, *Opúsculos Morais*, ed. bilingue, trad. Maria L. S. Ganho *et al.*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 44-59. Na situação de irado, “[...] o sangue agita-se desde o mais profundo das entranhas e, alterada a cor, desfigura o rosto mais belo, acendem-se e cintilam os olhos, tremem os lábios, cerram-se os dentes, o peito arqueja com frequentes e veementes suspiros, gemido ansioso, a palavra é percebida com som pouco distinto, e a erupção da voz distende o pescoço enraivecido, as mãos inquietas, muitas vezes movidas pelo apertar dos dedos, ranger de dentes, passo apressado, e terra batida pelos pés, tremura dos membros, e todo o corpo agitado por instável flutuação, [...]”, pp. 46-47.

¹⁸ *Ib.*, p. 59.

¹⁹ “Francisco Sanches, filósofo” (1951), *EFCP* (57-76), p. 70.

apontou os erros da época que findava e deu-lhe um golpe mais violento²⁰, ou melhor, “é um pensador típico dessa curva da história da filosofia”²¹.

Era natural que Lúcio Craveiro se interessasse também pelas edições críticas estrangeiras²² (espanhola, francesa e inglesa) do *Quod nihil scitur*, e ponha em evidência, sem complacências, as lacunas duma edição castelhana²³ que, sobre o nosso filósofo, médico e professor universitário seiscentista, revela parcialismo e limitações; trata-se duma “tese recentemente publicada que, embora com graves defeitos de análise científica que me admira terem sido aceites numa universidade, oferece a vantagem de nos levar a recordar e discutir a polémica em torno da obra de F.S.: a interpretação do seu cepticismo e do seu propósito inovador de anunciar um novo método de saber”²⁴. De facto, o nosso Homenageado projecta uma nova luz sobre a obra de Francisco Sanches como homem do Renascimento, dilucidando o lado prospectivo desse nosso filósofo; e foi da obra de Francisco Sanches que Lúcio Craveiro, então membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, terá sugerido como lema da novel Instituição²⁵ – “*res ipsas examinare: verus est sciendi modus*”.

4. Com gosto realçamos o ensaio “D. Diogo de Sousa: ‘de uma aldeia fiz uma cidade’”²⁶, figura nascida no concelho de Figueiró dos Vinhos – onde eu também nasci –, arcebispo inovador que, vindo do Porto (onde foi bispo durante cerca de 10 anos) para Arcebispo de Braga, numa época “de transição dos valores medievais para os valores renascentinos”, cuja acção foi de tal grandiosidade em todos os planos que pôde dizer a D. João III (1528): “De uma

²⁰ *EFCP*, p. 76.

²¹ “Francisco Sanches nas correntes do pensamento renascentino”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 39 (3) 1983; em *EFCP* (77-89), p. 77.

²² São estas as edições em referência: *Quod nihil Scitur*, ed. e trad. espanhola de S. Rabade, J. M. Artola e M. F. Perez, Madrid, Instituto de Filosofia “Luis Vives”, 1984; *Il n’est Science de rien [Quod nihil Scitur]*, édition critique latin-français, texte établi et traduit par Andrée Comparot, Paris, Klincksieck, 1984. *That nothing is Known (Quod nihil Scitur)*, with introduction, notes and bibliography by Elaine Limbrick, Latin text, annotations, and translation by Douglas F. S. Thomson. Cambridge University Press, 1988.

²³ Trata-se da tese de Fernando Suárez, *Francisco Sanches y el escepticismo de su tiempo*, Madrid, Dobbarrio, 1985.

²⁴ “Actualidade de Francisco Sanches, Filósofo”, *Forum*, Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho, nº 8, 1990 (159-162); em *EFCP*, (91-108) p. 92.

²⁵ “Res ipsas examinare: verus est sciendi modus”, in Manuel Gama (org.), *Biobibliografia, Sobre a Universidade*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004, p. 181.

²⁶ “D. Diogo de Sousa (1461?-1532): de uma aldeia fiz uma cidade”, *ECP*, pp. 61-81.

aldeia fiz uma cidade à custa de meu trabalho e fazenda”. De facto, em Braga desde 1505, fascinado que era pela grandeza de Roma e outras cidades italianas, quis também “rejuvenescer e engrandecer a cidade, dando-lhe espaço, ar e luz”, com empreendimentos dentro e fora de muros, “da arquitectura às artes decorativas e ornamentais, ourivesaria e alfaias religiosas, atingindo um volume e importância verdadeiramente extraordinárias”²⁷. As capelas-mores da Sé, 107 artigos doados ao Tesouro da Sé, outras obras e doações em igrejas e monumentos, a instauração dos Estudos Públicos em Braga, chegando a solicitar ao Rei a vinda de lentes do estrangeiro, que, “se D. João III tem aceitado o alvitre e oferta do famoso arcebispo, a Universidade do Minho já podia ter séculos de existência!”²⁸

5. Ainda no plano das “Ideias”, uma menção apenas a nomes da Escola Bracarense de Filosofia, aos quatro colegas jesuítas que Lúcio Craveiro destaca: Cassiano Abranches e a metafísica, cuja orientação resultava de duas influências preponderantes, a de Pedro da Fonseca, que foi o tema da sua tese, e as de J. Maréchal e Scheuer, com os quais teve ensejo de conviver e muito debater na Universidade de Lovaina²⁹; ora, Cassiano sustém que a fundamentação crítica da metafísica radica “na análise da consciência onde surge o problema do valor crítico do sujeito e do objecto do conhecimento que está na origem da filosofia pós-kantiana”³⁰.

Por sua vez, em “Bacelar e Oliveira: um filósofo que realiza uma Obra”, surge um filósofo cujo legado se explana entre metafísica e gnoseologia, pois, “partindo da análise radical do acto intelectual de julgar (o Juízo) em que se funda o conhecimento humano pela afirmação transcendental do Ser em que tudo é conhecido”³¹, desdobra as perspectivas da sua especulação filosófica na obra em que reúne alguns ensaios³². A sua obra foi também institucional, na edificação da Faculdade de Filosofia de Braga e na Universidade Católica

²⁷ *Ib.*, p. 65.

²⁸ *Ib.*, p. 71.

²⁹ “Cassiano Abranches (1896-1983)”, *ECP* 157-160), p. 157.

³⁰ *Ib.*, p. 159.

³¹ “Bacelar e Oliveira: um filósofo que realiza uma Obra” (1916-1999), *ECP* (161-164), p. 163.

³² *Estudos de Metafísica e Ontologia-Perspectivas de um Horizonte Filosófico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

Portuguesa, em Lisboa, da qual foi Vice-Reitor (1968-1972), depois Reitor por quatro mandatos (1972-1988).

Em “Júlio Fragata perante a fenomenologia”, clarifica como, nos seus vários livros e inolvidável magistério didático, “foi dos que mais contribuiu para a difusão e cultivo da fenomenologia entre nós e no Brasil”³³; sendo husserliano, se “aceita o apelo de rigor filosófico, lançado nas ‘Investigações Lógicas’”, também “reconhece a sua inconsequente falta de rigor filosófico no ‘idealismo transcendental’”³⁴, conforme explana na sua obra, e que Lúcio Craveiro compendia neste texto.

Em “António de Magalhães e a filosofia da saudade”, que “deveu o seu encontro da vocação filosófica a Leonardo Coimbra quando foi seu aluno” no Liceu³⁵, esse não foi encontro efêmero, pois em torno de Leonardo e de Teixeira de Pascoais, para além de “profunda amizade pessoal e intelectual”, incrementou o movimento filosófico do saudosismo, como expressa no Poema *Divina Saudade*³⁶, mas fundando-o no “conhecimento por conaturalidade”³⁷, que colhe em S. Tomás, mas modernamente desenvolvido por Maritain, que António Magalhães soube aprofundar.

B/ AS IDEIAS

1. O Professor Lúcio foi ainda autor de ensaios cuja temática versa sobre a Região em que mais tempo viveu, Braga, desde logo “Galécia, berço da Idade Média europeia”, essa que foi “uma província romana da Antiguidade Tardia, a que os romanos deram existência e estrutura próprias e alcançou, por isso, uma base cultural típica sem a qual nenhuma região ou província adquire contornos que a diferenciem”³⁸. Ora, Galécia devia “até possuir escolas de bom

³³ “Júlio Fragata (1920-1985) perante a fenomenologia”, *ECP* 165-174) p. 165. Tiveram especial impacto os livros: *A Fenomenologia como Fundamento da Filosofia*, Braga, Livraria Cruz, 1959; *Problemas da Fenomenologia de Husserl*, Braga, Livraria Cruz, 1962; *Problemas da Filosofia Contemporânea*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1989.

³⁴ *Ib.*, p. 168.

³⁵ “António de Magalhães e a Filosofia da Saudade” (1907-1972), *ECP* 175-187), p. 175.

³⁶ *Divina Saudade*, Braga, Livraria Cruz, 1950.

³⁷ *Ib.*, pp. 180 ss.

³⁸ “Galécia, berço da Idade Média europeia” [Actas do IV Simpósio Luso-Galaico de Filosofia, 2002], in Manuel Gama (org.), *Biobibliografia, Sobre a Universidade*, op. cit. (219-224), p. 219.

nível pois nelas se formaram, por exemplo, homens como Orósio”, fazendo para aqui confluir “personalidades doutras regiões que desejassem conhecer e até estabelecer-se”, de modo que as “várias realizações [...] que culminarão com a realização final parisiense foram o desenvolvimento e aperfeiçoamento do programa cultural da Idade Média realizado primeiramente na Galécia”³⁹. Assim, a tese que Craveiro da Silva sustém pode resumir-se: Toledo visigótico, mas a época carolíngia e Paris terão sido prolongamentos do programa antes criado e desenvolvido na Galécia.

2. No breve texto “Uma Nação latente: da Galécia a Portugal”⁴⁰, partindo do texto anterior, conclui: “Se [a Galécia e as regiões de Leão e Castela] não tivessem desenvolvido um convívio diferenciado e constante, perspectivas locais desconcordes no seu viver diário, não teriam facilmente desembocado em sociedades e línguas diferentes, unidas apenas na sua política de defesa por um inimigo comum. Quando se sentiram capazes de vencer o próprio inimigo, a necessidade de ‘união política’ foi perdendo sentido e apoiando-se nessa união que social e culturalmente já existia, com D. Afonso Henriques, os seus fidalgos, o seu povo, vencendo a sul de Coimbra os mouros, consolidou a independência e a nacionalidade”.

3. Em “Bracara Augusta e as lições da História”, o Patrono desta Biblioteca mostra como a bimilenária cidade, “apesar de afastada da capital do império, graças às virtudes de suas gentes, medrou e prosperou a civilização romana. Bracara Augusta foi um florescente centro de irradiação comercial, livre dos reiterados assaltos dos piratas do mar mas servida de perto por vias marítimas, muito frequentadas desde a foz do Cávado à foz do Douro que alargavam as suas iniciativas mercantis ao norte de África, ao Próximo Oriente e às Ilhas Britânicas [...]. As recentes escavações arqueológicas confirmam a prosperidade económica da cidade, como o afirmara Ausónio ao denominá-la *Bracara dives* [Braga rica]”⁴¹. No entanto, esse passado “nos foi ensinando

³⁹ *Ib.*, 223.

⁴⁰ Texto depositado no arquivo no sítio próprio do Patrono desta Biblioteca.

⁴¹ “Bracara Augusta e as lições da História” [Conferência na “Comemoração do Bimilenário de Bracara Augusta”, 2000], *Ser Português*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000 (21-32), pp. 21-22.

como vencer as transformações mais onerosas das invasões que nos vieram da Europa, o ressurgir das novas devastações dos visigodos e sobretudo do tentado extermínio dos sarracenos e a reavivar a riqueza da nossa cultura e a difundi-la na descoberta de novos povos. Agora, para não ficarmos apenas a louvar glórias passadas, nos anima e orienta a precaver o futuro na presente e ainda incerta conjuntura da União Europeia⁴², “o nosso novo futuro”.

4. No interessante estudo “Guimarães, cidade universitária” (1989), mostra como houve na região precedentes históricos, quando Frei Diogo de Murça, que estudara em Salamanca, talvez em Paris, certamente em Lovaina, foi nomeado, por ordem de D. João II, Prior de Penha Longa, onde fundou, em 1535, um colégio para os religiosos estudarem as ciências. Ora, “D. João III, em 1537, resolveu [...] transferir o Colégio para o Mosteiro da Costa⁴³, onde, em 1539, fora concedida faculdade de concessão dos graus de bacharel, licenciado e de doutor; por outro lado, “se cairmos na conta de que a ‘pequena Universidade’ de Guimarães existiu apenas de 1537 a 1550, isto é, durante 13 anos⁴⁴, onde estudaram figuras de relevo, e que identifica, só quase 450 depois a presença universitária na cidade berço da Nação se tornou definitiva e permanente com a Universidade do Minho.

5. São vários os estudos sobre a Região em que viveu, não regateando os encômios devidos. Assim, por exemplo, em 1948, “fui participar num congresso de sociologia na Suíça, junto do Lago dos Quatro Cantões. Uma maravilhosa paisagem [...]. Terminado o congresso regresssei a Portugal, passar férias, e fui parar a Viana do Castelo [...]: sobre a beleza dos Quatro Cantões tinha ouvido falar por toda a parte; quanto à beleza de Viana do Castelo tive de descobrir pessoalmente pois ninguém me tinha levado a compreendê-la e a admirá-la⁴⁵. O contraste é enfatizado: apressamo-nos a elogiar o que existe fora, o que é nosso, só quando os outros o enaltecem aprendemos a valorizá-lo.

⁴² *Ib.*, p. 32.

⁴³ “Guimarães, cidade universitária” (1989), em *EFCP* (251-265), pp. 254-255.

⁴⁴ *Ib.*, p. 257.

⁴⁵ *Ser Português*, p. 69.

Esse é também o caso, quando, no norte de Itália, amigos italianos o levaram “a visitar um santuário com capelas alinhadas, a subir um monte verdejante. Frisaram-me a riqueza da sua paisagem... Nesse momento caí na conta do valor do Bom Jesus, monumento semelhante, porém não só mais grandioso mas mais inspirado”, como mais tarde confirmei “num estudo de um director do museu do Louvre: que o Bom Jesus era, no género, o melhor monumento na integração da arquitectura na natureza e, nesse sentido, uma das melhores expressões da arte barroca”⁴⁶.

6. Deixo-vos com o poema “À Serra da Estrela”⁴⁷, homenagem à sua Região, espaço que demandava, no Verão, para descanso e reflexão, também expressivo epítome autobiográfico:

*A Serra da Estrela é alta,
Da altura do olhar:
Vê-se a Serra a subir
Nunca se vê acabar...*

*És alta como um olhar
Funda como um coração,
e a minha vida passou
fez de ti habitação.*

*Ai Serra que me caíste,
Dentro do meu coração.
Não pensei que a Serra alta
tivesse tal dimensão.*

*Ó minha Serra da Estrela
Ó Serra da minha sorte,
dá-me a Estrela para a vida
dá-me a Serra para a morte.*

⁴⁶ *Ib.*, pp. 69-70.

⁴⁷ “A Serra da Estrela” (1963), *Pégadas no Caminho*, Braga, 1976, p. 25.

SONDANDO A ESTÉTICA EM LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

Carlos Bizarro Morais

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
da Universidade Católica Portuguesa

O presente contributo não é mais do que um levantamento inicial, acompanhado de uma reflexão simples e meramente exploratória, de uma hipótese hermenêutica sobre um traço de pensamento – e mais subjetivamente, também de personalidade – do Professor Lúcio Craveiro da Silva, movidos pela admiração e respeito pela sua pessoa, pela sua obra e pelo seu pensamento, pelo seu magistério, em suma, pelo seu exemplo de vida.

Privámos com o Professor Lúcio durante muitos anos, quer por circunstâncias institucionais e académicas, na Faculdade de Filosofia de Braga, da UCP, como inolvidável Diretor, quer numa amizade com laços de eternidade, para a qual muito contribuíram as visitas frequentes ao nosso torrão natal, bem no centro da Cova da Beira, junto à Serra da Estrela que ele glosou em sublimes versos.

E o que nos traz a esta evocação e ao exercício da ousadia anunciada no título prende-se, diretamente, às memórias dessas viagens Braga-Covilhã-Braga, e de como nelas entretecíamos socráticos diálogos, numa memorável familiaridade, em plena espontaneidade, nos quais afluíam, do mundo, tudo o que podia caber em cada uma dessas jornadas. Por isso, este texto possui, também, um carácter testemunhal.

É importante, então, contextualizar que, estando, nessa fase, mergulhados na elaboração da Tese sobre Estética, o Professor Lúcio, já preocupado em saber do estado da investigação, já porque o tema lhe agradava – algo que fomos paulatinamente descobrindo – pegava no assunto e sobre ele dissertava e dialogava, num puro momento de visível satisfação intelectual, ligando a

omnipresente questão da beleza ao sentimento e à razão, ao poder misterioso da arte e sobretudo da poesia, à filosofia portuguesa cheia de poesia e ensaístas, à beleza natural da paisagem que ia sinalizando como elemento da cultura, sem esquecer a beleza da vida, sempre concreta mas sempre insondável...

E nessas lucubrações, sublinhava com frequência, a importância filosófica de tais matérias, exemplificando com a filosofia kantiana, “o Kant da Terceira Crítica”, que ele fazia questão de precisar. Felizmente, o autor com que então mais nos ocupávamos – o fenomenólogo Mikel Dufrenne – permitia-nos uma boa ligação a esse visionário filósofo de Königsberg, que tanto sublinhou a faculdade de julgar o belo, assente – note-se, pois era coisa que na altura nos surpreendia ser do agrado do Professor Lúcio – na primazia do sentimento de prazer puro, enlaçado à dança da imaginação com o entendimento!

Ora, pondo de lado, agora, os trâmites pessoais dos nossos diálogos, importa partilhar que, destes encontros, sempre ficou na nossa mente uma interrogação latente sobre qual a verdadeira importância e lugar que a área da Estética tinha, afinal, no seu pensamento, na sua arquitetura filosófica. Pois nos parecia um tanto surpreendente que, sendo a sua obra e os seus escritos, como sabemos, dedicados prioritariamente a outros domínios da cultura, da ética, da política, da economia, do pensamento português..., que não os da arte e da Estética, tínhamos, contudo, a intuição de que tais matérias talvez não estivessem tão ausentes nem fossem tão secundárias no labor científico do Professor Lúcio, na sua investigação e reflexão mais sistemática: estariam elas presentes, ainda que nos bastidores, nas entrelinhas dos outros grandes temas?

Aqui emerge a pergunta de arranque: afinal, teria Lúcio Craveiro da Silva tomado como objeto de estudo tais problemáticas de que tão vivamente nos falava?

Movidos pelo fio desta curiosidade, viemos de facto a situar, com a inestimável ajuda da excelente bibliografia organizada pelos investigadores Luís Morgado e Henrique Barreto Nunes¹, em diversos trabalhos do Professor Lúcio uma interessante rede temática que concentra matéria de interesse estético-filosófico, sobretudo publicados nos finais da década de 30 e anos 40. Numa primeira olhadela, pareceu-nos que o estudo crítico destes trabalhos

¹ Cf. Morgado, Luís Gonzaga e Nunes, Henrique Barreto (1994).

poderá dar um contributo importante, não apenas para uma releitura do labor filosófico de Lúcio Craveiro da Silva, como também para uma mais completa perceção do debate nacional, quando já se faziam presentes entre nós as doutrinas estéticas modernistas e as correntes artísticas que desasossegavam a tradição e o classicismo, tanto no domínio das artes literárias, musicais, plásticas e visuais.

A essa luz, consideramos que será um trabalho de grande interesse filosófico e cultural, identificar, articular e desenvolver as posições argumentativas então assumidas pelo Prof. Lúcio, bem como a questão do significado e interesse da Estética que, no seu pensamento, decorre da premissa antropológica, da qual a Filosofia deve necessariamente ocupar-se, dada a sua “situação privilegiada nos caminhos do saber e das virtualidades humanas da existência”, inferindo, então, que o ser humano “carece de beleza e a filosofia liga-se às artes e à poética pela Estética”².

Desse conjunto de trabalhos, gostaríamos de respigar um breve apontamento que nos ambienta à atmosfera de frontalidade intelectual de Lúcio Craveiro da Silva, onde o juízo valorativo jamais abdica, mas que é também um juízo de grande abertura à novidade e ao que dela pode advir de positivo.

Este respigo diz respeito, em especial, ao argumento que o Professor Lúcio defende no texto “Nótulas de estética camoniana. Os *Lusíadas* como epopeia”³.

Está aí em causa a discussão do fundamento da beleza da nossa obra maior, os *Lusíadas*. O Prof. Lúcio identifica as opiniões erróneas e confusas que têm alimentado o debate, apontando a falha: precisamente a ausência “de um esboço digno de valia, de uma interpretação estética dos *Lusíadas*” (Silva, 1941, 117). Para tal, o primeiro passo consistirá em entender bem o conceito de epopeia, tarefa que nem Fidelino de Figueiredo nem Alfredo Pimenta, os dois críticos desta matéria que Lúcio Craveiro da Silva destaca, resolveram devidamente por não terem esclarecido previamente o lugar e o sentido do mito e do maravilhoso que convêm à epopeia. Por isso, o Prof. Lúcio propõe um outro conceito diferente de epopeia: um poema narrativo que tem como

² “Faculdade de Filosofia, hoje” (1993) - Conferência proferida nos 25 anos da Universidade Católica na Faculdade de Filosofia de Braga, in: SILVA, Lúcio Craveiro da, *Ensaios de filosofia e cultura portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 272.

³ Texto de 1941, in *Ensaios de filosofia e cultura portuguesa*, 117-130.

elementos essenciais o *heroísmo* e o *maravilhoso*, este num sentido alargado, “que abranja todas as atividades engrandecedoras e transformadoras da *imaginação* (mitologia, alegorias, maravilhoso cristão, magia, etc)” (Silva, 1941, p. 120). Acrescenta a estas condições a necessidade de uma forma capaz de albergar, também ela, uma expressão alargada.

Temos já aqui matéria para se filosofar, do ponto de vista estético e literário, sobre o que determina a beleza de uma obra de arte, como é o poema épico dos *Lusíadas*. Porém, o estudo do Prof. Lúcio coloca-nos perante a necessidade de um outro plano de realidade da beleza, bem acima da fenomenalidade. A essa luz superior, as obras, os poemas, as epopeias, para adquirirem o seu autêntico valor estético, devem “conformar-se com a lei suprema da beleza que prescreve a *unidade* e a *variedade* num todo dinâmico” (Silva, 1941, p. 120). Sublinhamos: unidade e variedade, e o que nos surpreende não é o quesito da unidade, mas o da variedade, que o Prof. Lúcio transpõe para dentro da própria unidade e não apenas como correlato desta. E assim, a unidade de ação, do herói, de interesses, etc., que emergem nos *Lusíadas*, surgem precisamente como unidades refundidas, como ele diz, matizando numa fórmula inteligente: “um pouco fora dos preceitos tradicionais” (Silva, 1941, p. 121). Uma avaliação arrojada que, no essencial, põe em destaque as limitações de uma certa estética do classicismo, a que Lúcio Craveiro já anteriormente se referira:

De facto, as normas clássicas impediam os livres jorros da imaginação e da paixão, porque os queriam sempre temperados pela norma do homem superior que se domina, e tendiam por isso a tentar a exploração das virtualidades da poesia no puro intelectual, no arguto encontro de ideias, na região das subtilidades (Silva, 1939, p. 249).

O que Lúcio Craveiro da Silva valoriza é precisamente o facto de Camões expressar essa unidade aurida noutras fontes que não a que resulta dos habituais “formalismos frios de imitação servil das epopeias antigas” (Silva, 1941, p. 121)! Este olhar diferente sobre a propriedade da unidade de uma obra de arte é, quanto a nós, um apontamento de grande interesse teórico para os capítulos de uma estética da criação e uma estética do juízo, para além das consequências que ela comporta para a valorização crítica dos

Lusiadas, em particular, pois está muito além daquilo que os referidos críticos atingiram.

Também é filosoficamente muito produtiva a análise que Lúcio Craveiro da Silva faz do maravilhoso, do imaginário, a pretexto da crítica negativa que alguns tinham lançado à mesma Obra. Então, vemos o Prof. Lúcio empenhado em mostrar que, esteticamente, é fundamental interpretar simbolicamente a mitologia – algo que para nós é hoje um dado adquirido, mas nos anos 40 se considerava incoerente e carnavalesco pôr em diálogo os deuses da mitologia pagã e Deus-Criador, Cristão. Ora, o Prof. Lúcio valoriza que Camões tenha, precisamente, ousado essa adaptação: “usou a mitologia, cristianizando-a” (Silva, 1941, p. 127), afirma ele. E onde estriba ele essa decisão? Precisamente, na autonomia do sentimento, como sublinha o Prof. Lúcio:

quando o sentimento artístico e cristão de Camões entendeu que devia deixar a alegoria e tomar a realidade, ou quando não se queria referir às forças da natureza, mas Àquele que as governa, já não lhe repugna, por isso, que preces feitas a Deus sejam despachadas pelos deuses, pois representam ou os anjos ou as causas segundas (as forças da natureza) (Silva, 1941, p. 128).

O que nos surpreende, e mais nos impele nesta abordagem, é a atmosfera kantiana, em que Lúcio Craveiro da Silva parece colocar a adaptação da regra da unidade donde provém a beleza. Sublinhamos esta *adaptação*, bem como a margem de liberdade conferida à imaginação que abre a mitologia pagã a uma articulação autêntica com a fé cristã. E voltamos a sublinhar, agora, esta *autenticidade* da imaginação. Ora, se Kant havia estabelecido o jogo livre das faculdades do entendimento e da imaginação como marca distintiva do juízo estético sobre a beleza “pura”, também em Lúcio Craveiro encontramos similar preocupação por colocar a imaginação criadora bem no miolo da estrutura da atividade humana, contribuindo decisivamente para a qualificação de uma obra que pretende alcançar o estatuto de obra de arte. Veja-se, a propósito, o seguinte extrato do seu artigo “O classicismo e a ‘escola nova’ poética”:

Para a literatura ser arte inteiramente humana, deve poder abranger todas essas virtualidades de acção: a inteligência com a lógica e o pensamento; a imaginação colorindo, dando corpo de beleza, humanando ideias; a vontade como força que encaminha a acção e escolhe os meios da arte literária; e finalmente o coração, exprimindo as vibrações ondeantes das paixões (Silva, 1939, p. 241).

Parece-nos que Lúcio Craveiro tende, assim, a reposicionar o papel da imaginação, a valorizar o seu estatuto mediador, ou até mesmo a estabelecer uma relação mais *isonómica* entre as faculdades, posicionando-as numa justa e equilibrada articulação gravitacional em ordem à obra de arte, à sua coroação como obra bela, ou seja, no âmbito da atividade estética. E se a natureza da atividade humana, da vida, da realidade e da experiência dita um alinhamento hierárquico entre as faculdades, ainda no campo da arte, ela não porá em causa a livre harmonia da relação imaginação-entendimento, hierarquia sem despotismo nem servilismo de uma em relação à outra, tal como se depreende do extrato:

A inteligência ganhará em utilizar-se da imaginação, recebendo corpo, relevo para ideias que doutro modo não poderiam passear no mundo dos corpos; a imaginação assume a nobilitante incumbência de ser a transmissora das ideias, dando-lhes arte e beleza (Silva, 1939, p. 241).

Vale a pena ter presente que Lúcio Craveiro denuncia a estética da “escola nova” dos finais dos anos 30, por comportar a apologia da revolta contra este equilíbrio, materializada numa arte ao serviço “do Irracional e do Inconsciente”, no modernismo e no surrealismo, doutrinas que se servem exclusivamente do poder de uma imaginação totalmente solta, só ela capaz de descer ao fundo da personalidade mais interior, aprisionada “no centro do subconsciente” (Silva, 1939, p. 242) e consequentemente capaz de libertar o homem e de o devolver à sua condição originária, à sua “primitiva força e exuberância” (Silva, 1939, p. 242). Uma doutrina da arte que é pura ilusão, já que desperdiça, no fundo, todo o potencial da própria imaginação, num claro “desdém pela inteligência” (Silva, 1939, p. 243) e portanto, condenada

ao fracasso, o que não quer dizer que o seu assunto primordial, o subconsciente poético, não deva ser investigado.

Ora, a conjugação destes elementos, ainda que rapidamente por nós alinhados, leva-nos à questão heurística: até que ponto Lúcio Craveiro não está aqui a exercitar-se com os instrumentos teóricos da *Crítica da Faculdade de Julgar*, ou seja, do “seu” *Kant da Terceira Crítica*? Notemos a confluência que conduz à conclusão fundamental da validade universal de uma obra de arte: se Kant tematiza as condições pelas quais o juízo singular da beleza se legitima na sua validade universal, Lúcio Craveiro da Silva enraíza os *Lusíadas* na genialidade irreduzível da alma e do coração de Camões, para projetar a obra, muito além do estatuto de poema nacional, como Obra Universal, enquanto representa o máximo – como diz o nosso autor – da civilização europeia na época dos descobrimentos.

Em suma, arriscamos dizer que liberdade criativa e amplitude de reflexão crítica são dois traços que parecem aqui evidenciar a cumplicidade entre os dois autores: I. Kant e Lúcio Craveiro da Silva. Será apenas coincidência ou um sinal de uma afinidade profunda, que merece ser desenvolvida?

Aqui fica uma questão em aberto que, quanto a nós, reforça o extraordinário fôlego filosófico de Lúcio Craveiro da Silva, nome maior da Escola Bracarense.

Bibliografia

- Morgado, Luís Gonzaga e Nunes, Henrique Barreto (1994), *Bibliografia de Lúcio Craveiro da Silva*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Silva, Lúcio Craveiro da (1939), “O classicismo e a ‘escola nova’ poética” in: *Ensaio de filosofia e cultura portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 239-249.
- (1941), “Nótulas de estética camonianiana. Os *Lusíadas* como epopeia” in: *Ensaio de filosofia e cultura portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 117-130.
- (1993), “Faculdade de Filosofia, hoje” in: *Ensaio de filosofia e cultura portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 267-277.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA E A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO

Fernando Machado
Universidade do Minho

1 – Encontros casuais

Tive o primeiro contacto com Lúcio Craveiro da Silva há mais de 40 anos, mediado por uma obra sua que comprei numa feira do livro. Fui motivado nessa compra pela curiosidade do que me pareceu ser uma improbabilidade ou uma incursão contra os ventos da época que sopravam com a força de abril de 1974. Estava em causa o título – *O movimento operário* (1957) – e a especificação contida à frente do nome do autor: S. J. [Societas Jesu]. A interrogação que me ocorreu foi imediata: o que poderá um jesuíta dizer acerca de um tema destes? A leitura do livro surpreendeu-me muito. Sobre ela direi apenas que fiquei tremendamente surpreendido por duas razões: primeira, por deparar com um jesuíta vivamente preocupado com a (in) felicidade existencial do homem na terra sem a equacionar à luz da salvação das almas; segunda, por ter constatado uma vasta informação sobre o tema, usada de forma tão objetiva, despreconceituada e corajosa quanto incomum, quer por vias do tempo adverso à liberdade de expressão, quer tendo em conta a circunstância da pertença institucional do autor.

O segundo encontro foi muito mais tardio. Deu-se já na Universidade do Minho, presencial, fecundo e propiciador de deleite intelectual e de uma inopinada, progressiva e prazível amizade.

2 – Perfil humanista da sua vida e obra

É consensual a representação do perfil de Lúcio Craveiro, mormente de quem com ele teve o privilégio de conviver e de quem teve contacto com a sua produção escrita e a sua ação, como um homem muito informado, culto e estando no grupo dos poucos que atingiram o patamar da sabedoria. Teólogo assertivo, crítico e moderno, assumiu e desenvolveu um pensamento filosófico consistente e profundamente humanista. Ora, na primeira ocasião que em boa hora tive de me debruçar particularmente sobre a sua dimensão humanista aquando da homenagem que se lhe prestou na comemoração do centenário do seu nascimento – “Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na terra – um olhar sobre o social” –, tive oportunidade de verificar uma disparidade flagrante entre a menoridade das representações existentes sobre a importância e o interesse atribuídos a esta dimensão do nosso jesuíta e a amplitude significativa que o próprio lhe concedeu através da sua vida e obra. De facto, no levantamento feito aos escritos que produziu e que focavam no título esta dimensão (ver título atrás publicado – “Lúcio Craveiro da Silva: ‘idade do social’ e humanização do trabalho”) – encontrei quinze, distribuídos por um período de tempo que vai de 1948, tinha 34 anos, a 1994, com 80, sendo os mais significativos, *O movimento operário* (1957), *A idade do social* (1959) e *Marxismo, filosofia da libertação* (1975). Paralelamente, o seu percurso académico teve nesta preocupação com as problemáticas do homem na terra, centradas na busca da sua liberdade, felicidade e direitos e na dignificação do trabalho, um foco primordial. Além da licenciatura em Filosofia, obteve uma outra em Ciências Económicas e uma terceira em Ciências Políticas e Sociais, escolhendo depois um tema investigacional para o seu doutoramento em conformidade com os mesmos interesses e que consubstanciou no título, que transformaria em tese, *Idade do social – Ensaio ético-social sobre a sociedade contemporânea* (1951). Finalmente, no domínio da ação, recordo que a obra antes referida, *O movimento operário*, foi o resultado de uma série de conferências que militantemente realizou, que tiveram como tema central, como refere no “Prólogo” do livro, a “promoção da classe operária” e cuja motivação ele exprime na sequência do mesmo “Prólogo”: “Ora um dos temas essenciais que pensava tratar mais detidamente, era este do movimento operário. Se as minhas múltiplas ocupações me não permitiram

nem tempo nem sossego para executar pormenorizadamente este plano, contudo não extinguiram a chama que em mim ateou a preocupação da crise social e o desejo de contribuir, por pouco que fosse, para a solução dos seus problemas.

Como facilmente se vê, não estamos perante matéria pontual dos seus interesses e preocupações, mas de um núcleo estruturante do seu pensamento e vida, pelo que tal alheamento a que tem sido votado é bastante incompreensível.

3 – Do trabalho como vetor primordial da essencialidade humana e da dignidade existencial

O pressuposto fundamental do pensamento do nosso filósofo nesta matéria que versou como temas essenciais o movimento operário, a crise social e as vias conducentes à solução desta é antropológico: “*No princípio era o homem*”, diz. Nesta base, o *homem* será o centro gravitacional da sua narrativa de análise do que considerou ser uma “curva dolorosa da história” e uma das lutas mais espantosas e profundas da modernidade e da contemporaneidade assente numa exploração desenfreada do homem pelo homem. Paralelamente, da força da essencialidade humana fará sair as alternativas de solução. Ora, o núcleo primordial em torno do qual fará incidir as paixões dessas lutas e a consequente crise social e o campo donde fará emergir tais soluções será o *trabalho*, o direito mais importante depois do direito à vida e à integridade pessoal. Escreve: “O problema do trabalho deslocou-se hoje para o centro da vida social”, asseverando da mesma forma que mantê-lo na penumbra tornar-se-ia uma atitude “tão absurda que só seria possível se os homens se demitissem do seu ofício de homens”. A força desta convicção tem profundas e temporãs raízes existenciais confessadas: “*Nasci numa região industrial, passei a minha juventude naquele meio agitado de propagandas subversivas, de greves, de motins. E porque reconheço que depois de tantos anos a nossa atuação tem sido relativamente superficial, nessas regiões de indústria concentrada, procurei encarar o assunto de frente e desvendar com lealdade algumas causas deste facto estranho e lamentável.*

E assim fez, lançando-se no estudo e hermenêutica de toda a problemática do trabalho: evolução, concepções, práticas e vicissitudes, detendo-se demoradamente nas causas, circunstâncias e condições da crise que o envolveu e aos seus protagonistas, operários e patrões, mergulhando em seguida na realidade da pungente desumanização dos primeiros contrastante com a acintosa e perversa exploração e riqueza dos segundos. E como é ditame da própria natureza, reflete ele, o homem rebelar-se contra as injustiças e os jugos que ditam a sua desumanização, a luta de classes ficou com campo aberto com polos bem definidos: de um lado, a ambição desenfreada e sem limites; do outro, a força da natureza pela preservação da vida e bem-estar acalentada pelo furor da injustiça.

4 – A Humanização do trabalho: Do individualismo liberal à idade do social

Sabe-se como a revolução francesa encheu de esperança as classes mais pobres, perseguidas e exploradas ao eliminar os grandes privilégios do clero e da nobreza e ao proclamar a liberdade, a igualdade e a fraternidade como marcas de futuro e tendo como protagonista o Terceiro Estado vencedor. Lúcio releva o facto, mas situará também aí o início do descalabro que abriu portas à profunda crise da contemporaneidade assente na dicotomia nascida no seio do Terceiro Estado entre o grupo minoritário dos que já tinham muito e mais ficaram a ter – a burguesia – e o grande grupo da “canalha” que nada tinha e se viu vergada através do logro da aplicação da liberdade às leis económicas e de trabalho, tornando este progressivamente em campo de aplicação da escravatura moderna à sombra de um desumano, desnaturante, e sombrio *individualismo liberal* que impunha com o poder da lei que engendrava e o favor do poder político reinante, o princípio do máximo serviço pelo mínimo preço. São conhecidas as consequências. Também Lúcio as conheceu amplamente através da observação da circunstância e da leitura de vários relatórios que as denunciaram, nomeadamente o de Engels, *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra* (1845), e as verberou com um discurso de indignação, violento e incriminatório. Por isso entendeu, corajosa e solidariamente, a ação dos proletários miseráveis, dos que nada tinham a

perder e algo a ganhar, lendo como naturais os seus desassossegos ativos, as suas lutas, as suas revoltas e a sua cólera, expressos em greves, sabotagens, incêndios, pilhagens, motins contra as empresas, contra os patrões e contra a situação em geral, nomeadamente a falta de proteção a que eram votados pelo poder. Do seio deste panorama que o remetia para o observado e vivido na juventude no seu Tortosendo e Covilhã, fará nascer a alternativa da *idade do social* como epílogo dessa luta que tinha história, que continuava no seu tempo e invadira o seu espaço existencial. É na hermenêutica histórica e atual desta luta que deparamos com um Lúcio Craveiro mais despreconceituado, mais canonicamente desviado e, de certa forma, subversivo, ao considerar o marxismo na sua feição científica como uma filosofia de importância incontornável no processo libertador do operariado contra o explorador movimento do liberalismo individual, considerando até que a teoria marxista do trabalho e do homem “ocupava um lugar tão central que com razão se pôde qualificar de *humanismo no trabalho*”. A par, zurzia o esquecimento da Igreja, durante séculos, dos deserdados, humildes e explorados neste mundo, falsa e desumanamente estribada no *bem-aventurados os pobres*, e lastimava o acordar tardio desta acontecido apenas com a esperançosa *Rerum novarum* (1891) de Leão XIII, 43 anos depois do *Manifesto Comunista* (1848). Será, contudo, nesta doutrina social da Igreja que fará radicar o sentido e o cerne da sua *idade do social* como alternativa ao desumano, feroz e anticristão individualismo liberal e que substituíra com vantagens o social marxista à luz de uma filosofia cristã mais consentânea com as exigências da natureza humana pelo respeito da integridade e da dignidade da pessoa.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA E O SEU *CURSO DE FILOSOFIA MORAL*

João J. Vila-Chá SJ
Universidade Gregoriana, Roma

Saúdo todos os presentes, o senhor Reitor, os colegas, todas as pessoas interessadas nesta Homenagem ao caríssimo Pe. Lúcio Craveiro da Silva, um Mestre e um Amigo.

O tempo disponível é breve e, portanto, tenho de agir em consonância com o facto.

Para esta breve apresentação, nesta mesa redonda, organizada pela Biblioteca que, na cidade de Braga, está, felizmente, dedicada à memória do Pe. Lúcio Craveiro da Silva, da Companhia de Jesus, vou limitar-me aos pontos sumários que o mesmo apresenta no final do Volume, em boa hora promovido, traduzido e corrigido por Professores da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica em Braga (António Martins Melo) e da Universidade do Minho (Virgínia Soares Pereira, Acílio Estanqueiro Rocha, José Marques Fernandes) e, sob coordenação dos Professores Manuel Gama e António Melo, que teve edição em parceria pela Axioma (Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica) e pelo Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho¹. A todos e a cada um dos intervenientes no processo associado com esta publicação, o meu reconhecimento e o meu muito obrigado.

¹ Lúcio Craveiro da Silva, *Curso de Filosofia Moral*, Transcrição do Latim e Tradução de António Melo. Organização de Manuel Gama. Apresentação de José Rui da Costa Pinto. Revisão de Virgínia Soares Pereira, Acílio Estanqueiro Rocha e José Marques Fernandes. Nótula de Joana Moreira Guedes Barbosa (Braga: Axioma, 2015). – Agradeço ao Professor José Marques pela gentileza, e enorme generosidade, ao tomar a iniciativa de transcrever as considerações que me foi dado fazer no contexto da Mesa-Redonda que em novembro de 2022 teve lugar em Braga, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. O presente texto foi revisto e, como tal, é da minha responsabilidade. Bem-haja!

E digo “muito obrigado” porque, para mim, este texto era completamente desconhecido, e foi devido ao Prof. Manuel Gama que tomei conhecimento e contacto com ele. Quando, há apenas uns dias, viajava de Manila para Roma, dei-me efetivamente conta de quanto este texto, germinal, inicial, do Pe. Lúcio Craveiro, é, de facto, de enorme importância, pois do autor revela muitas coisas, entre as quais, naturalmente, a sua inteligência e capacidade de compreensão, bem como a germinal riqueza do seu horizonte intelectual.

Uma hermenêutica aprofundada do *Curso* obrigar-me-ia a entrar no contexto formativo de Lúcio Craveiro da Silva, e assim também, obviamente, em muitos dos detalhes, que são mais ou menos conhecidos, ainda que provavelmente não tanto do público em geral, relacionados com o movimento da Filosofia Neoescolástica, ou seja, todo aquele importante movimento de ideias que na Igreja, nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, fez parte da tentativa de reagir a uma crise cultural e intelectual muito profunda causada pelas enormes transformações sociais e políticas, mas também filosóficas e culturais, digamos, dos últimos 150 anos na Europa. Recordo que, na Filosofia Contemporânea, se fez sentir, sobretudo na Alemanha, o grito resolutivo de *Zurück zu Kant!* (*voltemos a Kant!*), algo que na Igreja Católica do tempo, entre entusiastas e detratores, acabou por conduzir, sobretudo graças à liderança de um Papa como Leão XIII, ao salutar, e por certo muito necessário, reclamo de um autêntico *voltemos a São Tomás!* – Como bem se pode imaginar, a relação da Igreja Católica com Kant, com o movimento kantiano, sempre foi complexa, coisa que não dá para explicar aqui. Certo era apenas que algo de muito sério se movia e desse movimento também o nosso Padre Lúcio Craveiro, bem como os seus colegas fundadores da Faculdade de Filosofia, haveriam de fazer parte e de forma criativa e relevante contribuir para a consolidação do mesmo.

Sou de parecer que a obra de Lúcio Craveiro da Silva, como dos outros “pais fundadores” da Faculdade de Filosofia em Braga, ou, para não ir mais longe, da Universidade onde atualmente me encontro, a Universidade Gregoriana, ou ainda da Universidade Católica de Milão, ficou fortemente ligada ao movimento de ideias associado com a *Aeterni Patris* (1879), do Papa Leão XIII, um documento em que se sublinha a importância do ensino da Filosofia, uma encíclica que para nós, que somos profissionais das

Humanidades e da Filosofia em particular, será apenas superada em importância pela *Fides et Ratio*, do Papa S. João Paulo II. Trata-se, na verdade, de tomadas de posição pelo magistério da Igreja Católica no sentido de valorizar a importância e reconhecer a necessidade de uma formação filosófica de fundo, que permita às novas gerações enfrentar os desafios do presente e, não menos, os do futuro.

E uma das coisas que realmente me faz pensar, nesta ocasião, é justamente a importância de olhar para o contexto intelectual, o grande movimento de ideias em que o mesmo, com sua inteligência, integridade e criatividade se inseriu, tanto mais que do Pe. Lúcio Craveiro da Silva – malgrado ser a nossa diferença de idade muito considerável – recordo não só a figura do “pai” e do “padre”, do mestre, mas também do amigo, de alguém que sempre faz o possível por perceber a situação de uma nova geração, de uma época diferente, pois nova, que se mete na pele do outro e que tenta pensar com o outro soluções para problemas reais entre os quais, por certo, alguns desconcertantes. Outros já aqui falaram do modo brilhante, extraordinário, elucidativo, inspirador, como o ainda jovem Lúcio Craveiro da Silva lida com as grandes questões sociais do seu tempo, mas também do nosso, entre as quais, sobretudo, as relacionadas com o trabalho e a justiça. No que me toca, penso que tudo o que ele fez, como pensador, como professor, inclusive no tratado que me atribuíram como ponto focal desta reflexão, e que, como acima referido, foi postumamente publicado em 2015, um texto que teve a sua origem na base textual de estudo oferecida aos estudantes por parte de um jovem professor ainda no início de carreira, um texto que remonta aos anos cinquenta do século passado e, em meu entender, revela uma impressionante maturidade intelectual, por certo associada a uma extraordinária capacidade de integração, aquela mesma que lhe foi dado adquirir ao longo da sua formação na Companhia de Jesus, tanto em Espiritualidade e Humanidades clássicas como em Filosofia e Teologia e, depois, Ciências Sociais, percursos que ele sempre fez não só com grande brilhantismo pessoal, mas também integrando o que de melhor ele podia encontrar nos mais variados movimentos de ideias do seu tempo, mas particularmente na já mencionada Neoescolástica.

No texto do *Curso*, impressiona sem dúvida o modo reverente como ele se coloca no encaixe de São Tomás de Aquino, para já não falar de Francisco

Suárez e outros mestres da tradição intelectual da Companhia de Jesus, deixando-nos um claro exemplo do que significa aprender a ser discípulo e, com isso, acabar sendo um verdadeiro mestre. Noto com particular enlevo que no texto se revela aquilo que considero ser a marca “Craveiro da Silva”! E recordo aqui aos presentes e a todas as pessoas interessadas que na Companhia de Jesus, “Craveiro da Silva” não houve só um, houve dois, o Pe. Lúcio e o Pe. José, dois campeões, dois homens absolutamente brilhantes, absolutamente fora de série, irrepetíveis; dois irmãos de sangue, dois irmãos de vida religiosa e que, contudo, eram como o Polo Norte e o Polo Sul. Eram dois tensores que, se estivessem connosco, – e quem dera eles estivessem connosco no seu espírito vivo – eram realmente capazes de mover um corpo institucional a uma velocidade que permitia, com segurança e perspicácia, acompanhar as transformações da cultura e da sociedade do tempo presente, cada um deles a seu modo, como a cada um/a de nós no *hic et nunc* da história. Isso, para mim, é o grande feito, é o grande resultado, é o grande trabalho, é o grande testemunho que Lúcio Craveiro da Silva nos deixou: a sua capacidade de interpretar o presente e de lhe responder a partir de uma tradição que ele conhecia muito seriamente, com profundidade, mas expressando-a numa linguagem que ainda hoje fala ao coração do intérprete em busca do sentido das coisas e da vida moral em particular, e foi essa, sem dúvida, a minha experiência como leitor do *Curso* de 1954 – como já disse, o meu agradecimento pela publicação é verdadeiro e sincero. No texto do *Curso* podemos ver como, mediante um exercício estritamente académico, seguindo todas as normas e todas as regras da argumentação escolástica, Craveiro da Silva apresenta aquilo que eu entendo ser uma verdadeira *arquitetónica do Bem*, ou seja, do ponto de vista intelectual, o desenho arquitetónico, estrutural, do que significa ser seguidor, praticante ou testemunha do Bem, seja isso como indivíduo, como pessoa, como cidadão, numa sociedade concreta, num mundo concreto, perante desafios e tensões, que são reais e que, a meu ver, segundo Lúcio Craveiro da Silva, não se podem resolver senão dando a primazia ao *humano*, reconhecendo a autonomia e a autenticidade da realidade que somos, mas reconhecendo na humanidade a tensão que sempre nos impele para o encontro com o que, no texto a que nos referimos, ele designa por *perfeição*, por *fim último*, ou seja, aquela realidade que no ser humano se descreve em termos como os de *beatitude* ou *felicidade* e que para ele,

homem de Fé, inequivocamente apontavam para a mais profunda semântica da palavra *Deus*.

No seu *summarium totius cursus*, páginas que obviamente só se entendem bem tendo lido as bem mais de duzentas que lhe estão por trás, Lúcio Craveiro da Silva sublinha de forma ordenada, concisa e altamente pertinente não só os objetivos a que se tinha proposto, mas também os resultados alcançados. Assim, ele começa por sublinhar como o ser humano se caracteriza por uma *procura fundamental* que o obriga a submeter-se às exigências da sua própria natureza, ou seja, a orientar-se em função do seu específico *fim natural*. Tal perfeição é a *norma* de toda a sua atividade. Tal *norma* escolhe o caminho para o fim último, é concebida como imanência (na medida em que é fundada nas exigências da natureza) e como *transcendência* (na medida em que está contida nas exigências do fim último), dirige a atividade e, se é dotada de necessidade moral, torna-se *lei*. Tal *lei* é imanente (da parte do homem) e transcendente (da parte do fim último). Como tal, a *moralidade* consiste na aceitação das exigências de tal fim último, pois nesse fim último está o bem supremo e último, que deve ser progressivamente adquirido mediante outros bens intermédios e deve ser realizado até que o espírito descanse completamente na posse do bem total.

Na visão de Lúcio Craveiro da Silva, portanto, o ser humano caracteriza-se por uma *procura fundamental*, a da *perfeição*, procura essa que só se realiza na medida em que o mesmo ser humano se submete às exigências da sua natureza ou do seu específico *fim natural*. Por consequência, devemos reconhecer que tal *perfeição* constitui a *norma* de toda a atividade humana, uma *norma* que para o jovem professor da Companhia de Jesus e, depois, já maduro, primeiro Reitor-Eleito de uma Universidade do Estado em Portugal, a do Minho, é concebida em simultâneo como imanência (na medida em que é fundada nas exigências da natureza) e como *transcendência* (na medida em que está contida nas exigências do fim último). Em seu entender, “fazendo uma opção em ordem ao fim último, isto é, admitindo o fim último enquanto tal, o homem dá início a uma perfeita vida moral”, razão pela qual ele se interroga sobre a validade em última instância dos *existencialismos* morais. Com efeito, é alcançando o *fim último* que o ser humano adquire a *beatitude*, um estado de ser que, em última instância, deriva não dos bens criados, mas apenas de Deus, ou seja, de uma Vida que, por definição, vai para lá da vida presente.

Particular relevo tem no *Curso* a ideia de que para uma correta ordenação dos seus atos, o ser humano precisa de ser orientado pela *lei*, ou seja, pela norma remota objetiva e prática do agir humano. Nesse sentido, Craveiro da Silva considera que a *lei* se funda nas exigências da natureza e, por isso, quando é categórica, deve ser necessariamente seguida como norma da atividade; de facto, a lei moral, simplesmente, não pode ser ignorada pelo ser humano dotado do uso da razão no que diz respeito aos seus preceitos mais universais. Mais ainda, a lei moral aparece no pensamento de Lúcio Craveiro como “imutável relativamente a todos os seus preceitos”, “manifesta na sanção imanente, imperfeita nesta vida, mas perfeita na outra”; “fundamento da lei positiva, que recebe dela a força constringente e que, para que obrigue, deve ser honesta, justa e possível”².

Particular relevo dá ainda o autor do *Curso* ao facto de que para a reta ordenação dos seus atos, o ser humano deve conhecer a lei como regra de ação a ser aplicada no concreto, coisa que acontece mediante o dado mais fundamental da condição moral, a saber, o da *consciência*, uma afirmação que no âmbito eclesial haveria de se transformar num postulado epocal a partir das deliberações do Concílio Vaticano II. Segundo o jovem Craveiro da Silva, a *consciência* constitui “a norma próxima subjectiva e prática da actividade”, ou seja, ela corresponde ao “juízo do intelecto prático mediante o qual aplicamos os primeiros princípios morais ou a ciência moral a um caso singular, em conclusões que por natureza são sempre particulares”. Mais ainda, enquanto verdadeira, a *consciência* constitui norma de ação a ser “necessariamente seguida por si mesma” pois ela se constitui como “lei conhecida e aplicada”. Por outro lado, no caso de se descobrir invencivelmente errônea, a consciência torna-se norma de ação apenas “por acidente”, pois, neste caso, ela deve ser aceite como “a própria lei à qual o homem é obrigado”. Em suma, a “norma de agir só é legítima quando é certa”, sendo que tal exigência não é mais do que aquela que nos é dado descrever quando pensamos em termos de uma simples *certeza moral*.

Fica, pois, sublinhado como no entender do jovem professor Lúcio Craveiro da Silva a *moralidade*, que ele explicava a partir do contexto que lhe era fornecido pelo movimento neotomista da primeira metade do sécu-

² Cf. *Ibidem*, p. 283.

lo XX, consistia sobretudo na aceitação deliberada e consciente das exigências do *fim último* do “homem”, sendo que a tal *fim último* corresponde o bem supremo que todos buscamos por natureza, ou seja, aquele Bem que por definição só podemos adquirir de modo progressivo e mediante recurso a bens intermédios.

Enfim, na minha tentativa de imaginar o quadro intelectual mais vasto em que se inseria o Pe. Lúcio Craveiro no momento em que elaborou o seu *Curso* de 1954, recorro em particular um texto de Jacques Maritain na sua obra *Humanismo Integral*³. A recordação, porém, reaviva em mim a gratidão que sinto por esta homenagem, pois é raro, nos tempos que correm, encontrar gente dedicada à preservação da Memória de outrem, de alguém que já não está connosco, mas apenas nos espera no Reino em que sabemos ter acreditado. Normalmente, nós cuidamos daquilo que nos interessa, que nos dá pontos, que nos valoriza, no tempo presente. Sinceramente, admiro e agradeço esta Homenagem a um grande jesuíta, a um grande homem de Igreja, a um notável cidadão, a um intelectual de formato e de corpo inteiro, que foi capaz, por um lado, de testemunhar a verdade e a força do Evangelho de Jesus Cristo e, por outro, de dialogar, de igual para igual, de homem para homem, cara a cara, com todos e com todas, aqueles e aquelas que encontrava no seu caminho mas, como bem sabemos, de um modo muito especial naquele que foi o seu ambiente mais conatural e preferido, o da Universidade.

Enfim, peço desculpa pelo carácter digressivo destas considerações, mas é tempo, agora que já ultrapassei os minutos que me tinham sido concedidos, de partilhar o texto que tinha em mente referir, o de Jacques Maritain, um texto que no presente contexto serve sobretudo para caracterizar a visão do mundo, a *Weltanschauung*, do nosso caro Pe. Lúcio Craveiro da Silva, especialmente tal como a reconheço presente no seu *Curso* de 1954 e que, parafraseando, diz o seguinte: *Nós não temos necessidade de verdades que nos sirvam, mas sim de uma verdade que sirvamos. A Metafísica não é um meio, mas um fim, um fruto, um bem, um saber de homens livres. O saber mais livre e naturalmente mais real. Trata-se, portanto, de responder ao problema do nosso tempo, que consiste em restaurar o primado da sabedoria, a sobre-eminente*

³ Jacques Maritain, *Humanisme Intégral : Problèmes Temporels et Spirituels d'une Nouvelle Chrétienté*, [nouvelle éd], Foi Vivante (Paris: Aubier – Éditions Montaigne, 1968).

dignidade de um conhecimento puramente ordenado à posse da verdade e um reconciliar as ciências, agora conscientes do seu valor e do seu poder, com a sapiência, o saber natural com a sabedoria, o saber de ordem superior.

Eu creio que foi isto que o autor do *Curso*, o escritor e, obviamente, o pensador, o homem religioso, mas também o administrador, o Reitor, o Provincial, e o amigo, homem de profunda cultura, sempre interessante e nunca “a mais”, pessoa que dava sumo gosto de poder encontrar, onde quer que estivesse. Pelo menos, sempre foi assim que entendi o enorme leque de relações em que se envolvia o nosso Padre Lúcio nos últimos anos da sua vida terrena. Em Braga, as pessoas iam buscá-lo, procurá-lo, e com gosto o faziam, pois eram verdadeiramente amigas. Acredito, portanto, que o Padre Lúcio Craveiro da Silva realizou as suas ações, a sua vida, e, portanto, não só o seu pensamento, a partir de uma Sabedoria que sempre foi, como continuará a ir, muito para além das evidências do tempo presente. Na verdade, penso mesmo que na figura de Lúcio Craveiro da Silva temos um exemplo do que, julgo, Pierre Hadot entendia por Filosofia como *modo de vida*⁴.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, esta oportunidade de estar presente numa Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva; agradeço a todos aqueles e aquelas que promovem ou fazem questão de conhecer na primeira pessoa a sua obra. A todos, na “Roma Portuguesa”, como em Portugal ou no mundo inteiro, neste tempo em que sobre o mundo ainda pairam as nuvens da violência inter-humana, nuvens gravemente adensadas com a agressão em curso contra a Ucrânia, desejo que o tempo que se aproxima seja de uma Paz alicerçada nas prerrogativas da Verdade e da Justiça, mas também, ou sobretudo, na procura do Bem que o Padre Lúcio Craveiro da Silva, no seu *Curso* de 1954 foi capaz de pensar nos termos de uma autêntica “arquitetónica do Bem”, ou seja, de uma Filosofia da vida moral que ainda hoje merece, ou precisa, para ser vivida, de ser estudada e conhecida. – Muito obrigado!

⁴ Cf. Pierre Hadot, *Philosophy as a Way of Life: Spiritual Exercises from Socrates to Foucault* (Oxford; New York: Blackwell, 1995).

A MUNDIVIDÊNCIA ANTROPOLÓGICA DE LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

José Marques Fernandes

Embora o Prof. Lúcio não tenha condensado num ensaio específico a sua visão do ser humano no mundo e se compreenda, por isso, que a sua antropologia não tenha figurado no quadro do que o Prof. Acílio Rocha designa como “arquitemas” do pensamento e da obra escrita de Lúcio Craveiro da Silva, o que não é menos certo é que a questão antropológica, a questão da condição e do sentido do ser humano no mundo, era para ele a questão crucial, a ideia-limite. Parece-nos até que todas as outras questões pensadas e refletidas pelo Prof. Lúcio (económicas e sociais, éticas e políticas, metafísicas e culturais) estão para a “questão antropológica” como as três primeiras questões do autor da *Crítica da Razão Pura* – “*O que posso saber? O que devo fazer? O que me é permitido esperar?*” – estão para a sua quarta pergunta – “*O que é o homem?*”? E sabemos que, para Kant, as ciências que respondem às três primeiras perguntas (Metafísica, Moral e Religião) são subsidiárias da quarta – a Antropologia.

O Prof. Lúcio confessou repetidamente que foi por virtude do seu encontro intelectual com a questão crucial do poeta-filósofo açoriano, Antero de Quental, a questão de quem, antes de morrer, “*quer ao menos saber para que veio ao mundo*”, que despertou para a primazia da questão antropológica, no meio do turbilhão de todas as outras questões com que o ser humano se vê confrontado no mundo.

O referido encontro com a questão antropológica crucial de Antero, verdadeira “experiência fundadora”, ocorrido “em 1934, tinha 20 anos”, sinalizou-o o Prof. Lúcio como um “choque” que lhe permitiram começar a ser “*senhor da sua vida, enfim a ser finalmente homem*” (*Ser Português*, 67).

Reconhecendo a crucialidade e a primordialidade desta questão, – à semelhança dos “pais fundadores” da filosofia e cultura ocidental, que porfiavam em tentar saber o que era no princípio – o Prof. Lúcio encontrou para essa questão a resposta surpreendente, que inscreveu na primeira linha da “Introdução” da sua obra – *A Idade do Social* (1952): “No princípio era o homem...”.

Assinalada a experiência fundadora e a primordialidade da questão em causa, vemos convergir na sua visão do homem várias fontes de inspiração e configuração, sobretudo quatro: o *logos* grego, o *ágape* cristão, o *direito* romano, a *teoria da evolução* de Teilhard de Chardin.

O Prof. Lúcio situa o momento inaugural em que o ser humano teria tomado consciência de si próprio e do meio em que vivia na vida e na história do que chama “*dois grandes pequenos povos*”, o povo grego, que revelou à Humanidade a existência e a realidade de uma força ou de um poder, comum a todos os homens, que é também uma voz que todos e cada um devem ouvir, em si e por si, que é a força e o poder do *logos* ou da razão, comum a todos os homens, sendo sábio, segundo Heraclito, aquele que escuta a sua voz.

Aproximadamente pela mesma altura em que no chão da Grécia era reconhecida e ecoava essa voz do *logos*, no seio de um outro “pequeno grande povo”, o de Israel, começou a manifestar-se paulatinamente uma outra força ou um outro poder, o do amor divino/Ágape, que teria na Encarnação de Cristo a suprema expressão e seria o princípio criador, como diz o Prof. Lúcio, do “novo homem e da nova ordem...”.

À doação que do “logos” e do “amor”, o povo grego e o israelita fizeram à Humanidade, o Prof. Lúcio associa a doação de uma outra força ou poder, o do *Direito*, criação do povo romano.

“O *pensamento grego*, o génio romano e a mensagem cristã” foram, pois, segundo o Prof. Lúcio, os “três elementos que presidiram à formação da civilização europeia” (cf. “Fundamentação do Direito de Associação”).

Às referidas três fontes, liga-se na conceção e visão antropológica do Prof. Lúcio a teoria da Evolução de Teilhard de Chardin, que confere à matéria ou natureza, ao homem, ao trabalho humano, à ciência e à técnica, por virtude da Encarnação do *Logos* divino, uma dimensão infinita.

Decorrentes das referidas fontes, a antropologia de Lúcio Craveiro da Silva identifica-se por um específico e consistente conjunto de atributos.

Uma primeira característica identitária poderíamos designá-la de “*otimismo antropológico moderado*”, contrastando esta característica com a do *pessimismo exacerbado e invencível de Antero*, mas distanciando-a também do *otimismo desmedido* do seu confrade paleontólogo, Theilhard, pois o Prof. Lúcio não podia ignorar o que designa como o “revoltar dos acontecimentos” que se desencadeiam no palco da história humana e no interior do microcosmos de cada homem.

A par da referida característica, na visão do homem do Prof. Lúcio convergem estras outras mais: *abertura*, e não clausura, das instâncias constituintes do ser humano – física, psíquica e cultural/espiritual; *continuidade*, e não rutura das referidas instâncias ou esferas ou “mundos” (Popper); *unidade*, e não dualismo (platónico, cartesiano...); *perfectibilidade* ou evolução ascendente, e não circularidade; *integralidade* e não desagregação dessas instâncias.

Assim, no panorama da multiplicidade de visões antropológicas, a do Prof. Lúcio era tudo menos platónica, tudo menos cartesiana e até tudo menos kantiana, pois não suportava o dualismo de matéria e espírito, de razão pura e razão prática, de autonomia e heteronomia. Se a sua figura constasse da famosa pintura renascentista “A Escola de Atenas”, de Rafael Sanzio, representativa da Academia de Platão, veríamos o Prof. Lúcio apontando com uma das mãos para a terra e outra para o céu, mostrando a sua oposição à divergência da sinalização de Platão, com o seu *Timeu* apontado à terra, e Aristóteles, com a sua *Ética a Nicómaco* apontada ao céu.

Do pensamento económico e social, pareceu-nos pertinente para a elucidação da sua antropologia, recolher uma ideia luminosa que ao Prof. Lúcio e, antes dele, a Proudhon, se afigurava necessária e virtuosa. Referimo-nos à ideia, verdadeiramente arquimediana, para não dizer “revolucionária”, de “*desproletarização*” do trabalhador ou de “*universalização da propriedade*”, que o Prof. Lúcio propõe no VIII e último capítulo de *A Idade do Social* (1952) e no VI e último capítulo de *O Movimento Operário* (1957), como via de solução da crucial “questão operária”, em que estava em causa a negação da dignidade e humanidade do trabalho humano, do trabalhador e da família.

Tendo reconhecido que era no conjunto da sua obra que poderíamos recolher e conjugar os dados dispersos, mas disponíveis e pertinentes para o objetivo que nos propusemos, qual era o de (re)constituir o quadro da visão

antropológica do Prof. Lúcio, ficámos com a sensação e a convicção de não havermos esgotado essa recolha e conjugação, pois não prestámos atenção e dedicação necessárias e devidas a todos os seus estudos e ensaios, nomeadamente aos de Filosofia Moral e, sobretudo, ao seu compêndio académico sobre esta matéria (*Curso de Filosofia Moral*), que seria, aliás, objeto de estudo por outro participante no ciclo de conferências e no colóquio dedicados à evocação do pensamento do Prof. Lúcio.

Permanece, pois, em aberto a necessidade e possibilidade de prosseguir o presente estudo sobre o tema que nos motivou e ocupou na presente evocação do pensamento do nosso inspirador homenageado.

EVOCAÇÃO DO PROF. LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA (1914-2007): PERFIL HUMANO

Manuel Gama

Departamento de Filosofia – Universidade do Minho

A peculiaridade de Lúcio Craveiro da Silva está igualmente além e aquém do seu amplo curriculum académico – é neste pressuposto e com este horizonte que elaborámos este texto.

Preâmbulo¹

1. Irei falar de alguns aspetos que, admito, não são fundamentais na forma como se entende a Universidade, mas são importantes para a nossa identificação do “perfil” da pessoa humana Lúcio Craveiro da Silva (LCS) e, como o enfoque é feito sobretudo a partir de auto ótica, eventualmente, serão mais ilustrativos, para o nosso desiderato, do que teorias apresentadas nas obras escritas, pensadas com rigor lógico, no sossego de um gabinete, sentado numa secretária, com papel e caneta à disposição, rodeado de livros e papeladas várias. Que influência teria tido a Filosofia na construção deste homem-filósofo que se dizia, até morrer – em idade de nonagenário –, um “aprendiz”? Não se sabe, mas, certamente, muito!

É verdade que a vida é objeto de narrativas multímodas, pois é composta por tantos elementos e determinada por tantos fatores, que não cabem

¹ Um sentido agradecimento à Dr^ª Maria Francisca Xavier – a quem nos liga uma longa amizade, desde os tempos de estudantes na Faculdade de Filosofia de Braga da UCP – pela leitura deste texto e, mais, pelos aperfeiçoamentos e acrescentos, dada a sua também grande proximidade e afetuosidade ao Professor Lúcio.

todos na escrita, nem mesmo nos versos do Poeta, que também foi. No contexto deste raciocínio, é que nos parece pertinente tocar em aspetos que vão para além da dimensão cognitiva em sentido estrito, ou seja, as dimensões “anoéticas”. Alguma adiposidade num corpo, parecendo dispensável, dá-lhe formosura, portanto, não é supérflua. Não tem comparação um cadáver de pele e osso e um corpo vivo com formas trazidas por certas adiposidades.

Outro aspeto, colocado amiúde, e com muita pertinência, é o de saber se a obra é independente do seu Autor. A resposta é difícil, sobretudo quando a conduta do Autor não tem muito de exemplar. Felizmente, no caso presente, esse problema não se coloca. Se as ideias e a obra de pensamento são boas, o seu Autor não lhe fica atrás. Aliás, no caso presente, a pessoa humana e os seus valores, até poderão ser mais cativantes.

2. A marca “mais visível” de LCS na UMinho vem mais pela sua dimensão de pessoa pública, que foi, e pelos cargos que desempenhou: membro da Comissão Instaladora da UMinho; seu Reitor (por exigência sua, 1º Reitor eleito em Portugal); Presidente do Conselho Cultural da UMinho (Conselho este que ainda hoje está presente nos Estatutos da Universidade e integra oito entidades culturais dentro da UMinho: Arquivo Distrital de Braga; Biblioteca Pública de Braga; Museu Nogueira da Silva; Centro de Estudos Lusíadas; Unidade de Arqueologia; Casa-Museu de Monção; Casa do Conhecimento e Museu Virtual da Lusofonia, estas duas últimas já criadas após a sua morte), etc.

3. Quando posso, sou um ouvinte de *podcasts*, como por exemplo: “Deixar o Mundo Melhor”; “Uma Questão de ADN”; “Saber sabe Bem”; “A Beleza das Pequenas Coisas”; “Fala com Ela”, “Radicais Livres”, entre outros, são algumas das minhas fontes.

Apesar de um colega do meu Departamento de Filosofia, o Professor João Mendes, ter tido a ideia da gravação de um *podcast* com o Professor Lúcio, o que é certo é que, infelizmente, não foi realizado. Sorte a nossa, termos a sua “Auto ótica”, que serviu como fonte principal das ideias que se seguem.

I. Origens e vivências iniciais

LCS nasceu em 1914, em Tortosendo, Covilhã, e aí viveu os seus primeiros anos que, à época, era um meio industrial próspero. A família, pelo lado de um tio, tinha uma empresa têxtil, tendo o seu irmão mais velho, de nome José, antes de também ser jesuíta, aí ter tido uma experiência operária. Não muito tempo antes do seu falecimento, LCS foi convidado, e aceitou fazer uma conferência sobre a questão social, que decorreu na associação sua conterrânea “Unidos do Tortosendo”².

O papel das pessoas na formação de outras pessoas, na caminhada da humanização dos seres humanos, é de especial importância. Muito será hereditário (natureza individual); muito advém do ambiente (papel da cultura, *lato sensu*), começando pela família e prosseguindo na Escola. Disse LCS que as constantes reuniões em família, em são e alegre convívio, o marcaram muito (cf. Silva, 2004, 62). À interrogação sobre se a influência da família na sua educação tinha sido muito grande, é taxativo: “Sim, sim, a família marcou-me e disse não tenho dúvidas [...]”. Tocando, de seguida, na binomia família-cultura/conhecimento, para esclarecer: “Portanto, a cultura não foi lá [na família]. Mas o aspeto humano de convivência, aí sim. No carácter, na maneira de ser [...]” (*Ib.*, 67)³.

1. A influência dos pais em LCS:

A construção de cada ser humano tem muito a ver com o afeto, com a “relação”, como evidenciam os estudos, nas últimas décadas, da Antropologia Filosófica e como podemos encontrar no veio seminal da obra do sábio professor, psiquiatra e psicanalista António Coimbra de Matos (1929-2021)⁴.

A “relação” não é só na família, mas esta é o catalisador maior em toda a relação humana, mas também no trabalho, como LCS põe em relevo na construção da Universidade do Minho, evocando que tinham “um

² Não é conhecido esse texto, mas como o Professor Lúcio passava sempre para letra formal as suas intervenções, é possível que as folhas dessa comunicação se encontrem algures em Tortosendo, por isso, está-se no terreno na respetiva busca.

³ O que o berço dá, a tumba o leva! A família é fundamental na estrutura de base da pessoa. A cultura é muito importante, mas o substrato está na família (ou na falta dela).

⁴ Além de outras obras de A. Coimbra de Matos, veja-se o seu livro *Nova Relação*, Lisboa: Climepsi Editores, 2017.

ambiente quase de família, em que os problemas eram sentidos por todos e todos estavam dispostos a sacrificar-se.” (Silva, 2004, 86). Ou seja, vinca, por outra palavras: “[...] o aspeto humano dá outra riqueza ao ambiente, procurei que essa riqueza nos unisse [nessa época inicial, a ‘época heroica da universidade’]” (*ib.*, 86).

A educação materna e paterna – cada um à sua maneira – foram reconhecidamente fundamentais na construção da sua pessoa. Do **pai**⁵, narra episódio exemplar, que lhe ficou para a vida, tomando dele os valores da retidão e da seriedade (cf. *ib.*, 65)⁶.

Que belo exemplo de trato e de caráter, que bebe da **mãe**, e que nele jorrava em abundância:

“A minha mãe era muito equilibrada e eu aprendi muito com ela. Os homens levam-se melhor com delicadeza e atenção do que com empurrões. E isso a minha mãe sabia usar e a gente aprende com essas coisas. Aprende para a vida inteira.

[...]

A minha mãe sabia escutar, compreender, acompanhava-me muito nos sucessos e nos fracassos [...].” (Cf. *Ib.*, 65).

Traço marcante na sua **mãe**, que soube absorver e levar para a sua longa vida, como novamente realça:

“E digo-lhe que depois quando fui Reitor e tive esses cargos todos, quem me marcou para a vida toda foi a minha **mãe** nesse aspeto: saber aceitar as pessoas, ser amigo das pessoas. Há

⁵ Observação interessante e perspicaz: “O pai tinha autoridade ou julgava que tinha porque as mães têm muito jeito para ter autoridade.” (Cf. Silva, 2004, 64).

⁶ Muito recentemente, o escritor Francisco Moita Flores, a propósito da despedida final do seu pai, resume igualmente bem o papel fundamental da família, ilustrando genericamente o que dissemos acima: “Foi pelos seus olhos [do Pai] que aprendi a amar os livros. E a amar o mundo, os animais e as pessoas. Pelos seus olhos e pela ternura da minha Mãe. Íamos os dois, quinquenalmente, à Biblioteca Itinerante da Gulbenkian, que estacionava em frente à Igreja de S. João Batista [em Moura]. Uma fila de esfomeados, putos e graúdos, à espera de alimento. Era um homem rijo, sem horas para trabalhar, intrépido e insurreto. Não suportava o Regime [salazarista] e, com ele, descobri as emissoras clandestinas, que se diziam em voz sussurrada’, começou por descrever o autor.” (<https://tvi.iol.pt/goucha/nacional/facebook/francisco-moita-flores-chora-a-morte-do-pai-chegou-a-hora-de-dizer-adeus-ao-meu-grande-heroi>); consulta em 12/09/2022.

vários casos na minha vida que me têm acontecido e que sempre procurei resolver de maneira humana [...]” (Cf. *ib.*).

Como, eventualmente, teria aprendido também de sua **mãe** a máxima, que tantas vezes lhe ouvi pronunciar, e que funcionava como aliviador de tensões: “De um problema não se criem dois”.

2. O papel da **escola-professores**:

Os primeiros anos da escolaridade formal são fundamentais: é aí que, geralmente, se lança a semente e o gosto da “curiosidade” pelo saber e se lançam os alicerces do ler, escrever e contar, que irão germinando ao longo da vida. LCS explica a sorte que teve, quando se refere ao professor primário:

ele “conseguiu explicar claro, entusiasmando-nos” (*ib.*, 64); “Sempre gostei de saber e isso foi o meu professor de instrução primária que mo meteu na vida” (*ib.*, 67). Como recorda também o papel dos escuteiros na sua formação (cf. *ib.*, 63).

II. Valores

1. *Humanismo*. No seu sentido de vida e na sua conduta vislumbra-se um lastro de valores como humanismo, compaixão, respeito. Perante situações difíceis, era perentório no seu comentário. “Ao menos, salve-se o homem” ou “De um problema não se formem dois”. Não se poupava a esforços, utilizando todo o seu magistério de influência para conseguir dos outros a mesma atitude de tolerância e de perdão dos mais irados. Dom José Policarpo (1936-2014), outrora Reitor da Universidade Católica Portuguesa e Cardeal Patriarca de Lisboa, afirmou a propósito de LCS: “É a pessoa mais teimosa que conheci, mas sempre na defesa do bem e das pessoas”.

Procurava a mesma benevolência na seleção de pessoas. Por exemplo, nas contratações para professores universitários, LCS entendia que não bastava ser bom do ponto de vista técnico-científico, pois era também importante que fosse “boa pessoa”. Só com esta última capacidade poderia ser bom professor-formador.

2. *Amizade*. Os amigos são fundamentais, explicitava, e ele soube preservá-los e, até, defendê-los quando, de algum modo, eram injustiçados. A este propósito, veja-se neste livro a apresentação-elogio do Professor Adriano Moreira (1922-2022), aquando da atribuição, pela Universidade da Beira Interior, em 2002, do Doutoramento *Honoris Causa*.

3. A busca da *harmonia*, o fazedor de *pontes*. Um seu confrade jesuíta disse-me um dia que LCS era o maior “descalçador de botas” que conhecia. A expressão vale o que vale, mas não foi referida com grande apreço, antes pelo contrário. No entanto, o dito (jocosos) aponta para a sua natural facilidade em fazer “pontes”, em levar a harmonia onde despontasse conflito. Dois exemplos disso mesmo:

a) Uma vez, nos inícios do século XXI, no âmbito de uma reunião do Conselho Cultural da Universidade do Minho – a que presidiu, desde a fundação daquele órgão até ao seu falecimento – na presença do Reitor, Professor A. Guimarães Rodrigues, surgiu um problema intrincado, cuja resolução passava por uma delicada missão de chegar à fala com o Eng. Mesquita Machado, então presidente da Câmara Municipal de Braga (as relações com a UMinho não eram as melhores)! Quem haveria de “descalçar essa bota”? O Professor Lúcio, que não só aceitou a incumbência, como superou a tarefa com êxito;

b) Por alturas da passagem do século XX para o XXI, houve um conflito dentro do Departamento de Matemática da UMinho: os da Matemática geral, em Braga, e os da Matemática aplicada, em Guimarães. O Reitor da altura, Professor L. Chainho Pereira, estava preocupado com tal problema, havendo necessidade de encetar conversações delicadas, a fim de restabelecer a harmonia possível. Em quem pensou o Reitor? No Professor Lúcio, que chefiou uma pequena comissão e que, de facto, conseguiu harmonizar os contrários.

4. *Sabedoria*. Só os seres humanos produzem conhecimento e apenas a alguns é reconhecido o nível da sabedoria. Não é fácil definir “sábio”. Para além do elevado grau e constância de sensatez e harmonia, em linguagem

chá, penso que um sábio é aquele que acerta mais. É nessa envolvência que encontrei pessoas que, após a morte do Homenageado, perante problemas intrincados, faziam esta invocação mental: “O que diria ou aconselharia o Professor Lúcio perante esta situação?”

5. *Célula familiar (sentido geral)*. Mesmo não tendo constituído família própria – imperativo das normas sobre a vida das pessoas consagradas à Igreja Católica –, sempre enobreceu a dimensão familiar. Faz honroso elogio da sua própria família, nas figuras dos seus Pai e Mãe, como referimos anteriormente. Por diversas vezes, o vi relevar e enaltecer o papel das mães: “As mães é que fazem as famílias”, dizia. Foi na sua família que aprendeu “o aspeto humano de convivência”; “No caráter, na maneira de ser, eu sinto-me um Craveiro, marcado pela família.” (*Ib.*, 67). Fazia visitas frequentes a famílias amigas, sempre que era convidado, sobretudo em datas festivas ou cerimónias católicas como casamentos, batizados, etc., sempre concedendo o seu afeto. Soube mesmo buscar e usufruir de afeto feminino, sendo mesmo muito bem aceite pelas senhoras, e frequentemente era chamado na condição de conselheiro.

6. *Justiça social*. Tema já tratado em profundidade pelo Professor Fernando Machado, quer em estudo anteriormente publicado (Machado, 2015), quer noutro, que foi o assunto da sua conferência, do presente ciclo, e que consta neste livro coletivo, em memória do Homenageado, por iniciativa da Biblioteca com o seu nome. Um mero exemplo, mas significativo, da colocação em prática deste valor, evidenciando o seu sentido de justiça, foi o de, após o seu mandato de Reitor na UMinho, e já no desempenho de novo mandato como diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa, ter equiparado os salários de todos os trabalhadores (docentes e não docentes) da referida Faculdade aos equivalentes do Estado.

Ontem, tal como hoje, quem não tem umas boas noções de economia não entende bem o funcionamento da sociedade. Conhecimento que ele tinha adquirido no curso de Economia e que, dizia, “deu-me outros horizontes” (*ib.*, 98).

7. *Descanso*. Eis a sua máxima: “Quem não sabe descansar, não sabe trabalhar” (Cf. Gama, 2014-2015), como especifica:

“Ao longo dos meus estudos estudava com facilidade e com gosto, mas tive sempre um princípio que eu hoje resumo assim: ‘Quem não sabe descansar, não sabe trabalhar.’ E de facto, eu atribuo certo êxito dos meus estudos a essa causa porque eu depois gostava de brincar e de me distrair. E assim nunca tive esses cansaços, esses esgotamentos, nem o desencanto pelo estudo” (Silva, 2004, 67).

O futebol era para ele um passatempo descansativo: “Descanso ao assistir a desafios de futebol, gosto muito de estar ali em frente ao ecrã a ver se os jogadores realizam as coisas bem-feitas” (*ib.*, 99). Mesmo durante as férias de verão, na Serra da Estrela, se havia a transmissão de algum jogo (geralmente, de preparação para a nova época), não o perdia.

8. *Portugal e as coisas portuguesas*. LCS era um amante das coisas portuguesas. Dada a sua vasta experiência internacional, nele não era provincianismo nem sinal de tacanhez, aproximando-se da ideia deixada por Miguel Torga, num dos volumes do seu *Diário* (Torga, 1993, 88), onde vinca que o universal é o local sem muros. Vejamos:

a) Cerca de meia dúzia de anos antes do seu falecimento, escreveu: “A cultura e os problemas portugueses são a **casa** onde vivo e respiro. E, quanto me compete, desejo-a bela e arejada. Não me interessa viver na **casa** dos outros. Cada cultura constrói e arruma a sua **casa** o melhor que pode e sabe.” (Silva, 2000, 7). Veja-se a força da quadrúplice utilização da palavra “casa” (conforme nós assinalámos). Não há dúvida de que a casa (não só a doméstica) é o local onde nos sentimos bem, onde somos mais nós próprios, onde tiramos a “máscara”.

Aquela afirmação sobre a casa “portuguesa” tem tanto mais valor quanto a LCS não faltava mundo, pois, sobretudo, nas variadas viagens proporcionadas pela sua condição de Provincial (dirigente máximo) dos Jesuítas portugueses – na altura, incluía os países de língua portuguesa –, durante vários anos, de Professor e Reitor da Universidade do Minho, assim como

fundador e Diretor do Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE)⁷ e repetidas vezes diretor da Faculdade de Filosofia de Braga e, ainda, mais lá atrás, enquanto estudante em Espanha (Bilbau) e na Bélgica (Lovaina), conviveu com muitas culturas, como ele próprio confessa: “Conheço evidentemente as outras ‘casas’ e dialogo e até aprendo com outras culturas porque nunca me deixei isolar mas vou sempre, como dizem, ‘lá fora, cá dentro’” (*ib.*). Ou seja, é importante – como também realça – o “diálogo” e a aprendizagem com outras culturas, mas sem perder o “amor terrantês” (expressão tomada de Damião Peres, mas foi a única pessoa a quem a vi utilizar).

LCS caracterizava cada indivíduo, bem como, em geral, cada pessoa pela terra onde nascera ou onde crescera. A primeira pergunta que fazia quando conhecia alguém era sobre a sua origem geográfica. Isso ajudava-o a compreender e a caracterizar o seu interlocutor, a sua personalidade. Era mesmo uma informação que não dispensava. Era frequente, com propósito contrastivo, o seu discurso sobre a situação diversa de Espanha, que via como “um conjunto de reinos separados que foram coagidos a unir-se político-administrativamente”. Assim, conforme a zona de que falava, podíamos ouvi-lo caracterizar em pormenor essa região e os seus habitantes. De todos conhecia a psicologia e os grandes traços da personalidade que logo identificava como originário da Galiza, da Catalunha, do País Basco, de Trás-os-Montes, das Beiras, do Minho, etc.

b) Mesmo em coisas prosaicas, como o futebol – era um passatempo que o ajudava a descansar –, quando jogavam clubes portugueses com estrangeiros, dizia torcer sempre pelos portugueses.

c) Com a realização e publicação de estudos diversos sobre a identidade nacional/cultural dos portugueses, é, sobretudo, no seu livro *Ser Português. Ensaio de Cultura Portuguesa* (2000), que, de forma diversa, toca em vários elementos da Portugalidade. Apesar disso, em “Auto ótica” não deixa de enunciar algumas características lusitanas: por um lado, os portugueses sabem

⁷ Nesse Instituto Superior eborense, igualmente ajudou a fundar e codirigiu a revista *Economia e Sociologia*, que começou por denominar-se Estudos Eborenses, com lançamento em 1965 – <https://sites.google.com/site/revistaeconomiasociologia/> (consulta em 08-11-2022).

fazer pontes: “[...] os portugueses têm mais capacidade de unir os povos do que qualquer outra nação.” (Silva, 2004, 68); por exemplo, no Brasil, que “é tão grande como a Europa e não tem separatismos”, fizemos a união de um grande território sem ser pelas armas (*ib.*, 68); “É esta a arte dos portugueses em unir os povos” (Silva, 2004: 69); ainda nesta característica, LCS anota que “Os portugueses são um povo que onde estiver cria ambiente de unidade e de compreensão”, sendo diferente dos espanhóis, que são marcados pelo “separatismo” (*ib.*, 92); e, também, “[...] os portugueses no estrangeiro são mais amigos entre si do que cá em Portugal” (*ib.*, 72).

Na idiossincrasia dos portugueses, LCS encontra uma clara oposição ao centralismo: “[...] nós portugueses trabalhamos melhor em ambiente pequeno, acessível, como as câmaras [...]”, pois, assim, os cidadãos “sentem-se mais responsáveis, amigos da sua região”, desconfiando do centralismo governativo (*ib.*, 94).

Na índole dos portugueses, LCS vê um povo com sabedoria: “[...] temos um povo que não teve estudos, mas é sábio! O povo tem uma sabedoria que colmata os erros da falta de cultura. Foi essa sabedoria do povo português que fez o império de Portugal.” (*Ib.*, 95).

No entanto, em conformidade com a natureza humana, não é um povo perfeito; é extraordinário, mas...: “Nós, portugueses, somos extraordinários. É pena que não saibamos valorizar as nossas ações. Fomos capazes de fazer tanta coisa!” (*Ib.*, 99). Como noutra campo onde os portugueses fraquejam é na política: “Política é a nossa parte fraca. Todos os povos têm parte forte e parte fraca e a nossa é essa.” (*Ib.*, 93). Observação que vem na mesma linha das análises do etnólogo Jorge Dias e do poeta-filósofo Antero de Quental nas suas caracterizações dos elementos da cultura portuguesa.

9. *Homem de carne e osso.* Consciente de que somos seres de carne e osso – expressão de Miguel de Unamuno, que por vezes enunciava –, e não anjos, apreciava um copo de bom vinho (maduro tinto; dizia com graça que o vinho verde era bom para lavar os pés). Também aqui se aproximava de Antero de Quental, para quem, todos os anos, o seu amigo Alberto Sampaio (1841-1908) – que cultivava videiras e produzia vinho na sua Quinta de Boamense, em Famalicão – enviava algumas garrafas, que ele agradece a certa altura,

em carta de 1881, com os atributos de “maravilha” e “inatacável”, ao mesmo tempo que aproveita para, em comparação contrastiva, evocar algumas produções de lavradores do Minho, cujos vinhos produzidos não passam de “zurrapa de bárbaros” (cf. Quental, 1989, 596).

O “seu” Queijo da Serra (sobretudo curado) tinha-o como “inigualável”. Onde fosse, procurava sempre provar os queijos, para ver se encontrava melhor, mas nunca o conseguiu. Tinha sítio certo para a sua aquisição, em Braga, para onde vinha diretamente da zona serrana.

Igualmente, o cigarrito foi uma companhia de décadas. Tudo começou quando foi para a Bélgica, no final da década de 40 do século precedente, para preparar o seu doutoramento. Como o tempo, para tal, era escasso, o padre superior jesuíta, na sua residência em Lovaina, advertiu-o: “Com pouco tempo, se não fumar não consegue atingir o seu objetivo”. Foi o começo de um hábito, que só terminaria quando se libertou da “lei da morte”.

10. Natureza. Quando indagado sobre o que está para além dos gabinetes e dos livros, diz que em primeiro lugar está a natureza, nomeando, a propósito, a Serra da Estrela, o Douro e o Bom Jesus (cf. Silva, 2004, 98).

III. A Universidade

1. Papel da Universidade. LCS atribuía à Universidade, como instituição, um papel fundamental na construção da pessoa e da sociedade, assim como ela própria é reflexo dos seus agentes internos, afirmando que “É pelo estudo e pela reflexão dialogante que ajudamos a Universidade a crescer...” (*ib.*), assim como via que a Universidade “floresce como um centro *vivo* da Cultura [...]” e de todos os seus valores (*ib.*, 123), pois, no seu entendimento, “Os homens valem segundo a cultura que os enriquece, e o lar da cultura é a Universidade” (*apud* Moreira, 2015, 34).

a) Critério na escolha dos professores. Via-o como aspeto importantíssimo, pois “A universidade são os professores, não as paredes.” (Silva, 2004, 74). Logo, para quem tem essa responsabilidade, deve “[...] procurar escolher bem os professores, porque um professor mal escolhido depois não tem

remédio. [...] eu digo muitas vezes que a escolha dos professores é fundamental numa universidade, porque um homem inovador e com talento, como Kant, vale uma universidade.” (*Ib.*, 83). Depois da seleção criteriosa do professor, este deve preparar-se, como aconteceu no seu caso: “Fora convidado para professor de Ética Económica e Política e falar de Ética Económica sem saber economia ou falar de Ética Política sem saber política, é fiar sem fio.” Daí o ter ido estudar esses saberes para Bilbao (Espanha) e Lovaina (Bélgica) (*ib.*, 73).

b) A sua experiência como Reitor. Como já referido, perante a eminência da sua nomeação pelo Poder central, LCS exigiu um sufrágio universal dentro da UMinho como condição para exercer a função de Reitor, tal como veio a suceder. O exercício daquela função – que teve a sustentá-la o valor do serviço filantrópico – não foi dos mais realizadores para ele, que se sentia, na substância, um universitário, dado que se viu como uma espécie de bombeiro, que tenta apagar o fogo no início: “O Reitor não pode ter um plano pessoal seguido e descansado, porque tem que ir resolver os problemas logo quando surgem e estar muito atento a esses problemas, porque ao princípio mais facilmente se resolvem, depois é mais difícil.” (*Ib.*, 87). Situação que leva a uma exagerada atenção ao imediatismo e, logo, a uma absorção do tempo, do precioso tempo. O seu exercício “Veio a implicar o sacrifício do meu gosto de investigação. Eu digo muitas vezes que ser Reitor é uma maneira honrosa de embrutecer [...]”, prosseguindo:

“[...] porque não há tempo para estudar, não há tempo para desenvolver as suas ideias, não há tempo para interrogar a vida e a cultura em que nós vivemos. [...] A gente não tem sequer a alegria de resolver problemas porque mal resolve um, nasce logo outro, e às vezes quase ao mesmo tempo.” (*Ib.*, 90).

2. *O problema do tempo.* Não só o cargo de Reitor, mas muitos outros, quer no âmbito civil, quer em contexto religioso, muito o impediram de que, com mais intensidade, pudesse concretizar a sua paixão universitária pelo conhecimento (cf. *ib.*, 98). Se o comum universitário se depara com esse problema da escassez de tempo, com o exercício de cargos e tarefas extraordinárias, tanto mais premente seria no seu caso. Não tendo tais obstáculos

ao longo da sua caminhada, certamente, muito mais vasta teria sido a sua investigação científica e nos teria deixado um legado bem mais amplo do seu pensamento, para além do que nos deixou em livros, artigos, etc., e de cuja valia é espelho a série de conferências – levadas a cabo pela Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, ao longo de 2022 – baseadas na sua obra, e que compõem o conteúdo do presente livro, para além de outros estudos anteriores, nomeadamente aquando da comemoração póstuma do centenário do seu nascimento.

IV. Vida, Morte, Religião, Cultura, Personalidade

1. *Tríplice dimensão da sua vida.* Embora a indumentária não desse sinal da sua condição de padre jesuíta, nada fazia para o ocultar:

“[...] eu sou religioso, sou jesuíta e a minha cultura tem também uma base religiosa. Mas a cultura não se opõe à religião, antes pelo contrário, a religião pode ser mais consciente na medida em que for culturalmente mais desenvolvida. E toda a gente sabe aquilo que eu sou. Eu nunca fingi. Toda a gente sabe que eu sou padre, sou jesuíta e sou universitário, e esta síntese teórica constrói a minha vida.” (*Ib.*, 90-91).

2. *O sentido da vida:* LCS veio para Braga, em 1934, e como não podia sair de casa, recorda que, “muito felizmente, entusiasmei-me pelos livros e por Antero de Quental e outros autores” (que não especifica) (*ib.*, 64). Esse entusiasmo pelo poeta e filósofo açoriano, que tanto admirava e com o qual tanto empatizava, expressa-o nesta síntese: “Foi um peregrino incerto, que ficou à chuva e ao sol, hesitando numa encruzilhada de caminhos. E, no entanto, indagou avidamente o verdadeiro sentido da existência: ‘desejou saber, ao menos, para que veio ao mundo’”. (*Id.*, 1992, 59). Tal como o seu “mestre”, também LCS, com frequência, em idêntico espírito, enunciava os porquês em relação a si.

3. *Relação vida-morte.* A boa morte prepara-se na vida: “É um disparate que um homem de 88 anos não pense na morte que está próxima, mas eu por enquanto ainda penso na vida. E acho que a melhor morte que se pode aspirar é ter uma vida harmonizada quanto possível.” (*Id.*, 2004, 90).

4. *Em autoanálise.* As questões mais de autoanálise, como por exemplo, “Qual é a sua maior qualidade?” e “Tem facilidade no relacionamento com as pessoas?”, deu respostas longas com várias facetas: Expressa a ideia de recato, que era evidente nele: “Eu nunca gostei de falar muito de mim mesmo [...]” (*ib.*, 91). Nesse seu modo de viver, diz estar sempre atento ao desenrolar das coisas, procurando aprender com as experiências da vida: “[...] mas há uma coisa que eu talvez deva à minha família, aos meus pais, à educação: eu procuro aprender com a experiência. Infelizmente nem toda a gente aprende.” (*Ib.*). Em relação à convivência com o outro, seja em ambiente particular, seja em contexto de trabalho, enfatiza três dimensões: Uma, de caráter geral – e bem vincada na sua conduta –, que era o respeito pelo outro, que manifesta assim, “[...] respeito muito os homens e sou amigo dos homens. [...] Precisamente, acho que devemos compreender-nos, respeitar-nos e amar-nos dentro do possível.”⁸ (*Ib.*). Em consonância, expressa a estima e a valorização do contributo de todos, através da via do diálogo, pondo também em evidência a sua inclinação pela importância do trabalhar em equipa: “Tenho ou procuro ter facilidade no relacionamento com as pessoas. Nunca fui impositivo. [...] é do diálogo amigo e esclarecedor que devem nascer as iniciativas em que todos somos precisos.”; “Sempre gostei de trabalhar em equipa [...]” (*Ib.*, 91).

5. *Pergunta derradeira.* À última pergunta “O que achou da entrevista?”⁹, a resposta realça sobretudo a sua visão prospetiva – mesmo perto dos 90 anos – e a sua condição de pensador:

“Não sei, estou à espera do que vai resultar. Obrigou-me a pensar em coisas em que eu não penso, pois são do meu passado e o passado lá vai; procuro sobretudo cumprir o meu dever e prever o futuro. De maneira que nesse aspeto isto pode ser interessante, porque me obriga

⁸ Dentro desse respeito pelo outro, desde a consideração que tinha com todos e cada qual, independentemente da sua condição, até aos mais pequenos pormenores, como o da assiduidade e do rigor na pontualidade – aspeto este pouco valorizado e praticado em terras lusitanas – aspetos bem acentuados pelo Professor Licínio Chainho Pereira, seu Vice-Reitor e futuro Reitor (*apud* Silva, 2015, 148). Confirmo-o pessoalmente: para qualquer compromisso, fossem reuniões, boleias, etc., o Professor Lúcio estava sempre 5 minutos antes da hora do agendado/combinado.

⁹ Esta entrevista presencial foi, depois, objeto de correção pelo próprio Professor Lúcio, sendo reinserida no “Museu Pessoa”, dirigido pelo Professor Pedro Rangel Henriques (Departamento de Informática da UMinho), que autorizou a sua publicação no livro de homenagem a LCS, aquando da passagem do seu 90º aniversário, intitulado *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004, no capítulo “Auto Ótica” (pp. 59-96).

a refletir sobre coisas em que eu não tinha refletido. Agora, o que vai dar não sei, estou à espera.” (*Ib.*, 96).

Conclusão

1. Tal como apreciámos e muito aprendemos no longo convívio com LCS, também sabemos que na nossa sociedade portuguesa tem havido, e há, outras pessoas notáveis/de alto coturno – outros Craveiros de alta craveira! –, espécie de candeias alumiadoras para o devir-porvir, mas, entre nós, e de muito velha data, parece que as coisas não andam para a frente, sendo muito difícil fazer reformas. Temos esta pecha lusitana: há obstáculos mentais (e não só) que não deixam medrar um espírito coletivo iluminado por essas mentes brilhantes. Talvez o problema esteja nas (fracas) instituições; elas acabam por vergar os vanguardistas e reformadores ou, então, estes têm de fugir para longe.

A cultura das Instituições e o agir coletivo, normalmente, não aconchegam o espírito dos “Cavaleiros do Amor” – os santos laicos –, na expressão de Sampaio Bruno (1857-1915), como, entre outros, mais próximos de nós – e na nossa opinião –, estão Lúcio Craveiro da Silva (1914-2007), Adriano Moreira (1922-2022), Manuel Antunes (1918-1985), A. Ramalho Eanes (n. 1935), Frei Bento Domingues (n. 1934), Rui Nabeiro (n. 1931), e na linha de outros/as Cavaleiros/as do Amor, embora distantes na geografia, como Nelson Mandela (1918-2013) ou Teresa de Calcutá (1910-1917). A diferença, pensamos, é meramente de escala, não de exemplaridade de vida. Em comum, são pessoas que, pelos seus valores e conduta de vida, detêm a verdadeira *autoritas*, que não lhe advém do exercício de cargos ou outra qualquer circunstancialidade honrosa, mas como que emana da sua natureza própria. Aliás, exceto Teresa de Calcutá (santa), possivelmente, nenhum deles será bafejado pela coroa da santidade católica, e nem sequer terão direito a ser celebrados no dia 2 de novembro – Dia dos “fiéis” defuntos – pois, o atributo “fiel” não seria assumido por todos!

2. Em síntese final. Pougando esforços na busca de ajuntamento novo de palavras, tomamos as do Professor Acílio Estanqueiro Rocha que, em

perfil sintético, mas em largo enlace, se refere ao Professor Lúcio como “figura de rasgada humanidade”, assim como “Colega que se aproxima de nós num gesto de radical fraternidade, companheiro que transmite a palavra necessária e o prudente conselho, a que não nega um humor genuíno, aliado por vezes a uma graça fina.” (Rocha, 2004, 55). Características estas, que tentámos exemplificar ao longo do nosso texto, tendo em vista emoldurar o perfil humano de Mestre do Patrono desta ativa Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva – bem dirigida e servida pela competência da sua diretora, Dr^a Aida Alves, e demais trabalhadores/as.

Bibliografia

- Gama, Manuel (2014-2015), “Lúcio Craveiro da Silva e o descanso. No centenário do seu nascimento”, in: *Forum*, Braga, nn. 49-50, 31-35.
- Machado, Fernando Augusto (2015), “Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na Terra: um olhar sobre o social”, in: Manuel Gama, João Ribeiro Mendes, Maria Francisca Xavier (Org.), *Lúcio Craveiro da Silva. Homem de Ação e de Pensamento*, Braga: Conselho Cultural e Departamento de Filosofia da Universidade do Minho, 71-89.
- Matos, António Coimbra de (2017), *Nova Relação*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Moreira, Adriano (2015), “Lúcio Craveiro da Silva: construtor de uma Universidade (Minho e Évora)”, in: Manuel Gama, João Ribeiro Mendes, Maria Francisca Xavier (Org.), 31-36.
- Pereira, Licínio Chainho (2015), in: Manuel Gama, João Ribeiro Mendes, Maria Francisca Xavier (Org.), 137-150.
- Quental, Antero de (1989), *Cartas II. 1881-1891*, Org., introd. e notas de Ana Maria de Almeida Martins, Lisboa: Editorial Comunicação.
- Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro (2004), “Proémio”, in: Proémio de Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, Bibliografia por Henrique Barreto Nunes, Org. e rev. por Manuel Gama, *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 7-55.

- Silva, Lúcio Craveiro da (1992), *Antero de Quental, evolução do seu pensamento filosófico*, 2ª ed. aumentada, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, Lúcio Craveiro da (2000), *Ser Português. Ensaio de Cultura Portuguesa*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- Silva, Lúcio Craveiro da (2004), *Biobibliografia. Sobre a Universidade*, Proémio de Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, Bibliografia por Henrique Barreto Nunes, Org. e rev. por Manuel Gama, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- Torga, Miguel (1993), *Diário XVI*, s.n., Coimbra.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

Pensamento, Obra, Personalidade, Ação

No momento oportuno em que a Universidade do Minho está em processo de celebração do cinquentenário da sua criação e instituição, a evocação dos seus “pais fundadores” impõe-se como imperativo incontornável.

É uma evidência, incontestavelmente reconhecida e repetida que, nem no domínio do pensamento nem da ação, nem do desenvolvimento material ou imaterial, a humanidade chega onde chega senão à custa e por mérito de muitos obreiros. Evocá-los é uma questão de justiça, de dignidade e de sabedoria, sabendo embora que, como observou o clarividente inspirador deste livro e da sua razão de ser, Lúcio Craveiro da Silva, um desses emblemáticos “pais fundadores” da UMinho, não são as figuras evocadas que carecem de o ser, pois gozam da luz própria do seu *“Pensamento, Obra, Personalidade, Ação”*, mas sim aqueles que as evocam, podendo, assim, fruir e usufruir da herança da experiência, do conhecimento e das soluções que eles encontraram para os problemas com que se viram confrontados, no momento histórico em que exerceram o seu mandato de governo da Instituição universitária e exerceram a sua missão de professores e de investigadores, nas valências do ensino e da investigação.

O atual Reitor da Universidade do Minho, Prof. Rui Vieira de Castro, que foi, em 1978-79, aluno de Licenciatura do Prof. Lúcio, e se manifestou positivamente surpreendido com a clarividência e atualidade do seu ***pensamento sobre a Universidade*** e com a sua ***ação*** indefetível em prol da realização das missões próprias da Universidade, destacou três ideias reguladoras da sua visão da identidade e atividade da Universidade: a ideia de *“Universidade completa”*; a afirmação da *centralidade da investigação* na atividade do professor universitário; e *valorização da autonomia universitária* e sua defesa das tentações e ameaças de controlo da parte do poder político centralista e das tentativas de instrumentalização por parte dos poderes económicos.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-9074-13-2



9 789899 074132 >